

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO:** =====

===== Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 17 horas e 24 minutos, reuniu, em **Sessão Ordinária**, na **Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro** - Rua General Humberto Delgado, nº 111, Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Bernardo Amaro Moreira Simões**, secretariado por **Manuel José Tavares Soares** - Primeiro Secretário e por - **Márcia Oliveira Gomes** - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: =====

1 - Primeiro Período de Intervenção do Público; (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====

2 - Informações Gerais; =====

3 - Período de Antes da Ordem do Dia; =====

4 - Ordem do Dia; =====

5 - Segundo Período de Intervenção do Público (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====

===== **Pontos da Ordem do Dia:** =====

===== **Ponto um:** - Ata nº 17 - Sessão da Assembleia Municipal de 23-09-2024 (I/73010/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município (I/73012/2024) - Apreciação/ Conhecimento; ==

===== **Ponto três:** - Autorização de inscrição e reforço de verbas do Orçamento e PPI - Plano Plurianual de Investimentos para anos seguintes (I/71795/2024); =====

===== **Ponto quatro:** - Documentos Previsionais I/71797/2024: =====

➤ Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2025; - Aprovado por maioria. -----

➤ Normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII - 1.a), 1.b) e 2; Apreciação / Aprovação - Aprovado por unanimidade. =====

===== **Ponto cinco:** - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2025 (I/67951/2024); =====

===== **Ponto seis:** - Proposta de fixação de taxas de Derrama para o ano 2025 (I/67944/2024); =====

===== **Ponto sete:** - Definição da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano 2025 (I/67952/2025); =====

===== **Ponto oito:** - Proposta de fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2025 (I/67957/2024); =====

===== **Ponto nove:** - Estrutura Nuclear e Flexível; Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis (I/72366/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto dez:** - Mapa de Pessoal ano de 2025 (I/73006/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto onze:** - Atribuição de apoio para transporte de alunos (I/63514/2024) - Autorização da repartição de encargos orçamentais em mais que um ano; =====

===== **Ponto doze:** - Minuta de Protocolo de Cooperação - Academia de Música de Oliveira de Azeméis - Apoio Financeiro curso básico artístico especializado de música em regime articulado - ano letivo 2024/2025 (I/66851/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto treze:** - Minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com a Universidade de Aveiro - Jornadas CICECO (I/64049/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto catorze:** - Atribuição de apoio financeiro, para o Passeio Sénior realizado em 2024, às Juntas de Freguesia, de Cucujães, Carregosa, S. Roque, Ossela e União de Freguesias, de Oliveira de Azeméis, Santiago Riba-Ul, Ul Macinhata Seixa e Madail e Pinheiro, Travanca e Palmaz (I/71736/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto quinze:** - Minuta de Contrato Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia de Fajões - Realização de Obras de melhoramento e capacitação da Escola de Casalmarinho e do JI do Areal (I/71890/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto dezasseis:** - Minuta de Contrato Interadministrativo a celebrar com a Freguesia de Carregosa Apoio Financeiro, para colocação de iluminação no Parque verde - Carregosa Viva (I/71864/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto dezassete:** - Minuta da Adenda Contrato Interadministrativo de apoio financeiro, para a realização de obras de requalificação do edifício-sede da Junta de Freguesia

de Nogueira do Cravo e Pindelo, a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (I/69146/2024) - Autorização; =====

*===== **Ponto dezoito:** - Minutas de Adendas ao Auto de Transferência de competências para a autarquia (n.º 049/2023), no domínio da Saúde (I/65838/2024) - Autorização e convalidação dos atos entretanto praticados - Autorização; =====*

*===== **Ponto dezanove:** - Adesão à TecFab - Associação Fábrica do Futuro (I/56857/2024) - Autorização; =====*

*===== **Ponto vinte:** - Pedido de Declaração de Interesse Municipal-Recuperação ambiental da área mineira do Pintor (I/71807/2024) - Aprovação; =====*

*===== **Ponto vinte e um:** - Prolongamento da “Travessa da Quinta” e proposta de classificação de caminho público n.º 227 (UF Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz), proposta de classificação de caminho público n.º 358 (Freguesia Cucujães) (I/64470/2024) - Aprovação;=====*

*===== **Ponto vinte e dois:** - Aquisição de massa asfáltica a quente (Proc. 127/28 - PI/5572/2024) - (I/63305/2024) - Autorização para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====*

*===== **Ponto vinte e três:** - Aquisição de serviços para fornecimento de energia elétrica (Proc. 146/24 - PI/6585/2024) (I/73007/2024) - Assunção de compromisso e repartição de encargos em mais do que um ano económico - Autorização; =====*

*===== **Ponto vinte e quatro:** - Aquisição de serviços para desenvolvimento e implementação de projeto museológico e museográfico da Casa Museu Ferreira de Castro e Centro Interpretativo Ferreira de Castro (Proc. 113/24 - PI/4839/24) - (I/73020/2024) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico - Autorização; =====*

*===== **Ponto vinte e cinco:** - Eleição de novos membros da Comissão Executiva Metropolitana do Porto - (Votação efetuada apenas pelos Membros (27) eleitos à Assembleia Municipal e por escrutínio secreto) (E/31775/2024); =====*

*===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** ==*

*===== **PARTIDO SOCIALISTA (PS):** Bruno Armando Aragão Henriques, Maria Odete Martins Tavares Gomes Roma de Resende, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Jéssica Filipa da Silva Pires, João Pedro Santos Costa, Rui Jorge Duarte Rios Santos*

Rocha, Marisa Lopes de Sousa, Bruno Miguel da Silva Costa, Susana Cristina Pinto Azevedo Campos, Daniela Patrícia Oliveira da Silva, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, João Marcelo Ameixieira Moreira, Óscar José Santos Teixeira, Vítor Manuel Cardoso Andrade, António Manuel Leite Marques da Silva, Mário da Silva Leite, Gaspar de Sá Almeida e Manuel Alberto Marques Dias Pereira. =====

===== **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)**: *Helga Alexandra Freire Correia, Francisco José Gomes da Silva, António Ilídio Martins Godinho, Maritza Gonçalves Valente, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Diana Janete da Cunha Semblano, José Fernando Matos Terra, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos, Celestino Pereira Santos, José da Silva Queirós, Florbela Neves da Silva e José Rodrigues dos Santos.* =====

===== **PARTIDO POPULAR (CDS-PP)**: *António Pinto Moreira.* =====

===== **CHEGA (CH)**: *Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues.* =====

===== **BLOCO DE ESQUERDA (B.E.)**: *Alcino da Silva Martins.* =====

===== **INDEPENDENTE POR CESAR (IC)**: *Augusto Moreira da Silva.* =====

===== **JUNTOS PELA NOSSA UNIÃO (JPNU)**: *Susana Clara Mortágua Gomes.* ==

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Jéssica Filipa da Silva Pires que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido João Manuel Oliveira Castro; Susana Cristina Pinto Azevedo Campos que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido José António Domingues Marques Lourenço; João Marcelo Ameixieira Moreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Senhora Presidente de Junta da Freguesia de Carregosa - Constança Correia de Melo; Mário da Silva Leite que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Cucujães - Simão da Costa Godinho; António Ilídio Martins Godinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido João Rebelo Martins; Maritza Gonçalves Valente que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira; José Fernando Matos Terra que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Carla Susana da Silva Reis e Celestino Pereira Santos que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Ana Rita Gomes Costa, em virtude de os mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== ***Estiveram presentes, por parte do Executivo Municipal:*** =====

===== **Presidente da Câmara:** Joaquim Jorge Ferreira; **Vereadores:** Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira. =====

===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====

===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Sem desconsideração por quem ainda vai chegar, tendo quórum na sala, nós vamos dar início à nossa Assembleia Municipal. Agradeço a todos a vossa presença. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os Membros da Assembleia, o público, a imprensa, e quem nos ouve lá em casa. Estamos em condições para podermos dar início à nossa Assembleia. Vamos ter de ser rigorosos com a administração do tempo porque esta Assembleia está condicionada pela eleição de um secretário para a Área Metropolitana do Porto. Portanto, às 21 horas impreterivelmente, temos de ter essa votação efetuada e comunicar, todas as assembleias municipais, à Área Metropolitana do Porto o resultado. Estamos condicionados, isso já sabíamos, pelo orçamento, portanto, que é sempre um momento de reflexão bastante vigoroso. E estamos condicionados por mais um ponto, que eu vou pedir aos membros da Assembleia para incluir por dois terços, que é uma pequeníssima alteração ao Regulamento do Prémio Cidadania. Portanto, vamos ter uma Assembleia muito demorada. Eu peço, mas peço mesmo a compreensão de todos, inclusivamente a começar pelo público. Portanto, são 15 minutos, no primeiro período de intervenção. Os 15 minutos, estava a pensar em dar 5 minutos para os primeiros 3 pedidos de inscrição. Mas uma vez temos 5 inscrições e todos me disseram que 2 a 3 minutos bastava, portanto, vou acolher as 5 primeiras inscrições para o público e todas inscrições a partir da quinta ficam para o final. Está bem? Ouviremos toda a gente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a admissão do agendamento por 2/3, **Ponto vinte seis:** - Alteração ao Regulamento Municipal de Cidadania, na Ordem de trabalhos, tendo sido deliberado por unanimidade o seu agendamento. =====

===== Deste modo, ficou a constar da Ordem de Trabalhos: =====

===== **Ponto um:** - Ata nº 17 - Sessão da Assembleia Municipal de 23-09-2024 (I/73010/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município (I/73012/2024) - Apreciação/ Conhecimento; ==

===== **Ponto três:** - Autorização de inscrição e reforço de verbas do Orçamento e PPI - Plano Plurianual de Investimentos para anos seguintes (I/71795/2024); =====

===== **Ponto quatro:** - Documentos Previsionais I/71797/2024: =====
➤ Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2025; - Aprovado por maioria. -----
➤ Normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII - 1.a), 1.b) e 2; Apreciação / Aprovação - Aprovado por unanimidade. =====

===== **Ponto cinco:** - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2025 (I/67951/2024); =====

===== **Ponto seis:** - Proposta de fixação de taxas de Derrama para o ano 2025 (I/67944/2024); =====

===== **Ponto sete:** - Definição da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano 2025 (I/67952/2025); =====

===== **Ponto oito:** - Proposta de fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2025 (I/67957/2024); =====

===== **Ponto nove:** - Estrutura Nuclear e Flexível; Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis (I/72366/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto dez:** - Mapa de Pessoal ano de 2025 (I/73006/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto onze:** - Atribuição de apoio para transporte de alunos (I/63514/2024) - Autorização da repartição de encargos orçamentais em mais que um ano; =====

===== **Ponto doze:** - Minuta de Protocolo de Cooperação - Academia de Música de Oliveira de Azeméis - Apoio Financeiro curso básico artístico especializado de música em regime articulado - ano letivo 2024/2025 (I/66851/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto treze:** - Minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com a Universidade de Aveiro - Jornadas CICECO (I/64049/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto catorze:** - Atribuição de apoio financeiro, para o Passeio Sénior realizado em 2024, às Juntas de Freguesia, de Cucujães, Carregosa, S. Roque, Ossela e União de Freguesias, de Oliveira de Azeméis, Santiago Riba-Ul, Ul Macinhata Seixa e Madail e Pinheiro, Travanca e Palmaz (I/71736/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto quinze:** - Minuta de Contrato Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia de Fajões - Realização de Obras de melhoramento e capacitação da Escola de Casalmarinho e do JI do Areal (I/71890/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto dezasseis:** - Minuta de Contrato Interadministrativo a celebrar com a Freguesia de Carregosa Apoio Financeiro, para colocação de iluminação no Parque verde - Carregosa Viva (I/71864/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto dezassete:** - Minuta da Adenda Contrato Interadministrativo de apoio financeiro, para a realização de obras de requalificação do edifício-sede da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e Pindelo, a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (I/69146/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto dezoito:** - Minutas de Adendas ao Auto de Transferência de competências para a autarquia (n.º 049/2023), no domínio da Saúde (I/65838/2024) - Autorização e convalidação dos atos entretanto praticados - Autorização; =====

===== **Ponto dezanove:** - Adesão à TecFab - Associação Fábrica do Futuro (I/56857/2024) - Autorização; =====

===== **Ponto vinte:** - Pedido de Declaração de Interesse Municipal-Recuperação ambiental da área mineira do Pintor (I/71807/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e um:** - Prolongamento da “Travessa da Quinta” e proposta de classificação de caminho público n.º 227 (UF Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz), proposta de classificação de caminho público n.º 358 (Freguesia Cucujães) (I/64470/2024) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e dois:** - Aquisição de massa asfáltica a quente (Proc. 127/28 - PI/5572/2024) - (I/63305/2024) - Autorização para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====

===== **Ponto vinte e três:** - Aquisição de serviços para fornecimento de energia elétrica (Proc. 146/24 - PI/6585/2024) (I/73007/2024) - Assunção de compromisso e repartição de encargos em mais do que um ano económico - Autorização; =====

===== **Ponto vinte e quatro:** - Aquisição de serviços para desenvolvimento e implementação de projeto museológico e museográfico da Casa Museu Ferreira de Castro e Centro Interpretativo Ferreira de Castro (Proc. 113/24 - PI/4839/24) - (I/73020/2024) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico - Autorização; =====

===== **Ponto vinte e cinco:** - *Eleição de novos membros da Comissão Executiva Metropolitana do Porto - (Votação efetuada apenas pelos Membros (27) eleitos à Assembleia Municipal e por escrutínio secreto) (E/31775/2024);*=====

===== **Ponto vinte e seis:** - *Alteração ao Regulamento Municipal de Cidadania.* =====

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos munícipes Jorge Paiva, Joaquim Costa, António Coelho, Bruno Soares e António Matias.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Jorge Paiva**, residente em Fajões.* =====

===== *Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Gostaria de colocar aqui neste plenário 4 questões. 1 - O que foi feito para tentar criar uma entrada e saída na variante de Arouca (Escariz a Pigeiros - A32) hoje com nova red denominação de EN327. É tempo de os Fajonenses saberem das démarches que este executivo municipal fez para minimizar os obstáculos de acesso aos grandes centros, mormente os nossos Bombeiros Voluntários de Fajões e a GNR de Cesar. 2 - Questionei, numa das últimas Assembleias Municipais, se a Câmara Municipal estava a construir um edifício destinado às coletividades de Fajões, nomeadamente Sociedade Columbófila de Fajões. Como não obtive resposta por parte de Vossa Excelência, volto a perguntar se sim ou não. Pois, como a Junta de Freguesia é perita em deitar abaixo património construído com esforço da autarquia de Fajões e na altura também pela Sociedade Columbófila de Fajões e, como está a construir um barraco por 70.500 euros em terreno que não é seu, reafirmo quando é que foi passado ou doado o terreno por parte da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis à Freguesia de Fajões, ou querem fazer tudo de qualquer maneira e feitio. 3 - Rua de S Martinho, para não falar da Avenida Senhora da Ribeira, questionei o senhor Presidente da Câmara, senhor engº Joaquim Jorge, numa reunião de Câmara realizada em 20/07/2023, manifestando o perigo que existe nessa rua com a queda de um muro de suporte da estrada a causar perigo para todos os que por lá passam. Voltei a falar do assunto na sessão desta Assembleia Municipal em 30/04/2024 reafirmando o perigo constante e desleixo na conservação e reconstrução desse muro. Hoje venho novamente colocar este assunto na ordem do dia, pois, para além do perigo que está eminente em cair, agora, do lado oposto, derrocou também. É caso para dizer, que é deixa andar até alguém cair. Por sorte não caiu um camião há muito pouco tempo. É caso para dizer que o custo da super árvore de Natal dava e sobrava para a reconstrução destes muros de suporte, numa via bastante movimentada. 4 - Por último, a Rua 21 de Junho. Senhor Presidente da Câmara, finalmente as poucas ruas de Fajões começaram a ser pavimentadas, bem-haja. No entanto, o abandono e desprezo a que foram votados os habitantes de Fajões, com as obras*

de saneamento e água (que vão ser pagas por nós todos), é demais. A rua que, pela sua voz, iria ser uma excelente avenida hoje ainda parece uma picada para os todo-o-terreno. Começaram há mais de um ano a construir os passeios, até que deixaram caducar o contrato com o empreiteiro que abandonou a obra de qualquer maneira. Hoje resta os sinais da empresa e paletes de meio-fio e patelas tipo estaleiro. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, abriu novo procedimento concursal, pasme-se: ganhou o mesmo empreiteiro, cujo contrato foi publicado no portal GOV em 02/08/2024, mas até hoje nem uma palheira foi levantada e vai fazer 5 meses. Para que não bastasse, dada a morosidade do tapete que demorou 1 ano a obter visto de Tribunal de Contas, lá foi o empreiteiro LOUSAESTRADAS tapar a vala entre a EN 327 (Rua da Banda de Música) até ao largo do Tapado, desprezando a partir daqui até às últimas casas onde a estrada está intransitável. Mas não se fica por aqui, só depois de se iniciar a construção de passeios se descobriu que junto à ponte seria necessário aumentar o muro de suporte à rua. E agora, segundo o informador das decisões da câmara que por sinal é o Presidente da Junta de Freguesia, só se vai construir passeio a partir do Largo do Tapado, só de um lado, mas só com lancis. É caso para perguntar, Senhor Presidente da Camara, que raio de planeamento é feito pelos responsáveis? Que tipo de empreitadas são estas? Recordo, que para abrir essa rua com cerca de 2 km foi preciso eu obter a autorização dos proprietários para construir os muros de suporte, com o apoio da câmara na altura que forneceu uma máquina de rastos (graças aos saudosos Presidente Ramiro Alegria e senhor Arlindo Correia), demoramos menos tempo. A ponte, cujo projeto foi elaborado pela câmara e mandada construir pela Junta de Freguesia de Fajões. Velhos tempos. Sem dinheiro, mas as obras foram feitas. Agora, já não há planeamento e o que há é mal feito. Tenho dito. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Joaquim Costa**, residente em Ul. =====*

===== Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. O texto que eu vou ler é uma transcrição parcial de um texto de homenagem a Camilo Mortágua, publicado no Público no dia 3/11/2024 pelo cineasta Luís Filipe Rocha. Camilo Mortágua, nasceu no lugar de Lousas pelo em 29/01/1934, pelas 11 horas da manhã, conforma consta no seu assento de nascimento. Faleceu no dia 01/11/2024 no Alvito, onde foi sepultado. Agora vou ler o texto de Luís Filipe Rocha. “Há homens que vivem e fazem o que acha que devem fazer, sem que os outros homens deem conta o que eles fizeram durante a vida inteira e, sobretudo, de como o fizeram. São invariavelmente homens silenciosos e determinados, corajosos como poucos, sérios de honrados como quase nenhuns, que não aprovou paraísos, não repartem promessas, não vendem esperanças, não ambicionam lugares louros ou riquezas, nem esperam o reconhecimento público ou distinções, porque dedicam toda a sua vida sem nenhum desfalecimento nem pinga de resignação a uma única causa, tão humana e tão, que não carece de bandeiras, nem de fanfarraras, a prática concreta e diariamente exigente da liberdade individual e da solidariedade coletiva. O Camilo Mortágua,

foi um desses homens raros. O Camilo não lutou para impor um mundo supostamente novo e perfeito, mas sim para combater um mundo injusto de mais e imperfeito de mais. E essa razão de combate faz toda a diferença, quer nas décadas negras dos regimes totalitários do século XX, quer ainda hoje. Não aceito delegar, seja em quem for, a sua opinião, as suas dúvidas, os seus sonhos, a sua vontade e o seu fazer de ser humano. Eu sou o meu próprio Comité Central, declarou um dia José Afonso. Se alguém ao longo da sua vida e da sua ação entre os homens, personificou esta máxima preciosa, foi decerto Camilo Mortágua. Antes do 25 de Abril em Portugal, na Venezuela, no Brasil, na França, na Bélgica. E depois do 25 de Abril, nunca o objetivo ou interesses meramente pessoais, perdas ou ganhos materiais, distinções ou honorárias, motivava apenas a liberdade, a solidariedade e a esperança, essa sim, utópica, de alguém que algum contágio possa escorrer desse concreto microcosmo de ação coletiva para o macrocosmo quase abstrato, ecoado e inalterável da sociedade em que vivemos. Com o Camilo aprendi que haverá sempre esperança para lutarmos individual e coletivamente, quanto mais não seja, contra a indignidade que é resignar-nos. O Camilo nunca se conformou nem nunca baixou os braços perante os riscos, os obstáculos, e as incompreensões que enfrentou ao longo do caminho que menino e moço escolheu e decidiu fazer, calejar as mãos. O pensamento e o coração com a sua inesgotável solidariedade humana. Citando, Bertolt Brecht - “Há homens que lutam um dia e são bons; há outros que lutam um ano e são melhores; há os que lutam muitos anos e esses são muito bons. Porém, há os que lutam toda a vida, estes são imprescindíveis.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Coelho**, residente em Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Senhor Presidente, senhores e senhores presentes e não presentes. Decorre desde meados deste mês a repavimentação de um lote 150 ruas do nosso concelho. Não vou falar na qualidade da repavimentação, porque isso o tempo dirá. Vou falar apenas nas freguesias que ficaram de fora neste lote de obras, Madail e Ul. Estas duas freguesias possuem uma rede viária em péssimo estado de conservação e algumas delas quase intransitáveis. Senhor Presidente, as obras da Freguesia de Madaíl duram quase há 2 anos, algumas ruas levaram pequenos remendos, foram rasgadas novamente, enquanto a população desespera e sofre prejuízos nas suas viaturas. Pergunto-lhe: Quais foram os critérios tidos em conta para a elaboração da lista de ruas a serem intervencionadas? E por que motivo nenhuma rua da freguesia de Ul consta na dita lista? Pergunto, também: o que se passa com as obras na rede de abastecimento de água e saneamento na freguesia de Madaíl? E para quando a conclusão efetiva da obra? Outra questão que quero colocar, prende-se com a instalação dos 80 novos abrigos de passageiros: Senhor Presidente, este acordo entre a autarquia e a concessionária abrange todas ou freguesias ou só algumas? A freguesia de Palmaz está contemplada? Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Bruno Soares**, residente em Madail.* =====

===== *Boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia, já foi tudo dito aqui pelo senhor Vitorino, o tema é o mesmo: Eu queria saber, para quando a finalização das obras? Eu poderia ter trazido fotografias, mas gastei o resto dos trocos a arranjar o carro para passar na inspeção periódica. Aquilo está mesmo lastimável. Aquilo é um caminho em terra batida, não é uma estrada, principalmente na Rua de São Mateus. Na Rua Joaquim Bastos não há sinalização nenhuma, não há um sinal de obras, não há um sinal de buracos na estrada. A empresa já abandonou o local deixando local todo sem sinalização. Durante as obras a sinalização era pouca ou nenhuma. Nós chegávamos uma estrada que estava cortada sem pré-aviso e tínhamos que voltar para trás. Isto, tem-se arrastado, faz 2 anos em fevereiro de 2025. Obrigado a todos. Boa noite.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Matias**, residente em Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Boa tarde. Há cerca de um mês eu fiz uma intervenção, na reunião da Câmara Municipal, de um desrespeito à lei. E hoje eu gostaria de perguntar, ao Senhor Presidente: qual é a unidade de tempo que ele usa como critério? Eu como cidadão comum, vulgar, uso o minuto, às vezes os 5 minutos, e tem médicos que usam a meia hora. Eu gostaria de saber qual é o critério de tempo que usa a Câmara? Porque até agora, em relação ao comentário que fiz, não se mexeu uma palha. Obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito boa tarde a todos e a todas. Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, os Colegas de Executivo, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta, o público presente, os órgãos de comunicação social, os funcionários da autarquia e, naturalmente, um cumprimento muito especial para os oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas. Sobre as intervenções do Período do Público e começando pela intervenção de Jorge Paiva: Senhor Jorge Paiva, na altura da construção da variante, eu reuni que o Senhor Ministro das Infraestruturas Portugal. O problema foi-lhe apresentado. E o Senhor Ministro ficou de o analisar. Posteriormente informou que não havia nenhuma viabilidade de construir o acesso. Portanto, essa informação já lhe foi dada, já lhe foi dada mais do que uma vez. Portanto, é essa a informação que existe, em relação a esse processo. O que não quer dizer que não possa ser recuperado e, eventualmente ser possível fazer esse acesso, se houver disponibilidade por parte da tutela, naturalmente. Em relação à Câmara estar a construir um edifício para as*

coletividades Fajões. A Câmara não está a construir nenhum edifício para a Casa das Coletividades de Fajões. Não vou classificar essa adjetivação. Essa adjetivação é imprópria para este órgão, portanto, não vou classificar. Mas vou classificar aquilo que se disse de se fazer tudo de qualquer maneira. Parece algum saudosismo de tempos do passado que ninguém tem a não ser o senhor. Portanto, aqui não se faz por qualquer maneira. Aqui faz-se cumprindo e respeitando a lei, integralmente. E, portanto, o senhor não pode aqui fazer esse tipo de insinuações. Como acabou de fazer, em relação um concurso de um empreiteiro que, pasme-se, diz o senhor - voltou a ser o mesmo a ganhar. E pode ganhar 50 vezes. Foi um concurso publico, ponto. Pode concorrer qualquer empreiteiro do país. E, portanto, ganhou aquele empreiteiro com toda a legitimidade. E esse tipo de insinuações não aproveitam nada para credibilizar, nem este órgão, nem à atividade política. Lamento que haja ainda pessoas, que ainda por cima tiveram responsabilidades como autarcas, a utilizar esse tipo linguagem. Porquê? Porque estas coisas podem ser devolvidas também. Essas insinuações também podem ser passadas para todos nós enquanto exercemos estes cargos, é absolutamente lamentável que se recorra nestes órgãos esse tipo de argumentação. Coisa bem diferente, é quando o senhor reclama a construção de um muro de suporte de terras na Rua de São Martinho. Efetivamente, foi lançado o procedimento. O procedimento ficou deserto, não tivemos ninguém a concorrer por executar esses muros. Não é apenas esse muro, como é evidente. Temos muros em Currais. Temos muros em Teamonde. Temos vários muros. Estamos a fazer um levantamento para mais de uma dúzia de muros. Lançamos um novo procedimento. Temos um concorrente vencedor. Está a desenvolver-se o processo administrativo para que esse concorrente possa executar com total prioridade esse muro porque efetivamente está, há muito tempo, há muito tempo mesmo, a causar perigo. Portanto, obviamente que é uma preocupação para nós esse e, não só esse, todos outros muros que vão ser intervencionados. Em relação à Rua 21 de Junho. Não há nenhum desprezo por ninguém, muito menos pelos Fajonenses. Eu não vou aqui fazer nenhuma comparação, que não tenho que o fazer, entre aquilo que são os investimentos que acontecem hoje nessa freguesia e o que acontecia no passado. Não vou sequer fazer esse exercício. Nem sequer vou fazer esse exercício, para não maçar as pessoas. Mas quando quiser, podemos fazê-lo, podemos fazê-lo porque é interessante perceber o que é que se investe hoje e o que é que se investia no passado. E de que forma é que se investia, também muito importante perceber isso. Podemos ter essa discussão abertamente. Ir de obra a obra ver quanto é que elas custaram, para toda a gente perceber onde é que se investiu dinheiro no passado e de que forma e como é que se investe agora. Ninguém despreza munícipes quando investe 4,6 milhões de euros na criação da rede de água e saneamento numa freguesia. 4,6 milhões de euros, foi o investimento que foi feito na Freguesia de Fajões, que está a ser feito na freguesia de Fajões. Se o senhor considera isso um desrespeito. Eu considero um profundo ato, em primeiro lugar, de justiça, porque os fajonenses já há muitos anos, há décadas, que deviam ter estas infraestruturas básicas no seu território. E não tiveram, infelizmente. O senhor, eventualmente, não as conseguiu reivindicar, não teve sucesso nessas reivindicações. Mas o que é um facto é que hoje, efetivamente, temos taxas de cobertura de redes de água e saneamento dignas de um país do

século XXI. E, portanto, não houve nenhum desprezo pelos fajonenses. Houve, sim, uma intervenção profunda nas vias que seria desnecessária se rede de água e saneamento tivesse sido feita no passado e neste momento estaríamos a conservar. Assim como na Rua 21 de junho, se o senhor tivesse feito, na altura em que entreviu, os passeios, a rede de águas pluviais, se tivesse feito a rede de água e saneamento; hoje não teríamos necessidade de estar a causar todo aquele transtorno. Objetivamente o que existia lá era uma estrada sem rigorosamente nenhuma infraestrutura, nem sequer de segurança para os peões. Hoje, estamos a fazer passeios - que o senhor diz mal - de um troço que só vai ter passeios de um dos lados. É porque, eventualmente, tecnicamente não é possível meter dos dois lados, obrigava a alterar, se calhar, o perfil da via. A via ficaria mais estreita. Mas, se não for o caso, pois, com certeza que os serviços devem olhar para esse caso e terá que haver uma explicação para na maioria do troço fazerem passeios dos dois lados e nessa parte do troço só fazer passeio de um dos lados. Mas objetivamente deve de haver uma razão para isso. E a razão será de certeza absoluta de natureza técnica, não deve ser porque caducou o procedimento do lancil ou do pavê, de certeza absoluta. Em relação à intervenção de Joaquim Alípio Costa: Eu não tenho rigorosamente nada a acrescentar a aquilo que foi dito. Também não me pareceu que colocasse nenhuma questão ao executivo, em concreto. Em relação a intervenção do senhor António Vitorino Coelho. Nós estamos a intervir em várias freguesias do concelho. Os critérios de intervenção nas vias têm a ver com a identificação que é feita pelos senhores presidentes de Junta. Claro que os senhores presidentes de Junta, como é compreensível também, apresentam sempre um leque de vias que nós não podemos, obviamente, de uma única vez executar. Mas eles fazem-no, porque essa a sua obrigação. E nós, de forma articulada com os senhores presidente de Junta, escolhemos aquelas vias, que são mesmo críticas, que são mesmo importantes que sejam intervencionadas, que não podem esperar mais. E depois os próprios serviços da Câmara também definem critérios de intervenção, em função do planeamento também que fazem. Portanto, as freguesias de Madaíl e de Ul, no caso concreto da freguesia de Madaíl, nós estamos a ter problemas com o empreiteiro. Isto que aqui está, não vou ler isto porque estaria absolutamente dramático, são 75 instruções que os serviços mandaram sobre coisas que estão para resolver na rede de saneamento de Madaíl. Já têm inúmeras notificações para responder, para resolverem, para criarem condições para que os problemas que existem na via, resultado da intervenção na rede de saneamento, sejam resolvidas. Mas tenho aqui várias coisas: falta patilha antirroubo; caixa acumulada com água, caixa sem acabamento e com resíduos de construção; vala inacabada; ligação dos ramais à caixa de queda sem acabamento final. Há aqui inúmeras coisas. E, portanto, objetivamente, o que nós estamos a fazer é cumprir o procedimento para obrigar o empreiteiro a fazer. Porque o empreiteiro tem que fazer, mas tem que fazer, não é mandar um email e ele fazer. Quando ele não faz, nós temos que seguir um procedimento para o obrigar a fazer. É esse procedimento que nós estamos a seguir. Aliás, eu julgo que, ainda hoje voltou a ir uma nova notificação dando-lhe um prazo limite de 10 dias para fazer mais um rol de intervenções que aqui foram elencadas. E também foram elencados 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 danos que o estado das vias já causou a terceiros. Quando é que termina

a intervenção? Termina a intervenção, quando o empreiteiro a concluir. Ou seja, o empreiteiro tem um prazo. A partir do momento em que incumpre, tem que apresentar pedidos de prorrogação de prazo. Se não o fizer. O que a câmara tem que fazer é acionar uma garantia e a própria câmara concluir a obra. E, portanto, dizer-lhe objetivamente quando é que a obra termina? Não consigo dizer. Portanto, não temos essa informação. Aquilo que nós esperamos é que esses problemas sejam rapidamente resolvidos para que possamos intervir e pavimentar. Madaíl e UL tem um pacote de pavimentações que vão ser promovidas em articulação entre a União de Freguesias e a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e tem no novo mapa de planeamento várias vias que vão ser intervencionadas em ambas as freguesias. Deixem-me dizer-vos que, no último plano, também, de intervenções, tivemos freguesias que ficaram de fora. A Freguesia de Pindelo, não teve pavimentações, a Freguesia de Carregosa, não teve pavimentações, porque se perspetivava que viéssemos a ter a possibilidade de as dotar de rede de água e saneamento, como efetivamente veio a acontecer. Mas, portanto, eu deixo essa tranquilidade aos ulense e madailenses de que, não vão ficar sem as ruas pavimentadas, terão, à semelhança dos outros, as ruas pavimentadas. Porque nós olhamos para as freguesias e procuramos distribuir de forma justa os investimentos que se fazem, seja de que natureza for, também os investimentos naturalmente relacionados com as pavimentações de vias. E por isso é que nós fizemos um investimento na criação das redes de água e saneamento e vamos fazer um investimento na requalificação da rede viária depois de termos acabado a empreitada de água e saneamento. Em relação aos abrigos de passageiros que foram aqui referidos. Eu, em relação estradas Madaíl, respondi ao senhor Vitorino Coelho e também ao senhor Bruno Soares. Em relação aos abrigos de passageiros. São 80 abrigos de passageiros. Eu não sei se são todos os abrigos de passageiros em todas as freguesias, porque há abrigos de passageiros que são da Câmara Municipal e que não serão substituídos, mas a grande maioria dos abrigos de passageiros, sobretudo aqueles que estão em muito mau estado, vão ser substituídos. Portanto, nós temos abrigos de passageiros que são de chapa, com muitos anos, sem o mínimo de condições, esses abrigos vão ser todos substituídos e, portanto, eventualmente, até termos a possibilidade, de caso um outro não ter sido considerado na concessão, de podermos acrescentar mais um outro abrigo, temos eventualmente essa folga. Mas o que teremos serão 80 abrigos de passageiros: 40 para substituir os existentes e mais 40 abrigos, esses sim, completamente e integralmente distribuídos nas nossas freguesias. Pergunta-me, a Freguesia de Palmaz? Tinha que ter aqui a relação dos abrigos e dos locais de instalação. Estou convencido que sim. Eventualmente a Freguesia de Palmaz será uma das freguesias que tem os abrigos em pior estado e, portanto, será, seguramente, apesar de ter alguns em alvenaria ainda, que eventualmente se vão manter até porque a Junta de Freguesia, julgo que, muito recentemente procedeu à sua requalificação. Em relação à intervenção do senhor Matias: A nossa unidade de tempo é a definição de prioridades. Essa é a unidade tempo que nós utilizamos na Câmara Municipal. E, portanto, a unidade de tempo que nós utilizamos é um conjunto de necessidades que nos são transmitidas, que nos são apresentadas, que têm diferentes origens, diferentes origens, seja no público, seja nos próprios serviço da Câmara,

seja nas nossas escolas, seja nos edifícios públicos, seja nas juntas de freguesia, em várias origens. E depois, naturalmente, isso dá origem a fichas de atividades. E essas fichas de atividade são implementadas em função do nível de prioridade que é estabelecido. Gostaríamos muito que já tivéssemos dado essa resposta, mas temos muitas outras respostas que eventualmente se sobreporão a estas e que ainda não foram consideradas. Mas lá chegará o tempo, não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. E, portanto, corrigiremos seguramente essa ilegalidade que referiu na reunião de câmara e que voltou aqui a reafirmar na Assembleia Municipal. =====

===== *Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:* =====

===== *De acordo com o Regulamento os pedidos de intervenção aberto ao público, referido número um deste artigo, serão distribuídos pelos inscritos até um máximo de 5 minutos por intervenção e uma intervenção por município. Portanto, não vai haver réplica, está acabado o Período de Intervenção do Público. Eu queria dar nota de alguma correspondência. Temos correspondência do senhor Alberto Manuel Resende Marques da Silva, que declara ter apresentado reclamação no dia 06/06/2024 e até ao dia 10 de outubro não tinha ainda recebido respostas. Há outras correspondências que nos foram enviadas, simplesmente era tão técnica que mandamos imediatamente para o serviços e não tinham a ver com a Assembleia Municipal. Queria fazer aqui algumas saudações: Uma primeira saudação que queremos dar nota: É do 40º aniversário da Academia de Música de Oliveira de Azeméis. Refere a direção na sua mensagem: juntos celebramos 40 anos de uma história de trabalho, conquista, sucessos, dificuldades e sonhos. Parabéns. Queria também fazer uma saudação ao Gonçalo Noites que, no dia 14 de novembro, há 15 dias, no Kosovo, se sagrou campeão europeu de Muay Thai após 5 meses de se ter sagrado campeão do mundo e outros sucessos que já justificaram aprovação de um voto de reconhecimento desta Assembleia Municipal. Mas o que mais se aprecia e releva no Gonçalo é a sua sensibilidade humana e a forma como sente e se orgulha da terra onde nasceu e vive, São Roque, Oliveira de Azeméis. Queria também dar uma saudação às corporações de bombeiros que nos continuaram a enviar e agradecer os votos de estímulo e solidariedade. E particularmente uma saudação a nossa corajosa bombeira, Joana Oliveira, que já está em casa, a quem desejamos uma rápida recuperação e o melhor bem-estar possível. É credora de toda a nossa simpatia e solidariedade. Passaria agora a apresentar 4 votos de pesar. Três apresentados em nome dos grupos de trabalho, consensual. E um voto apresentado pelo grupo de trabalho do Partido Socialista e Bloco de Esquerda.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora **Márcia Gomes**, Segunda Secretária, que apresentou os seguintes votos de pesar subscritos pelos grupos municipais presentes na Assembleia:* =====

===== Voto de pesar: “António Ferreira Janardo. Nascido ano dia 9 de julho de 1938, foi dedicado autarca e presidente da primeira Junta de Freguesia de São Roque, em democracia, no mandato de 1977 a 1979. Pelo seu precioso empenho como autarca e cidadão, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento e progresso da Freguesia de São Roque, particularmente para a sua promoção e elevação a Vila, promulgada no dia 30 de junho de 1989, António Ferreira Janardo seria homenageado pela Junta de Freguesia de São Roque, no dia 30 de junho de 2017. Também, enquanto empresário da indústria do calçado se revelou um cidadão de referência, empreendedor dinâmico, afável e justo com os seus trabalhadores. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida no dia 28 de novembro de 2024, nas instalações da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, associa-se à Autarquia de São Roque, família e amigos, propondo um voto de pesar pelo falecimento de António Ferreira Janardo, falecido no dia 20 de setembro de 2024.” =====

===== Colocado à votação o voto de pesar apresentado, foi o mesmo admitido e aprovado por unanimidade. =====

===== Voto de pesar: “Fernando Jesus Henriques. Faleceu no passado dia 23 de setembro, aos 89 anos de idade, Fernando de Jesus Henriques. Fernando Jesus Henriques foi um homem dedicado à causa pública, nomeadamente, enquanto presidente da Junta de Freguesia de Cesar, foi um homem solidário - gesto muito nobre de benemerência que prestou a instituições locais, um empresário de sucesso que soube gerar postos de trabalho, inovar no seu setor e tornar-se uma referência enquanto industrial na área do calçado. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em sessão ordinária no dia 28 de novembro de 2024, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Fernando Jesus Henriques e apresenta sentidas condolências à sua família e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.”=

===== Colocado à votação o voto de pesar apresentado, foi o mesmo admitido e aprovado por unanimidade. =====

===== Voto de pesar: “Irmã Maria da Conceição Laranjeiro, nascida em Porto de Mós em 20 de dezembro de 1930 e faleceu em 02 de outubro de 2024. Iniciou a sua atividade pastoral na Comunidade das “Filhas da Caridade”, em Cucujães, em 1971, tendo exercido a missão de enfermeira na Unidade de Saúde, desde 1976 a 2000. Exemplo maior de generosidade e dedicação à Juventude, fundou a Cruz Vermelha de Cucujães e a Conferência Vicentina, que, ainda hoje, prestam assistência aos mais desfavorecidos. Os pobres são o seu amor e os jovens a sua paixão. Profundamente empenhada no serviço e dedicação ao próximo, anunciava com radical ternura: “Um cristão que não viva para servir, não serve para viver.” Pela exemplar doação da sua vida e amor ao próximo, particularmente aos mais pobres, desfavorecidos e vulneráveis, foi condecorada pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, em 2009, com o grau “Comendador da Ordem de Instrução Pública.” Reconfortada por

tão elevado testemunho de vida, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida no dia 28 de novembro de 2024 na sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, aprova, por unanimidade, um voto de pesar e condolências pelo falecimento da Irmã Maria da Conceição Laranjeiro.” =====

===== *Colocado à votação o voto de pesar apresentado, foi o mesmo admitido e aprovado por unanimidade.* =====

===== *Voto de pesar* subscrito pelos grupos municipais do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda: *“Camilo Tavares Mortágua. Camilo Mortágua nasceu a 29 de janeiro de 1934 no lugar das Lousas, na freguesia de Ul, concelho de Oliveira de Azeméis e cedo emigrou para a Venezuela. Foi a partir desse ponto do mundo, em 1951, que iniciou a sua militância contra o fascismo em Portugal. Integrou a Direção Revolucionária Ibérica de Libertação e participou no assalto ao navio Santa Maria, em 1961, sob o comando do capitão Henrique Galvão. Nesse mesmo ano, juntamente com o revolucionário Palma Inácio e outros antifascistas, desviou um avião da TAP no percurso Casablanca (Marrocos) e Lisboa para largar sobre a capital portuguesa 100.000 panfletos contra o regime salazarista. Destacado antifascista, envolveu-se desde cedo nos movimentos da resistência ao Estado Novo. Como deu nota pública o Senhor Presidente da República, Camilo Mortágua foi um “lutador contra a ditadura durante muitas décadas do século passado e que nos deixou hoje ao fim de uma longa e multifacetada vida ao serviço de ideias que abraça.” Foi por esse serviço aos ideias em que acreditava que, a 9 de junho de 2005, o Presidente da República, Jorge Sampaio, lhe atribuiu a condecoração de Grande oficial da Ordem da Liberdade. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em sessão ordinária no dia 28 de novembro de 2024, aprova um voto de pesar pela morte de Camilo Tavares Mortágua. Num momento sempre difícil, endereçamos à sua família e toda a comunidade que reconhece esta perda, sentidas condolências.* =====

===== *Colocado à votação o voto de pesar apresentado, foi o mesmo admitido e aprovado por maioria.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *Cumprimentar Vossa Excelência, a Mesa, o Executivo, colegas membros da Assembleia Municipal e demais público aqui presente. A minha orientação de voto é a abstenção. De facto, não posso deixar de manifestar pesar pela morte de um combatente antifascista e que de facto teve um percurso meritoso no combate ao antigo regime. Não posso, contudo, deixar de salientar aqui que, ao contrario do que vem escrito, o revolucionário Camilo Mortágua foi condenado a 20 anos de cadeia, cuja pena depois veio a ser amnistiada após o 25 de Abril. Creio, todos nós sabemos, nem todos os fins justificam os meios. E quando*

se pratica crimes mesmo em face do legítimo direito, que é o direito de manifestação, tem que merecer naturalmente uma reprovação da nossa parte. E, nessa medida, louvando a atividade que ele fez, mas condenando os crimes que perpetuou, alguns de sangue, o meu voto vai no sentido da abstenção. =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 21º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Maritza Valente, José Ribeiro, Fernando Pais, Manuel José Soares, António João, Rui Rocha, Francisco Silva e João Costa.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Maritza Valente**, do PSD.* =====

===== *Muito boa noite a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Camara Municipal e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Caros colegas deputados municipais, publico aqui presente, comunicação social. Hoje, venho aqui em nome dos oliveirenses, aqueles que dependem diariamente do sistema de transportes públicos, para expressar a nossa profunda insatisfação com a implementação do sistema de autocarros UNIR, que, após um ano, se revelou um verdadeiro desastre. Permitam-me, então, colocar algumas perguntas que refletem a desilusão e a frustração dos cidadãos que esperam que a Camara Municipal defenda os seus interesses. Como é possível que, após um ano de funcionamento, os horários dos autocarros continuem a não ser cumpridos? E, muitas vezes até suprimidos, sem qualquer aviso? Existem casos em que os pais têm de sair do seu trabalho porque o autocarro não passou e têm de levar os filhos à escola e eles acabam de perder primeira a aula, por atraso. Isto é aceitável, ainda mais que é sistemático? Isto passa-se por todo o concelho. Que medidas concretas foram tomadas para garantir que os cidadãos possam contar com um serviço pontual? Por que razão os motoristas alteram os trajetos sem aviso prévio? Os motoristas fazem uma reclamação, e a solução é deixar de fazer esse trajeto, cujo o único impedimento é uma “aberração” no início da rua e que a Camara Municipal pode facilmente resolver o problema. Como é o caso de Macinhata da Seixa, onde o autocarro para ir para o cimo da freguesia, e passar por 4 lugares com dezenas de casas, precisa de fazer uma inversão de marcha a 800 mts do local, no qual os motoristas reclamaram e com razão, para poder subir a rua. E a solução encontrada foi suprimir esse troço, optando por uma rota com*

uma única casa, até à paragem seguinte, Sanfins, mas, nos horários, continuam a aparecer as 2 paragens anteriores, que ninguém sabe onde fica, porque não tem qualquer indicação de paragem. E este problema não é só para os autocarros, mas sim, para todos os veículos pesados, incluindo bombeiros e Proteção Civil, como se constatou em setembro último. Que tipo de supervisão está a ser feita para assegurar que os trajetos sejam respeitados e resolvidos os obstáculos reportados por quem diariamente faz esses trajetos? Claramente a densidade das linhas não foi levada em conta, quando foram criadas as rotas, há um ano atrás, pois não suprem de forma alguma as necessidades dos oliveirenses para que estes repensem a sua mobilidade. E optar por transporte público em vez da viatura própria. Muito menos, está pensado para pessoas como mobilidade reduzida e portadoras de deficiência. Qual é a estratégia da câmara municipal para colmatar estes problemas que consideramos, muitos graves e que acaba também por afetar quer a inclusão social, quer o meio ambiente e a mobilidade? Os horários estão desfasados e desajustados às necessidades das pessoas. Como é o exemplo da EB2,3 Dr. José Pereira Tavares, no Pinheiro da Bemposta, onde as aulas terminam às 17h30, mas o último autocarro sai às 17h15. Os horários foram alterados e outros suprimidos com a saída da Transved, mas para pior diga-se. Como é que a Câmara Municipal permite que situações como esta continuem a acontecer? O que está a ser feito para alinhar os horários dos autocarros com as necessidades das escolas e dos empregos? Também as conexões não funcionam de forma eficiente, não permitindo viagens multimodais rápidas e fáceis. Os tempos de espera entre transportes é muito superior ao aceitável, já para não falar escasso. O que está a ser feito para minimizar o constrangimento da situação e que alternativas são dadas para os utentes poderem, não saírem prejudicados pelos tempos absurdos de espera? Porque razão circula minibus em rotas que claramente exigem autocarros grandes, enquanto autocarros grandes são enviados para trajetos que poderiam ser servidos por minibus? Qual a razão para suprimir umas linhas onde passava o minibus Tuaz, vias essas que não permitem autocarros de maiores dimensões e daí a colocação desse minibus e onde permitia à população desses lugares se deslocarem ao centro da cidade? Como é o caso de Ossela, nos lugares de Mosteiro e Ribeiras. Tenho conhecimento que o autocarro que vem por Ossela, via Vale de Cambra, quando chega a Pinhão e Pindelo, já chega lotado. As pessoas, entre elas crianças tem de ir de pé. Isto é zelar pela segurança dos utentes? Que critérios estão a ser utilizados para a gestão da frota? A ausência de informação sobre horários e carreiras nas paragens é inaceitável. As pessoas, principalmente as mais idosas, que não tem ou não usam as redes sociais, não têm qualquer informação. Por que razão não existem informações claras e acessíveis nas paragens? Quando podemos esperar que a Câmara Municipal implante um sistema de informação eficaz? Como é que a Câmara Municipal justifica a alteração de horários sem a devida antecedência? Que medidas estão a ser tomadas para garantir que os utilizadores possam ajustar as suas vidas de acordo com as mudanças? Reclamações e respostas - Onde está o local ou plataforma para reclamações? Por que razão não temos uma resposta adequada nas redes sociais da UNIR? Como a câmara municipal planeia melhorar a comunicação com os cidadãos? Um ano depois, ainda há autocarros sem a caracterização e a

imagem da UNIR. Como é isso aceitável? Que diligências estão a ser feitas para resolver esta situação? A frota de autocarros no lote 5 é claramente obsoleta e poluente, face aos outros lotes, nomeadamente do grande Porto. Para não falar, que os autocarros não estão preparados para transportar pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida, levando só isso a uma exclusão social. Como é possível ver a Câmara Municipal impávida e serena, sem se importar com o conforto, segurança e inclusão dos utentes, já para não falar do meio ambiente? A Câmara Municipal tem estado a substituir abrigos de paragens, mas muitos deles são menores que os anteriores e menos confortáveis. Vão ser removidos abrigos que ainda estão em perfeitas condições e noutras locais em que fazem falta não são colocados. Por que razão se optou por esta substituição e qual é o critério adotado? Como a camara municipal justifica a escolha de abrigos que abrigam menos que os anteriores e expõe os passageiros à chuva e ao vento? É caso para se dizer, que as substituições dos cobertos vão diminuindo, para se aumentar os passeios, como é o caso do da Escola básica e secundária Ferreira de Castro, onde os abrigos encolheram. O Senhor Presidente anunciou com pompa o encaixe financeiro de 300 mil euros. Mas, Senhor presidente, os oliveirenses querem transportes e abrigos em todo o concelho, não apenas onde passa “a procissão da publicidade”. O que está a ser feito para garantir que todos os cidadãos sejam tratados de forma equitativa? Um problema que tem sido crescente em Oliveira de Azeméis é o estacionamento inadequado de autocarros nas ruas, especialmente nas áreas urbanas. Este problema não só dificulta a circulação de outros veículos, mas também coloca em risco a segurança dos peões. O que está a ser feito pela camara municipal para resolver esta questão e garantir que as ruas da nossa cidade sejam seguras e acessíveis a todos? Isto são apenas alguns exemplos, pois poderia apresentar muitos mais. Mas estaríamos a noite toda nisto. Senhor Presidente, é tempo de agir. Os oliveirenses merecem respostas e soluções concretas. A camara municipal deve assumir as suas responsabilidades de defender os interesses dos cidadãos junto da Área Metropolitana do Porto e garantir um sistema de transportes públicos que funcione de forma eficaz e digna. E deixe-me que lhe diga, Senhor Presidente, estive a dar uma vista de olhos às atas das reuniões do Conselho Metropolitano e não vi, pelo menos nas que estão publicadas até agora, qualquer preocupação da sua parte sobre este assunto. E lamentamos profundamente. Mas queremos acreditar, que antes de se introduzir esta nova rede de transportes, tenha feito um estudo de avaliação, das variáveis que possam influenciar diretamente a viabilidade a curto, médio e longo prazo, e, que agora sejam feitas as reformulações necessárias e urgentes, embora tardias. Pois, tal como está não tem viabilidade, e todos nós sabemos como vai acabar. Mas esperamos e desejamos que a autarquia assuma as suas responsabilidades e que os problemas possam ser resolvidos muito antes de terminarem os sete anos da concessão. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Ribeiro**, do PS.=====*

===== *Excelentíssimo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, caros presidentes de Junta, público presente, comunicação social. A reabilitação da Linha do Vouga é hoje uma realidade no terreno. Depois de uma luta intensa, com avanços e retrocessos, sempre ficou claro que esta intervenção era determinante para o progresso do território e para a afirmação de uma mobilidade que queremos cada vez mais se torne evidente no território, e que o estado a que a linha tinha chegado, não permitia, seja em condições da via, seja em material circulante. A renovação da Linha do Vouga espere-se, fique pronta em 2026. A única via ferroviária em bitola métrica (europeia) do país está sob intervenção para que seja reposta a normal velocidade dos comboios e para aumentar a segurança dos passageiros. As intervenções estão a ser divididas por vários troços ao longo de cerca de 96 quilómetros. Já renovados estão os percursos Santa Maria da Feira-Oliveira de Azeméis e Sernada do Vouga-Águeda. Em obras desde fevereiro de 2024 está o troço central, entre Oliveira de Azeméis e Sernada do Vouga, que não tem serviço de passageiros desde 2013 por conta do elevado estado de degradação. Recorde-se que a linha esteve decretada para encerramento em 2011 e que, desde então, não tendo sido possível, foi encerrando por falta de investimento. Após a conclusão das obras, poderão ser feitas viagens de ponta a ponta entre Espinho e Aveiro pela Linha do Vouga. No final de 2025 deverá ficar pronta a intervenção entre Espinho e Santa Maria da Feira, que depende da escolha da proposta vencedora para que as obras avancem. Por último, será a vez do percurso Águeda-Aveiro, cujo concurso público já foi lançado pela Infraestruturas de Portugal (IP). Prevê-se que as obras fiquem prontas ao longo de 2026. Os trabalhos na Linha do Vouga servem, sobretudo, para repor a normalidade do serviço, com a substituição de antigas travessas de madeira por outras com o mesmo material e a colocação de máquinas pesadas para que os comboios passem na via-férrea com a maior suavidade possível. A IP também conta automatizar as cerca de 70 passagens de nível em menos de 100 quilómetros de via-férrea, o que significará o fim dos guardas de passagem de nível na região. Admite-se agora que a secção norte da Linha do Vouga, entre Oliveira de Azeméis e Espinho, passe a ter ligação direta com a restante rede ferroviária nacional. Esta ligação pode passar pela transformação da bitola métrica em bitola ibérica neste percurso, permitindo uma viagem direta de comboio entre Oliveira de Azeméis e o Porto e também está a ser equacionado o regresso do comboio proveniente do Vouga à Estação de Espinho, visto que desde 2005 os passageiros têm de fazer um percurso a pé de 500 metros entre o apeadeiro de Espinho-Vouga e a estação subterrânea, na Linha do Norte. Falta depois a integração do Sistema Andante no troço norte da Linha do Vouga, que permitiria a um passageiro entrar no comboio em Oliveira de Azeméis e viajar, por exemplo, até à Póvoa de Varzim por 40 euros, com um só passe, em vez de pagar por dois títulos de transporte. Senhor Presidente, solicitamos que continue atento e firme nas convicções, zelando pela execução da obra por forma a que possamos o mais rápido possível, colocar esta infraestrutura ao serviço das populações. Pergunto-lhe por isso, e porque sobre estas matérias não pode nem deve haver secretismo, não são segredos de Estado, que*

informação tem sobre os planos do governo para a continuação do investimento nesta linha. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== A câmara Municipal vai avançar com a requalificação de 150 vias nas freguesias do concelho e, mesmo assim, UI e Madaíl não foram contempladas. Na altura foi referido pelo município que: Após um processo moroso de obtenção do visto pelo Tribunal de Contas, foram consignadas três empreitadas de requalificação de mais de 150 vias no concelho. O investimento comporta um montante de cerca de 2,8 milhões euros; Se, por um lado, é um facto que a requalificação da rede viária é crucial para a melhoria da mobilidade segurança, conforto e acessibilidade e tratando-se de um dos maiores investimentos de sempre pergunta-se: - Porque não antes, Senhor Presidente? - Porque esperamos para a presente data e neste timing.? Porque é que as obras que se iniciam a um ano das eleições autárquicas, que se realizam em setembro ou outubro de 2025? Saliente-se que estão em causa três empreitadas que, no total, abrangem desde troços com apenas 250 metros de extensão até vias com 2,3 quilómetros de comprimento e corresponde a mais de 400 mil metros quadrados de piso a intervir, o que é bem revelador da falta de investimento na rede viária. Assim, questionado o Senhor Presidente, numa tentativa de colar o timing destas obras à data das eleições, referiu que o Município esteve mais de um ano à espera do visto do Tribunal de Contas. O presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis afirmou que gostava de ter arrancado com o processo mais cedo, mas admite que a consignação das três empreitadas necessárias para a execução das obras foi atrasada por “um processo moroso de obtenção do visto pelo Tribunal de Contas”. Esta afirmação fez com que o Tribunal de contas viesse esclarecer a situação. O que fez nos seguintes termos:

(Documento entregue à Mesa, ao qual se transcreve.)

“«...



ESCLARECIMENTO

Na sequência da notícia do Azemeis.net, publicada no dia 12 de novembro, com o título Obras de repavimentação em 150 vias do concelho já arrancaram ... mais de um ano depois, onde se afirma que as obras “estiveram mais de um ano à espera do visto do Tribunal de Contas” e que “a execução das obras foi atrasada por um processo moroso de obtenção do visto pelo Tribunal de Contas”, cumpre esclarecer o seguinte:

1) O Tribunal de Contas dispõe de 30 dias úteis para se pronunciar sobre os contratos submetidos a fiscalização prévia. Caso o Tribunal de Contas não se pronuncie no prazo referido, o visto é concedido tacitamente. Mais se informa que o tempo que o Tribunal leva para decidir os processos de visto é, em média, de 12 dias úteis;

2) A contagem do prazo inicia-se quando o Tribunal recebe os contratos. Esta é suspensa quando o Tribunal devolve o processo para complemento de instrução e/ou esclarecimentos adicionais e é retomada depois de recebida a resposta da entidade;

3) No caso em concreto, o Tribunal de Contas demorou 17 dias úteis para decidir os contratos em causa;

Os contratos foram submetidos a 24 de junho de 2024, tendo sido devolvidos 12 dias depois para informação complementar. A resposta da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis à solicitação do Tribunal foi recebida no dia 6 de agosto, tendo sido devolvido três dias depois para esclarecimentos complementares. O processo reentrou no Tribunal a 14 de outubro e foi novamente devolvido dois dias depois. No dia seguinte, o Tribunal recebeu a informação em falta e concedeu o visto no mesmo dia (17 de outubro). Lisboa, 14 de novembro de 2024....»”
- Até por este investimento, se conclui a forma como o executivo camarário tratou ao longo destes anos a rede viária do nosso concelho, com muitas intervenções que fizemos aqui da necessidade absoluta de requalificação da nossa rede urbana. Eu terminava, citando alguém que publicou qualquer coisa como isto (não é minha a frase): “Alcatrão a rodos em ano eleitoral”.

=====
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Manuel José Soares**, do PS. =====

=====
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, público, comunicação social. A atividade executiva rege-se, primeiramente, pelas políticas gerais específicas propostas aos municípios no seu programa eleitoral. Num contexto mais pragmático, aplica em seguida os instrumentos financeiros disponíveis e necessários à implementação dessas políticas. Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios, Oliveira de Azeméis situa-se na 5ª posição do ranking dos Municípios de média dimensão, ascendendo um lugar em relação a 2022, facto que traduz a saúde das contas autárquicas, o diagnóstico necessário para alavancar o investimento. O nosso Município é o terceiro do ranking com maior equilíbrio orçamental em 2023. Este equilíbrio, que tem vindo a ser reiterado, confere mais uma responsabilidade especial às opções do Executivo que se subordinam, como não podia deixar de ser, à construção de um território mais atrativo para investimento privado e para os cidadãos, tendo em conta as opções políticas públicas que tem como objetivo, naturalmente, ancorar as decisões de escolher Oliveira de Azeméis para qualquer percurso de vida. O investimento público nas Autarquias desempenha, como sabemos todos, e por isso que também estamos cá todos, um papel fundamental no desenvolvimento local e na promoção do bem-estar das comunidades, na melhoria das infraestruturas, na educação, saúde; cultura e meio ambiente refletem a importância desse investimento. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João**, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente, sintam-se todos cumprimentados na sua figura. Eu vinha aqui auxiliar o Senhor Presidente, Joaquim Jorge, na primeira intervenção do Partido Socialista, comunicando que: ainda na semana passada, tivemos aqui o Ministro das Infraestruturas, numa iniciativa do PSD local, que assegurou de viva voz o comprometimento com o investimento na Linha do Vouga. Portanto, se mais fosse necessário, o próprio Ministro terá vindo aqui a esta sala, neste público, reafirmar isso.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Em relação à intervenção da Senhora deputada Maritza Valente, sobre o sistema de transportes UNIR, dizer-lhe que: o sistema da rede de transportes UNIR é da responsabilidade da Área Metropolitana do Porto. A Autarquia de Oliveira de Azeméis, antes do nosso mandato, entregou as responsabilidades e as competências que tinha em transportes metropolitanos, delegou essas competências na Área Metropolitana do Porto. O que é que acontece? Nós tivemos efetivamente um concurso público internacional extremamente complexo que procurou resolver os problemas de transporte em todo o território metropolitano. O que acontece é que, como é normal nestas coisas, a informação está toda do lado dos operadores. Portanto, o concurso foi desenvolvido com a informação possível, embora tenha tido naturalmente muito estudo, muito trabalho, muita consultoria externa para que fosse desenvolvida a fórmula que permitisse resolver os transportes metropolitanos. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis o que fez, foi enviar toda a rede que existia na altura e que permitia satisfazer as necessidades da altura, reconhecendo também que já as necessidades altura eram insuficientes para assegurar necessidades que os municípios vinham progressivamente reportando. O Município de Oliveira de Azeméis na altura do arranque da operação em dezembro de 2023 teve a preocupação de dizer que achava que não estavam reunidas as condições para operação se iniciar. Portanto, sugeriu o adiamento da operação neste lote. Não foi considerada essa proposta. O lote avançou. Avançou com um conjunto de problemas, particularmente no lote cinco temos um conjunto de problemas ainda por resolver. Essa questão, por exemplo, dos horários: que é uma questão que ainda carece de afinação. Portanto, aos poucos os problemas estão a ser resolvidos. Temos diariamente 40 autocarros a circular e, portanto, teremos, num ou noutro percurso, um ou outro problema. Assim que esses problemas nos são reportados, aquilo que nós fazemos com regularidade, é evidente que não o fazemos no Conselho Metropolitano, porque o Conselho Metropolitano do Porto tem uma Ordem de Trabalhos que é estabelecida pelo Senhor Presidente e pelos seus Secretários, aquilo que se faz é: contacta-se com os responsáveis da Área Metropolitana do Porto que têm responsabilidades no domínio dos*

transportes e que tem acompanhado este processo desde a primeira hora. Como compreende, uma reunião do Conselho Metropolitano não trata deste tipo de questões, trata sim destas questões no sentido mais lato, no sentido de resolução do problema e da importância que esta decisão teve para a coesão do território metropolitano, como disse. E fez-se aqui também, adotou-se uma medida, que acho que é uma medida que tem repercussão intergeracional, que é a questão do PART. Nós, temos por hábito, falamos de tudo o que é negativo, enfatizamos tudo o que é negativo, queremos soluções imediatas para tudo. Somos perfeccionistas, como se a nossa vida fosse perfeita. Mas o que é um facto é quando temos realmente coisas que são absolutamente extraordinárias e que significam mudanças substanciais naquilo que são as respostas que nós asseguramos às pessoas, nós desvalorizamos por completo. Portanto, termos a possibilidade hoje de viajar em todo o território metropolitano por 40 euros por mês, foi efetivamente uma medida de grande alcance e de grande importância, de grande repercussão para os orçamentos das famílias e para a tal coesão do território metropolitano, que é absolutamente essencial para que sejamos todos mais iguais. Eu não vou entrar aqui em pormenor, em relação às questões de autocarros pequenos, autocarros grandes. Temos reclamações para os autocarros pequenos passarem a grandes, porque são insuficientes. Há aqui um pouco de tudo. Aquilo que importa, é que realmente se faça o ajuste de todo o processo, o ajuste nos Municípios que integram o lote, para que nós possamos ter informação sobre as linhas que faz sentido reforçar, que faz sentido continuar a assegurar, ou até o que faz sentido eliminar, podemos ter essa essa possibilidade. Decorrido, a caminho de um ano da operação, eu julgo que, nós ainda temos muita coisa por definir na operação, nomeadamente a constituição da Empresa Metropolitana de Transportes que fará toda a gestão deste processo e fará naturalmente de forma profissional. Aquilo que nós estamos a procurar fazer, e é isso que o Município de Oliveira de Azeméis tem feito, e os outros Municípios também do lote, convenhamos, não é só o Município de Oliveira de Azeméis, tem reportado todos os problemas com que somos confrontados e, naturalmente, temos procurado encontrar soluções junto do operador e junto dos responsáveis da Área Metropolitana do Porto. É isso que nós vamos fazer até que tudo esteja definitivamente resolvido e tenhamos, neste serviço público de transportes, uma resposta efetiva que seja substancialmente melhor do que a resposta que existia no passado. É evidente que, questões como essa de que os motoristas reclamam e depois o circuito deixa de ser feito ou é alterado, ou é suprimido, são questões estranhas, para não adjetivar de outra forma. Porque, obviamente, não é o motorista que tem autoridade para suprimir ou para eliminar horários, ou acrescentar trajetos ou eliminar trajetos. Aquilo que eu lhe pedia, porque fez aqui uma dezena de questões, é que nos fizesse chegar todas essas questões, inclusive aquelas que referiu, em relação ao Lugar do Mosteiro e Ribeiras, em Ossela. Nós aquilo que fazemos é, quando temos essa informação, nomeadamente até da comunidade educativa, nós fazemo-la chegar aos responsáveis da Área Metropolitana do Porto e procurámos articular com eles as soluções. Evidentemente que, isto implica também outros territórios, quando estamos a falar de transportes que são transportes que servem diferentes Concelhos. Portanto, há aqui uma preocupação que temos que ter sempre de perceber as implicações, que alterações

num dado o território tem, porque aconteceram noutras concelhos alterações que depois tiveram grandes repercussões no nosso Concelho. Questões como a que referiu, da EB2,3 do Pinheiro da Bemposta, de que as aulas terminam às 17:30 e o último autocarro é às 17:15; São questões que temos que resolver, obviamente, porque não queremos que os alunos fiquem apeados e não tenham solução. Nós não temos essa informação. Eu não tenho essa informação da comunidade educativa. Mas não estou a dizer que ela que não é certa. Mas o que importa é que, efetivamente, todas essas questões nos sejam comunicadas para que nós tenhamos a possibilidade de as transmitir e de exigir, naturalmente, a sua resolução, que é isso que nós temos feito. Em relação aos abrigos de passageiros: Não tem a ver com o facto de estarem em perfeitas condições. É uma concessão. A concessão terminou. É lançada uma nova hasta. Ganha uma outra empresa. Os abrigos da empresa que prestava o serviço anterior têm que ser removidos mesmo que estejam em bom estado, porque é natural que estejam em bom estado, porque eventualmente a hasta também obrigava à manutenção e à conservação dos abrigos. Os abrigos, foram retirados porque têm de ser retirados. Foram substituídos por abrigos que, não sei se são mais pequenos se são maiores, sei que uns são maiores, sei que uns são mais pequenos, obedeceram àquilo que é o histórico do tráfego e de utilização nesses locais. Sobre isso, não tenho muito a dizer. Claro que não sou eu que participo na elaboração do caderno de encargos, para uma concessão, para uma hasta pública de abrigos de passageiros. Os abrigos, não foram feitos especificamente para o Município de Oliveira de Azeméis, cumprem as medidas que estão previstas, as medidas regulamentares, em todos aspetos. Em relação à intervenção do senhor deputado José Ribeiro, sobre a Linha do Vale Vouga. A questão foi: Que informação tem para nos dar sobre este processo? Nós, os Presidentes de Câmara da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, colocamos na Agenda Nacional e no Plano Nacional de Investimentos a requalificação da Linha do Vale do Vouga, entre Espinho e Oliveira de Azeméis, com uma verba de 75 milhões de euros, depois foi reforçada para 100 milhões de euros, pelo anterior Ministro das Infraestruturas, passando a acrescentar também o troço de Oliveira de Azeméis até Aveiro. O que foi, na altura, referido, foi que estariam disponíveis 100 milhões de euros, para o troço Aveiro-Espinho. Entretanto, tivemos uma reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas, foram trocadas algumas impressões sobre este processo. Aquilo que nós esperamos, muito rapidamente, é que seja anunciado, - e pelos vistos, na conversa que tive com o Senhor Ministro da Coesão muito recentemente quando ele visitou o nosso território, estamos alinhados em relação à tipologia de bitola que melhor serve os interesses desta região. Aquilo que eu vos posso dizer, é que temos esperança que muito rapidamente, eventualmente gostaríamos que isso acontecesse ainda este ano, fosse anunciada a requalificação da Linha do Vale Vouga, que é isso que se perspectiva por parte da tutela, entre o troço de Oliveira de Azeméis a Espinho. Percebo eu que, há uma vontade, há uma manifestação de vontade que esse troço se faça em bitola ibérica e, portanto, abandonemos a bitola métrica. Como sabem, neste momento, estão a ser investidos cerca de 34 milhões de euros, no troço Sernada-Oliveira de Azeméis. Muito desse dinheiro, eventualmente, algum desse dinheiro poderá perder-se. Mas o que importa é que nós tenhamos uma solução de

mobilidade alternativa ao transporte rodoviário e ao serviço público de transportes de passageiros rodoviário e tenhamos uma resposta de mobilidade no domínio da ferrovia. Não tenho dúvidas nenhuma que, se tivermos uma boa adequação de horários e uma boa adequação de frequência, vai ser um absoluto sucesso esta ligação desta região ao centro da Área Metropolitana do Porto. Em relação à intervenção do senhor deputado Fernando Pais. O Senhor coloca aqui uma questão: Porque é que fazem em ano de eleições? E diz que: Não tinha conhecimento do estado da nossa rede viária. Também não tem conhecimento, porventura, mas devia ter, do investimento que foi feito desde 2021 até agora. Não tem esse conhecimento também. Eu gostaria que o senhor nos dissesse que expectativa tem em relação ao investimento. O Senhor vai para ali e diz: Foi feito um investimento de 2.8 milhões de euros. Vai ser feito nas 150 vias. Já está a ser feito. E diz que - foi o senhor que o classificou, que catalogou: - um investimento em ano eleitoral. Eu estava-lhe a perguntar: se o senhor tem conhecimento do investimento que foi feito nos anos anteriores? Então deixe-me que lhe diga: de 2021 a 2023, foram investidos 7.5 milhões de euros, na rede viária. O ano passado, foram investidos 2 milhões; No ano anterior, 2 milhões e tal; e no outro ano, cerca de 3,3 milhões. Terei todo o gosto em facultar-lhe essa informação. E o senhor com isso vai perceber uma coisa muito simples: vai consultar o Plano Plurianual de Investimentos e vai perceber o que é que nós tínhamos planeado no passado, em termos de investimentos anuais, e aquilo que temos perspectivado para os próximos anos. E vai procurar perceber, se efetivamente existe essa vocação eleitoral ou se há realmente preocupação, em ir investindo nossa rede viária. Que está no estado em que está, sabe porquê, uma boa parte dela? Tem a ver com a execução da rede de água e saneamento. Portanto, se este problema tivesse sido resolvido na altura própria, quando tivemos muitos milhões de euros para dotar o concelho da rede de água e saneamento, nós hoje não estaríamos a ter este problema. Mesmo assim, senhor deputado, está a ser feito um esforço enorme para dotar o nosso concelho uma coisa básica que não têm, na maior parte do território que são, passeios, conduções de águas pluviais. Estamos em pleno século XXI a eliminar troços urbanos em paralelo altamente irregulares e superperigosos, como a Avenida dos Combatentes. Gostaríamos muito também de conseguir requalificar o troço das Baralhas a Vermoim. Estamos a trabalhar também nisso. Temo-lo feito. Como fizemos na Rua do Mosteiro com um investimento significativo. Portanto, não é verdade que se tenha aqui uma lógica eleitoral para intervir na rede viária do concelho. Temo-lo feito, sempre, temo-lo feito com os níveis de investimento que temos preconizado. É evidente que, quando estamos a falar de investimentos mais substanciais os processos são muito mais complexos, são muito mais morosos e, portanto, demoram muito mais tempo. Mas não tenha dúvidas rigorosamente nenhuma que foram investidos 7.5 milhões de euros, nos últimos anos. E agora teremos de investir esse valor que o senhor referiu. Em relação ao visto do Tribunal de Contas: Olhe, fale com o Senhor Primeiro-Ministro, que acaba de pedir para que o Tribunal de Contas não eternize a atribuição do visto da Linha de Alta Velocidade. Acaba de pedir. Em relação à intervenção do senhor deputado Manuel José, sobre o anuário dos Municípios Portugueses. Só tem para lhe dizer que, lembro-me de nesta mesma Assembleia ouvir aqui um deputado, de um

determinado partido, dizer que: Devíamos entregar à senhora chanceler alemã, Angela Merkel, O nosso Plano de Saneamento Financeiro, porque era um instrumento de gestão absolutamente extraordinário, verdadeiramente inovador. Eu lembro-me disso como se fosse hoje. Se não fosse uma coisa tão extraordinária, para não adjetivar, porque eu acho que a elevação nesta Assembleia é fundamental, para não adjetivar isto desta forma, e o silêncio quando as pessoas estão a intervir também, - Eu diria, é com orgulho, é com muito orgulho que nós devemos olhar para o facto que um Município que tinha historicamente problemas de dívida e dívida que limitou drasticamente da nossa capacidade para investir, a tal dívida que nos levou a dizer que: nós éramos um concelho estagnado e parado no tempo quando comparado com outros Concelhos - É bom que nós hoje sejamos o terceiro concelho do país com maior equilíbrio orçamental. E é bom também que sejamos o décimo em termos do melhor índice de liquidez e do melhor resultado operacional. Mas o número que para mim é mais importante que todos os outros é que sejamos o 26º com maior volume de investimento pago em 2023. O 26º concelho do país com maior volume de investimento pago em 2023. E nós todos nos lembramos, de que, há meia dúzia de anos atrás, nós tínhamos um investimento disponível que era dez vezes inferior ao investimento que temos disponível hoje. Hoje, nós temos tremendos desafios ao nível da execução. Efetivamente, temos tremendos desafios. Mas temos um desafio muito maior que é o desafio da ambição. E nós continuamos a ter a mesma ambição para resolver os problemas no concelho, que herdámos. Um dos que herdámos foi efetivamente uma rede viária completamente degradada, num estado absolutamente lastimável. E deixe-me que lhe diga, os nossos empresários - este concelho é referenciado pelo seu desenvolvimento económico - foram completamente desconsiderados ao longo dos anos. Se hoje temos um concelho com essas marcas identitárias de realmente sermos uma referência no plano industrial deve-se seguramente aos nossos empresários e aos nossos trabalhadores. Não se deve àquilo que nós fizemos por eles porque, aí sim, nós desrespeitamos totalmente os nossos empresários porque não criamos condições para que as produzissem riqueza, não criamos condições para que eles desenvolvessem os seus negócios com toda a qualidade. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Rui Rocha**, do PS. =====*

===== Muito boa tarde a todas e a todos. Sintam-se cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Amaro Simões. O que importa, sempre, é o que ainda falta fazer. Independentemente da nossa ideologia, ou da forma como desenvolvemos os nossos projetos, é certo que viveremos com o fruto dos mesmos. Independentemente, da forma como cada um de nós deputados municipais, como cada grupo municipal, olha para os diversos investimentos, a concretização dos mesmos deve ser onde devemos depositar a maior parte da nossa energia. O passado foi lá atrás. Nada conseguimos alterar. Podemos sim, analisar e aproveitar para refletir. Podemos, e devemos, falar de nós, daquilo que realmente fizemos. Daquilo que estamos a fazer e daquilo que efetivamente são as

nossas metas. Os oliveirenses merecem que nos preocupemos com eles. Merecem que consigamos executar de forma efetiva os nossos projetos, merecem que lhes propiciemos condições para eles próprios darem azo às suas ambições no nosso concelho. O que importa, sempre, é o que ainda falta fazer. As infraestruturas básicas de água e saneamento sempre foram por nós elencadas como uma das prioridades para o concelho. A concretização do investimento nestas redes traria, não só a melhoria de qualidade de vida dos Oliveirenses, como condições, ditas básicas, para quem escolhe um concelho para viver ou investir. Ao longo dos últimos anos direcionamos esforços e verbas substanciais para que este pressuposto fosse sendo alcançado. Ainda no decorrer do passado mês de outubro foi inaugurada a Estação de Tratamento de Águas Residuais do Pinheiro da Bemposta. Um investimento de aproximadamente 1 milhão de euros que servirá mais uma fatia significativa de habitantes do nosso concelho. Um equipamento que faz crescer para 66% a rede de saneamento tratado. Um aumento de aproximadamente 45% nos últimos 7 anos. Mas, o que importa, sempre, é o que falta fazer. E como tal, questiono Senhor Presidente, quando conseguiremos fazer também crescer esta rede de saneamento tratado nas freguesias de São Martinho da Gândara e Loureiro? O desenvolvimento do nosso território como um todo necessita do esforço contínuo do município no que às redes de água e saneamento diz respeito. A meta para este mandato, já alcançada, de um investimento de 10 milhões de euros, no alargamento destas infraestruturas básicas, traz a satisfação do momento, mas também a noção real de que o processo ainda se encontra inacabado e que temos a responsabilidade de dar resposta ao que ainda falta fazer. E isso é o que importa. Assim, Senhor Presidente, quando estaremos em condições de alargar o investimento na rede de água a freguesias como Palmaz ou Pindelo? Estou certo que a vontade e o empenho do executivo continuarão direcionados para aquilo que realmente importa. Continuaremos a acompanhar este desígnio tão importante para o concelho e a fiscalizar o seu cumprimento. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Francisco Silva**, do PSD. =====*

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores. Vereadores e Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Presidentes das Juntas de Freguesia, caríssimos colegas deputados municipais, colaboradores da Autarquia, comunicação social, público presente e público que assiste através da transmissão online. Antes de iniciar a temática da minha intervenção, permitam-me deixar nesta Assembleia os votos de parabéns às Bandas de Música de Loureiro e do Pinheiro da Bemposta pela comemoração de mais um aniversário, 125 e 143 anos respetivamente, e que ocorreram entre a última e a presente Assembleia. O Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis, inaugurado no dia 11 de novembro de 2023, viu, no passado dia 9 de novembro, ser comemorado o primeiro aniversário da reabertura após a requalificação do extinto Cineteatro Caracas. Os aniversários, e as ditas datas redondas são,

por norma, momentos de avaliação, reflexão e de perspetivar o futuro, onde a existência de uma missão e visão é tão essencial quanto vital para garantir uma orientação clara, desejavelmente sob os valores da economia, eficácia e eficiência. Chegados aqui, e no cumprimento da superior missão deste órgão de asseverar os interesses da população, premissa maior do exercício que aqui desenvolvemos, no acompanhamento, apreciação e fiscalização da atividade da Câmara Municipal, deixo as seguintes questões ao Executivo Municipal: 1 - A constituição da linha programática que é possível aferir com a oferta lúdica e cultural deste ano no TEMA, com características idênticas à desenvolvida no passado no extinto Cineteatro Caracas, na sala Cinema e nos Palcos Cruzados realizados nas freguesias do concelho, sabendo antemão que na oferta de um equipamento deste género não é possível fugir às tipologias de uma programação cultural eclética, onde a Música, o Teatro, a Dança e o Cinema são elementos centrais. Na certeza de que é pretensão de todos que o TEMA seja uma casa de referência a nível local, mas também regional, a programação deverá almejar, em primeira instância, a afirmada participação dos agentes culturais locais, para além da primeira missiva de captar o público do concelho, bem como a atração de públicos de proximidade territorial supramunicipal. Assim, questiono o Executivo Municipal sobre o balanço da programação cultural decorrido um ano da reabertura do teatro municipal, bem como quais as perspetivas para o segundo ano de atividade do TEMA. Aproveito ainda a oportunidade para solicitar que seja dado ao conhecimento deste órgão a informação dos dados trabalhados sobre a programação executada, onde conste o balanço de públicos com as informações relevantes da prática gestionária. 2 - No seguimento desta questão e da informação solicitada no ponto anterior, importa outra informação que se entende de relevância. Temos, felizmente, assistido a espetáculos esgotados no TEMA, acreditando ser um fenómeno de crescimento de interesse do público pela retoma da atividade cultural da sala de espetáculos por excelência do concelho. Neste sentido, questiono o Executivo Municipal sobre a forma como tem gerido os convites e atribuição dos mesmos nos diferentes espetáculos, e em que medida e percentagem contribui para a taxa de públicos registados. 3 - A terceira questão prende-se com a constituição da equipa que deve assegurar o funcionamento de acordo com as competências previstas no regulamento de funcionamento do equipamento. Ao fim de um ano de exercício de serviço ao público, vemos a abertura de um concurso no final do passado mês de setembro, para admissão de 1 lugar de Assistente Técnico para Apoio administrativo audiovisual e luz, pelo que se impõe reiterar a pergunta efetuada há um ano atrás, na última Assembleia do ano de 2023. Qual a avaliação efetuada do exercício desde novembro de 2023 a novembro de 2024 em termos de recursos humanos e qual a perspetiva e meta para a construção da equipa interna de trabalho para este novo ano que se inicia. 4 -Termino com uma questão relativamente ao espaço do Café Concerto do TEMA. Tratando-se certamente de um processo construtivo e evolutivo na reafirmação do equipamento cultural, quais as diligências entretanto efetuadas e, eventualmente a efetuar no futuro para o funcionamento regular ao público deste espaço. Estando à porta uma época especial, aproveito para desejar a todos os oliveirenses um Santo e Feliz Natal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Queria cumprimentar-vos, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. O desenvolvimento económico e a dinâmica industrial do nosso concelho é, sem dúvida, uma marca distintiva do concelho no país. E resultado disso é o nosso concelho, Oliveira de Azeméis, encontrar-se em 6º lugar no ranking do país, relativamente ao saldo da balança comercial de bens, sendo este superior a 582 milhões de euros no ano de 2023 - resultado da diferença entre as exportações e as importações. Em suma, os oliveirenses sabem bem o que é produzir e acrescentar valor. E estão no topo do país. A procura crescente por espaço industrial, devido à dinâmica dos nossos empresários, obriga a que o Município tenha também um papel fundamental para continuar a estimular a atividade económica e nos últimos anos têm sido dados passos firmes. Em primeiro lugar, nas intervenções nas nossas Zonas Industriais. Após a requalificação da Zona Industrial de Oliveira de Azeméis, as inúmeras intervenções na Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro, soma-se agora o concurso, já com vencedor, a intervenção na Zona Industrial do Nordeste e na Zona Industrial de Nogueira do Cravo e Pindelo após a anterior tentativa de intervenção nas mesmas há cerca de 2 anos atrás, que tinha, também, nesse concurso, a Rua dos Combatentes, uma rua em paralelos que agora, felizmente, está em obra, na Freguesia de Pindelo. A requalificação destes espaços industriais é da mais elementar justiça. De modo a que possam existir hoje condições de mobilidade e segurança exigidas por todos nós para trabalhadores e empresários e, acima de tudo, possibilidade de expansão para aqueles que querem crescer e ficar em Oliveira de Azeméis. No final deste ciclo de 8 anos, que vamos ter no próximo ano, teremos a grande maioria das nossas Zonas Industriais requalificadas e podemos olhar para o futuro com a ambição de fazer ainda mais. E ter novos espaço industriais como, por exemplo, em São Roque, em Cucujães e, ainda, sobretudo a expansão da Área de Acolhimento Empresarial Ul- Loureiro já acautelada durante este mandato e a qual não temos a menor dúvida que se trata de um projeto estratégico para o futuro do concelho de Oliveira de Azeméis. Sobre o qual, este projeto, a garantia de um nó de acesso à Estrada Nacional 224 é fundamental para garantir que o crescimento que esta Zona Industrial irá ter espaço industrial, tem a ajuda de todos e permite que tenha as condições de mobilidade que hoje se exige num espaço industrial moderno. E por falar em Área de Acolhimento Empresarial, aprovámos também na passada Assembleia a possibilidade de termos no Business Center a ADRITEM a trabalhar no acolhimento e incubação de novas empresas naquele espaço que, todos sabemos como foi inaugurado e a utilização que, infelizmente, não pode ter ao longo dos últimos anos. É verdade, que começamos a dar passos firmes no apoio também ao movimento empresarial. Construir o futuro é também criar as ferramentas para que possamos continuar a crescer e afirmar os clusters onde as indústrias oliveirenses são líderes no âmbito nacional e referências a nível europeu, desde a metalomecânica até ao setor alimentar. Por isso, importa ainda referir o projeto que temos oportunidade de apresentar hoje, a Fábrica do Futuro, mais

à frente lá falaremos, que será um projeto inovador no país e que permitirá estar na vanguarda da inovação tecnológica, relativamente aos novos meios de produção e, desta forma, termos condições de reforçar a importância industrial do Município de Oliveira de Azeméis na região e do país. Não temos a menor dúvida que será o grande projeto, para a próxima década, do Município de Oliveira de Azeméis. No entanto, o apoio não se deve circunscrever aos mais fortes e aos líderes de mercado. Por isso é que a implementação da isenção da taxa de derrama para volumes de negócios inferior a 150 mil euros, no ano de 2020, e a disponibilidade do Município estar ao lado de quem quer criar o seu próprio emprego e de quem quer criar e investir no nosso Município. No primeiro caso, por projeto, o valor máximo de 5 mil euros; E, no segundo caso, por projeto, valor máximo até 25 mil euros, considerando que o Município aloca ou tem disponível cerca de meio milhão de euros, para projetos que possam aparecer neste âmbito. São iniciativas de vanguarda, bandeira deste Município, e importantes, sobre o qual importa continuarmos a divulgar e fazer balanço sobre as mesmas pois, não tenho a menor dúvida, estaremos na altura, brevemente, de rever com o intuito de melhorar e de ir ao encontro de todas as manifestações de interesse para aceder a este apoio. Não tenho a menor dúvida, é transformador e inovador no país. Em suma, estamos mesmo a apoiar a atividade económica no Município, nas suas mais múltiplas dimensões, e a garantir que a marca distintiva de Oliveira de Azeméis, “o saber-fazer” de um concelho onde, se faz, faz-se bem, e onde se constrói o futuro todos os dias. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Andei aqui à procura e encontrei. Peço desculpa, por voltar atrás: 3.65 milhões de euros, em 2021; 2.11 milhões de euros, em 2022; 1.8 milhões de euros, em 2023. Neste momento, no ano de 2024, temos um 1.9 milhões de euros já investidos. São estes números de intervenção na rede viária. Os oliveirenses poderão fazer a interpretação, em relação à forma como as coisas são geridas, sob o ponto de vista eleitoral. Em relação às intervenções dos senhores deputados. Senhor deputado António João, agradeço essa informação. Mas é um convite de um partido político onde o senhor Ministro das Infraestruturas não esteve nessa condição e, portanto, a informação que ele lá veicula não é uma informação que eu tenho como boa. Obviamente, não vou desconsiderar essa informação. Mas, nós recebemos a informação pelos canais institucionais, como é evidente, na pessoa de Ministro das Infraestruturas e não de alguém que partidariamente presta esclarecimentos. Em relação à intervenção do senhor deputado Rui Jorge, sobre as questões da água e saneamento. Estas questões, não sei, mas, julgo que, deverá ser seguramente a questão mais debatida não só, neste fórum, mas também no nosso concelho. Efetivamente é um problema sério que temos para resolver. É um problema que nos prejudica. Estamos fartos de saber as implicações que isto tem. Mas a mais grave para mim, naturalmente, é a preocupação ligada à saúde das pessoas. É evidente que isto afeta também a competitividade do nosso território. Nós temos pessoas que nos procuram para

investir e quando sabem que nós temos uma Zona Industrial de uma Área de Acolhimento Empresarial sem rede pública de saneamento, imediatamente abandonam o interesse em investir porque acham que um Município que apresenta esse tipo de condições para os investidores, não é digno do investimento. Foi dito em campanha eleitoral, sim, assumimos esse compromisso de que a única alternativa que nós teríamos seria investido 2 a 3 milhões de euros, por ano, e procurar dessa forma ir resolvendo o problema. É isso que temos feito. E temos feito procurando que, com o mesmo pacote dinheiro, com o mesmo volume dinheiro, ou seja, com uma verba à volta dos 10 a 11 milhões de euros, por mandato, conseguirmos fazer crescer a rede o mais possível. Estamos em primeiro lugar a atender aos investimentos que nos permitem responder a mais fogos, responder a mais munícipes com o mesmo valor. E depois, lá chegaremos aos grandes desafios, que aqui o senhor engenheiro Rui Jorge falou, de Freguesias como Loureiro, como Palmaz, ou como São Martinho da Gândara. Nós acabámos de concluir um investimento de cerca de 10 milhões de euros, que permitiu que 9 mil habitantes das Freguesias de Fajões, Madaíl, Santiago de Riba-Ul, Oliveira de Azeméis, Pinheiro da Bemposta, Palmaz, Ossela, Macinhata da Seixa e Cesar vissem substancialmente melhoradas as suas condições ao nível destas infraestruturas básicas. Acabámos de inaugurar a ETAR do Pinheiro da Bemposta. Porque não basta ter rede de baixa, é preciso depois termos a possibilidade de tratar as águas residuais recolhidas. Foi feito esse investimento de cerca de 1 milhão de euros, cumprindo escrupulosamente o prazo da empreitada. Portanto, não derrapou a empreitada em termos de prazo. Mas com isso, o que é verdadeiramente relevante, nós servimos uma população de cerca de 2700 pessoas e permitimos que a rede pública de saneamento na Freguesia do Pinheiro da Bemposta passasse de 2.2% para 72.09%. Isso é que é absolutamente relevante. Aquilo que nós estamos agora a trabalhar e é esse o compromisso que nós assumimos com os oliveirenses é, trabalhar para já, numa primeira fase, as freguesias de Carregosa e Pindelo. Estaremos a falar em investimentos de cerca de 11 milhões de euros. Nestas coisas é sempre muito complicado adiantar valores, mas rondarão seguramente esta ordem de grandeza. Com esses investimentos passaremos as águas residuais, que são muito parecidas em termos de cobertura Carregosa e Pindelo, que andam à volta dos 20%, para a taxas de cobertura acima dos 80%, que é isso que nós pretendemos nestas Freguesias ou, se não chegarmos aos 80%, andaremos muito perto. A mesma coisa se passa em relação à água. Aí as taxas de cobertura são um bastante melhores. Mas também evoluiremos essas taxas de cobertura no sentido de as aproximar das taxas de cobertura previstas no PENSAAR. Com este investimento de Carregosa e Pindelo, nós conseguiremos passar dos 66% atuais, que vamos alcançar com este Plano de Investimento que estamos a acabar de concluir. Portanto, tínhamos assumido o compromisso de o fazer em 4 anos. Conseguimos fazê-lo em 3 anos. Conseguimos antecipar esse investimento. Mas com um novo investimento nós passaremos destes 66% para cerca 75% de água residual recolhida e tratada no concelho de Oliveira de Azeméis. Isto é absolutamente relevante. É determinante. E conseguimos aqui, também, eventualmente, ter condições para olharmos definitivamente para um plano de manutenção da nossa rede viária, devidamente programado, que permita que a nossa rede viária esteja sempre em muito bom

estado, com as passadeiras assinaladas e com um conjunto de infraestruturas que transformam ruas ou ruelas em vias. É absolutamente determinante fazê-lo, em termos de saneamento. Colocou aqui uma questão, que é uma questão difícil de responder: Quando é que nós vamos alargar o investimento da rede de saneamento a São Martinho da Gândara e Loureiro? E quando é que vamos alargar o investimento na rede de água a Palmaz e a Loureiro? Nós estamos a falar: no primeiro caso, de 12 milhões de euros; no segundo caso, de 13.5 milhões de euros. Sendo que, no caso da água, nós estamos dependentes de um investimento que as Águas Douro e Paiva vão fazer, que é absolutamente determinante, que é um bypass, que nos permite alimentar esta zona com água. Já tive oportunidade de partilhar isto com os meus colegas de executivo, os senhores vereadores. Nós estamos a trabalhar para que, para além de este procedimento concursal de Carregosa e Pindelo, possamos também lançar o procedimento concursal de Loureiro e de São Martinho da Gândara. Sendo certo que, para o investimento de Loureiro e de São Martinho da Gândara, teremos que ver da possibilidade de contrairmos um empréstimo para permitir a sua execução. Muito deste investimento que está a ser feito, está a ser feito através do Orçamento Municipal. É um esforço muito grande que está a ser feito através do Orçamento Municipal e, como vocês facilmente compreendem, não há capacidade financeira para responder este nível de investimentos. Porque teríamos muitos anos sem fazer nada, em nenhum domínio, para conseguirmos dar resposta a estas quatro Freguesias. Já nem falo das outras. Porque, para além destas, depois ficarão ainda outras Freguesias por resolver. Não nos podemos esquecer disso. O que é um facto, é que hoje o panorama é melhor. Mas temos de ter consciência de que ainda temos um longo caminho pela frente para podermos dizer que este problema: é um problema do passado; que é um pesadelo; que é um problema que neste momento já não nos atormenta. Temos um problema grave de saúde pública. Um problema ambiental gravíssimo. Porque eu sou confrontado, e com toda a razão, com toda a legitimidade, por um conjunto de pessoas que dizem que os nossos recursos hídricos são constantemente pressionados, pois, é evidente que são constantemente pressionados, facilmente se compreende que são facilmente pressionados. Enquanto nós não tivermos este problema resolvido, é evidente que isso vai continuar a acontecer. Deixem-me só dar-vos uma nota, que é: Nós, por um lado, estamos a trabalhar uma candidatura para a rede de baixa da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e, por outro lado, estamos também, enquanto Município integrante da Associação de Municípios de Santa Maria e principal interessado no investimento, a trabalhar também num investimento na rede de alta, na reconversão das nossas duas ETAR. Eu tive oportunidade de dizer, que aquilo que se perspectivava era um investimento de cerca de 20 milhões de euros. Esteve inicialmente em 12 milhões de euros. Aliás, o procedimento inicial que foi lançado, era um procedimento de 4 milhões de euros. Eu herdei um procedimento de 4 milhões de euros, que resolvia os problemas todos, 4 milhões de euros. Chegou-se a adiantar 12 milhões de euros. Passou-se para 19 milhões de euros. Neste momento são necessários 38 milhões de euros, para requalificar as duas ETAR, a ETAR de Ossela e a ETAR do Salgueiro. É evidente que, este valor, não é um valor exclusivamente para a requalificação das ETAR, tem também obrigações que são neste

momento exigidas, nomeadamente as de instalação de painéis fotovoltaicos, painéis solares, também bacias de emergência. Um conjunto de obrigações que as novas ETAR têm que ter. Estamos a falar praticamente de ETAR novas. Dar-vos uma nota da ordem de grandeza que, destes valores, estas infraestruturas básicas exigem. Há uma coisa que todos nós sabemos, quanto mais tarde pior. Não temos nenhuma dúvida sobre isso. Quanto mais tarde pior, sobre todos os pontos de vista, inclusive este ponto de vista financeiro. Vamos continuar a fazer este caminho. Vamos procurar resolver agora Carregosa e Pindelo. Estamos a trabalhar também para podermos anunciar aos loureirenses e também aos sãomartinhenses a cobertura dos seus territórios com a rede de água e rede de saneamento. Em relação à intervenção do Francisco Silva: O balanço do TeMA é um balanço altamente positivo. Eu não tenho aqui os dados, tivemos 12 mil visitantes, mas posso facultar-vos esses dados com todo o rigor. A mesma coisa se prende com a gestão. Não tenho aqui dados sobre a gestão dos convites. Mas terei todo o gosto em lhe fazer chegar. Em relação à equipa: Nós estamos a partir de uma estrutura muito débil, que conhece bem. Portanto, é uma estrutura que nós estamos a robustecer, estamos a consolidar. O programador cultural, também, naturalmente, veio-nos trazer outro tipo de amplitude para aquilo que nós podemos fazer. Não estou a dizer que era isso que acontecia no passado, mas estaríamos quase sempre muito resumidos e muito concentrados na atividade do Teatro Municipal, no antigo Cineteatro Caracas. Hoje, existe uma ambição completamente diferente. Queremos que a cultura seja pensada de forma multifacetada e estendida a todo o território concelhio. Os recursos humanos que nós precisamos, não estão a estão a ser pensados exclusivamente para o TeMA, mas recursos humanos que são necessários para termos a programação cultural e a dinâmica da atividade cultural que nós queremos trazer para o nosso território. Estamos a fazer contratação contínua. Temos pessoal que constava do Mapa de Pessoal de 2024, que nós aprovámos em 2023, que ainda não foram admitidos, portanto, o procedimento concursal ainda não chegou ao fim e nós ainda não temos disponíveis as pessoas para integrar as equipas do TeMa. Estamos a reforçá-las. Continuamos a fazê-lo no Mapa de Pessoal de 2025 e vamos fazê-lo até termos uma estrutura que nos garante as respostas que nós queremos assegurar. Em relação à concessão do espaço de restauração: Não lhe sei dizer o ponto de situação. Sei que Senhora Vereadora andava a estudar o assunto com os serviços, na perspetiva de avaliar a possibilidade de entregar o espaço para gestão, mesmo até sem nenhuma contrapartida para a Câmara Municipal, a alguma Associação que o quisesse fazer. Porquê? Porque o espaço foi pensado para servir exclusivamente as iniciativas que ocorrem no Teatro Municipal. É muito difícil aparecer um interessado que vá lá duas vezes por mês explorar durante aquelas horas noturnas onde há uma atividade. Aquilo que interessa é assegurar pequenos serviços que as pessoas precisam: água, café. E fazê-lo sem ser através de uma concessão. Não tenho dúvidas que para a concessão vai ser muito difícil de encontrar interessados, porque percebe-se facilmente que não é apelativo. Em relação à intervenção do senhor deputado João Costa, intervenção sobre as Zonas Industriais do Nordeste, de Nogueira do Cravo-Pindelo, do nó de acesso, o Business Center, apoios ao empreendedorismo: Nós fizemos um investimento, numa primeira fase, na Zona Industrial de Oliveira de Azeméis,

Santiago de Riba-Ul e também na Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro. Lembra-se que, chegávamos à Zona Industrial e tínhamos aquele constrangimento e tínhamos, inclusive, uma estrada de terra a servir a empresas Transporte de Arrabães e a LaserTig. Esse problema está ultrapassado. Lançámos pés ao caminho para resolver o problema da Zona Industrial de Nogueira do Cravo-Pindelo e a Zona Industrial do Nordeste. Neste momento essas obras estão adjudicadas. Julgo que, ainda este mês de dezembro, para a semana entraremos em obra na Zona Industrial de Loureiro, depois na do Nordeste e depois teremos também, porque são empreiteiros diferentes, é por causa disso, teremos entrada em obra na Zona Industrial de Nogueira do Cravo. Com isso, nós teremos uma boa parte das nossas Zonas Industriais, pelo menos as mais importantes, devidamente requalificadas com condições de dignidade para os nossos empresários, para os trabalhadores, também para os visitantes e para os fornecedores, naturalmente, mas, sobretudo Zonas Industriais que são cartões de visita dignos da grandiosidade deste concelho, em termos industriais. Falta depois o resto. Falta depois tudo aquilo que são planos. Sabemos que a Zona Industrial da Costa Má - São Roque está desde 2009, pelo menos, no plano das intenções. Vamos dar-lhe consequência. Como procuraremos também, noutras zonas do nosso território, num processo de revisão do PDM, encontrar mais espaço de acolhimento empresarial, porque, reconhecidamente, estamos a ter procura para espaço de acolhimento empresarial mas não temos espaço de acolhimento empresarial público. Nós temos um lote. É o único lote que está disponível. Sobre esse lote tínhamos uma reserva. Entretanto, já temos mais interessados nesse lote. Vamos vendê-lo. Vai ser o último lote a ser vendido e deixamos de ter espaço industrial público. E é urgente mesmo procurarmos encontrar uma alternativa para esse espaço. Em relação ao Business Center e em a relação ao nó de acesso: O nó de acesso, é um problema complicado. Temos que ter capacidade financeira para o executar. Temos um esboço prévio aprovado pelas Infraestruturas Portugal. Não é solução que nós queríamos, mas é solução possível. Sei que também os senhores deputados do PSD já fizeram uma intervenção no sentido de colocar esse tema no Role Map do Senhor Ministro das Infraestruturas. É ótimo. Aquilo que nós esperamos é ter condições para fazer aquilo que importa fazer. O que importa fazer é não só construir o nó, mas também expandir a Zona Industrial para sul e passarmos a ter ali um espaço que nos permita albergar os projetos de investimento com que estamos a ser confrontados e para os quais ainda não temos capacidade de dar resposta. Dar também uma nota, isto foi sempre dito, que, enquanto não tivéssemos as nossas Zonas Industriais requalificadas, não investiríamos em novo espaço industrial. Custa-nos, como é evidente. Porque temos a pressão dos Senhores Presidentes de Junta que numa ou noutra Freguesia, legitimamente, anseiam por essa instalação desse espaço industrial. Mas, julgo que, é da mais elementar justiça, nós olharmos para aquilo que temos, resolvermos aquilo que temos e depois avançarmos para novos espaços. Em relação ao Business Center: Dar nota de que, o Business Center, como sabem, foi inaugurado com geradores, não tinha energia elétrica, foi preciso meter energia elétrica no edifício, e chovia no interior do edifício. Foi necessário acionar a caução, a garantia, para se requalificar o edifício. Tecnicamente, ainda não está recebido. Tem um conjunto de

equipamentos para os quais não houve recessão técnica. Há ali muito investimento ainda para fazer. Mas, neste momento, nós temos condições, através da parceria que estabelecemos a ADRITEM, para começar, finalmente, a dinamizar aquele espaço e a transformá-lo num espaço de incubação, num espaço coworking, num espaço de pré-empresa, naquilo que nós quisermos. Temos ali um instrumento importantíssimo para também proporcionar às nossas empresas outro tipo de serviços que, eventualmente, essas empresas não têm. O caminho agora é precisamente dinamizar isso. Não nos esqueçamos também que esta zona industrial continua sem rede pública de saneamento. Também temos que olhar para esse problema porque, efetivamente, não faz sentido que um espaço industrial não tenha rede de saneamento. E vamos também procurar criar condições para que esta zona industrial, que é estratégica para o concelho, tenha também essa infraestrutura básica. =====

*===== O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: o PS utilizou 16 minutos e 05 segundos; o PSD utilizou 19 minutos e 01 segundos; e os restantes Grupos Municipais, não usaram da palavra. =====*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 22º DO REGIMENTO)** =====*

*===== **Ponto um:** - Ata nº 17 - Sessão da Assembleia Municipal de 23-09-2024 (I/73010/2024) - Aprovação; =====*

===== Presente para aprovação as Atas: nº 17 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 23-09-2024. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 17 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 23-09-2024, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do nº 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

*===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *É a apreciação da atividade e da situação financeira do Município à data de 19 de novembro. E essa informação evidencia os níveis de execução em termos da receita, da despesa, e das Grandes Opções do Plano (GOP). É uma informação intercalar, para dar cumprimento ao disposto no artigo 25º (Lei 75/2013).* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento.* =====

===== **Ponto três: - Autorização de inscrição e reforço de verbas do Orçamento e PPI - Plano Plurianual de Investimentos para anos seguintes (I/71795/2024);** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “1. Considerando que até esta data temos seguido as orientações do SATAPOCAL - Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL, na sua Brochura n.º 1, naquilo que diz respeito a Modificações aos Documentos Previsionais; 2. Considerando que nessa brochura, naquilo que diz respeito às alterações ao PPI, é referido que “a realização antecipada de ações previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer projeto constante no plano plurianual de investimentos aprovado, devem ser precedidas de uma alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas modificações orçamentais no orçamento, quando for o caso”. 3. Considerando que a interpretação do SATAPOCAL dos normativos referenciados nessa brochura dá como exemplos de modificações permutativas ao PPI (alterações ao PPI), a antecipação dos encargos financeiros do ano N + 1 para o ano N de um determinado projeto e a modificação do custo global e/ou parcial anual de um projeto; 4. Considerando que foi até agora nosso entendimento que numa alteração do valor inscrito no PPI em anos seguintes apenas era necessária a autorização do Órgão Executivo, por considerar que se tratava de uma modificação permutativa ao PPI e Orçamento, competência esta delegada no Sr. Presidente da Câmara Municipal; 5. Considerando que o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11/02, que aprova o SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas, define no seu Anexo II, na NPC 26, que as alterações orçamentais permutativas são aquelas que procedem à alteração da composição do orçamento da receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global, não originando o aumento global da despesa, e é esse entendimento que temos seguido; 6. Considerando que vem agora o Tribunal de Contas fazer uma interpretação diferente em relação às despesas plurianuais, vertido no seu Acórdão n.º 29/2023 da 1ª Secção - SS, de 7 de Novembro de 2023, e considerar que a referência feita pelo legislador a “aumento da despesa”, no n.º 2 do Art. 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/6, tem de ser interpretada como reportando-se à despesa prevista em cada projeto inscrito no PPI - Plano Plurianual de Investimentos e não à despesa global do orçamento. 7. Considerando que nesse entendimento está subjacente a*

intenção do legislador exigir autorização do Órgão Deliberativo do Município sempre que haja uma alteração ao PPI que aumente a despesa do projeto nele inscrito, independentemente de tal alteração comportar ou não um aumento da despesa global do orçamento. 8. Considerando que apesar desse montante de despesa global do orçamento não sofrer qualquer aumento por via de uma modificação ao PPI em anos seguintes, esse Acórdão estabelece que a existir essa modificação, a mesma implica um aumento na despesa inscrita no projeto em causa nele prevista, e por esse motivo tem a modificação orçamental ser precedida de deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do Art. 22.º, n.º 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6, e do Art. 6.º, n.º 1, al. C) da LCPA. 9. Situação idêntica acontece com o Mapa Plurianual da Despesa aprovado e com as verbas autorizadas para anos seguintes. 10. Submete-se à prévia autorização da Assembleia Municipal a inscrição e reforço para os valores para anos seguintes dos Projetos/Ações/Rubricas a seguir discriminados: **Empreitada 25/2020 - “Estação Multimodal de Transportes de Oliveira de Azeméis” - 4ª Modificação Objetiva ao Contrato. PPI 94/2018 - Classificação Económica 07010301. 2025 = 500.000,00€”** =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é uma autorização de inscrição e reforço de verbas no nosso Plano Plurianual de Investimentos, no nosso Orçamento. As câmaras seguiam as regras do SATAPOCAL, em relação àquilo que eram as modificações aos documentos previsionais, ou seja, quando tínhamos verbas inscritas nas diferentes rubricas do orçamento, e essas verbas eram insuficientes e era necessário reforça-las pelos mais variados motivos, nós fazíamos através de uma modificação permutativa. O que acontece é que o Tribunal de Contas faz uma interpretação diferente e diz que, desde que se mantenha a despesa global, ou seja, não pode haver acréscimo de despesa em relação aquela que foi aprovada em termos orçamentais, temos que meter à consideração da Assembleia Municipal essas alterações. Portanto, temos aqui a Estação Multimodal de Transportes de Oliveira de Azeméis com um reforço de verba de 500 mil euros e tem que vir aqui à Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de António João. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João**, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, aproveitar este ponto para falar da razão de estarmos a prolongar no tempo esta obra, estes pagamentos, e este orçamento. A razão principal é exatamente o andamento da obra que não vemos forma de que possa evoluir. Nos últimos dias, tenho constado que existem lá algumas pessoas. Mas, efetivamente, não estamos confortáveis

com as condições em que a obra neste momento se encontra. Porque, está num sitio nevrálgico da cidade e temos as celebrações natalícias. É o último Natal do mandato que o elegeu. Congratulo-me por existir na cidade já um ponto de interesse que ajude à dinâmica dos nossos comerciantes. E aquela zona, em particular, é uma zona que começa a ficar um pouco marcada com a estagnação daquela obra e com a imagem que ela passa: os taipais começam a aparecer amassados. E pedia-lhe uma atualização, sobre: o andamento desta obra, o andamento destes trabalhos; da garantia daquela cobertura de madeira, da sua efetividade, da sua robustez e das suas condições. Porque é importante para a cidade que aquela obra chegue a bom porto o mais rápido possível. Infelizmente, não é o que está a acontecer. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== Aquilo que nós estamos a aprovar não tem rigorosamente nada a ver com as questões que foram colocadas. Estamos a dar cumprimento a uma exigência do Tribunal de Contas. Em relação à obra: O movimento que viu recentemente é precisamente o regresso à obra, é a preparação de condições para se regressar à obra. Conforme já tinha sido explicado, temos a obra parada há muitos meses por questões técnicas. Questões que tiveram a ver com um conjunto de trabalhos que foram necessários para corrigir essas questões técnicas. Estamos, neste momento, com a contratação de uma peritagem para percebermos de quem é a responsabilidade. Queremos apurar com todo o rigor a responsabilidade. Há um conjunto de trabalhos complementares que os serviços entenderam que são trabalhos complementares necessários e que são devidos. Portanto, nós aprovamos esses trabalhos complementares. Estou inteiramente de acordo consigo, em relação ao facto de que aquela zona fica marcada por aquela obra se ela não fosse até ao fim e não fosse totalmente requalificada. Porque, depois daquela obra, temos que olhar para a Praça José da Costa que é uma Praça que tem um piso completamente desadequado e tem, também, se calhar, um design que tem que ser refuncionalizado, ser reformulado. Mas o que eu lhe posso dizer, em relação a isso, é que: ultrapassadas as questões todas, às quais a Câmara de certa forma é alheia porque estamos a falar de problemas técnicos - a questão que coloca, em relação à segurança e à garantia da cobertura. É a garantia que decorre da obra. Essas questões, eu não lhe consigo responder. Os técnicos é que certificam que a obra está segura. Os empreiteiros é que têm de assegurar a garantia da obra. Sob esse ponto de vista, está tudo assegurado, não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **António João**, do PSD. =====

===== Esta é a terceira Assembleia onde abordo esta questão. E estamos sempre na iminência de retomar as obras. Efetivamente, os trabalhos, pois, com certeza, os técnicos serão

as pessoas competentes e que farão o seu trabalho, não tenho a mínima dúvida sobre isso. Queremos é que eles sejam feitos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Estou completamente de acordo, com o que disse o António João. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quatro: - Documentos Previsionais (I/71797/2024):** =====

➤ **Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2025; - Apreciação / Aprovação;** -----

➤ **Normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII - 1.a), 1.b) e 2; Apreciação / Aprovação;** =====

===== “Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais ficarão arquivados em formato digital.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Em relação em relação ao orçamento de 2025: Como sabem, é o último orçamento do mandato e encerra um ciclo de investimento sem precedentes no nosso concelho; E consolida uma estratégia de capacitação do território e da procura constante da melhoria da qualidade de vida da nossa população, ao mesmo tempo que com o nível de investimentos que é apresentado abre, seguramente, um novo ciclo de progresso e desenvolvimento que posiciona o nosso concelho como um dos melhores concelhos do país para viver, investir e trabalhar. Portanto, na minha opinião, na nossa opinião, este orçamento é motivo de orgulho para todos oliveirenses. Porque é o maior orçamento de sempre da história do município de Oliveira de Azeméis, e prevê níveis de investimento muito expressivos que alavancam o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas que vêm sendo seguidas nos últimos anos e que privilegia um áreas muito importantes como a educação, a cultura, o ambiente, o desporto, a inclusão social, a ciência, o conhecimento que são algumas das dimensões fundamentais de intervenção para nós promovermos a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população e também para podermos transformar a nossa economia e a nossa sociedade. Este orçamento estrutura-se em investimentos relevantes, na sua grande maioria promovidos com recursos financeiros provenientes do Orçamento Municipal. Eu queria sublinhar isso. Porque acho que é muito importante. E naturalmente que nós privilegamos as

políticas públicas que estão centradas na resolução dos problemas das pessoas, na promoção da coesão social e no apoio aos mais carenciados e às famílias. Destaco, como mais relevantes: A aposta estratégica na educação, formação e capacitação das nossas crianças e jovens; A proteção do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida, promovendo a cobertura do concelho com a rede de água e saneamento, conforme aqui já referimos hoje; A redução de produção de RSU, tem que ser esse o nosso desígnio, e a promoção da seletividade na recolha; O desenvolvimento económico, fixando o capital que temos no nosso território, mas também atraindo mais investimento; A dinamização da atividade cultural e turística nosso concelho, é um eixo absolutamente fundamental para o futuro; A promoção da atividade desportiva, saúde e bem-estar da população; A adoção de modos de mobilidade suave, a criação de condições para fixar os oliveirenses e atrair pessoas para o nosso território; A criação de espaços verdes e de lazer; A requalificação das zonas industriais; A requalificação da rede viária, também aqui hoje a discutida; A requalificação do edificado e de espaços públicos; A requalificação e promoção de habitação social. E devemos fazer estes investimentos relevantes ao mesmo tempo que reforçamos significativamente o apoio prestado ao movimento associativo, às IPSS, às juntas de freguesia e às famílias oliveirenses. Aliás, foi este compromisso que nós assumimos com os oliveirenses: Colocar os recursos financeiros disponíveis, recursos financeiros que conseguimos gerar ao seu serviço melhorando a sua vida e construindo neste concelho uma casa comum onde todos tenham igualdade de oportunidades e se sintam realizados e felizes. E são muitos projetos transformadores em curso, que, estou certo, todos desejamos que tenham sucesso, para além das obras, como a candidatura da Arte e Tradição Vidreira a Património Imaterial da Humanidade da UNESCO. A instalação no Centro Interpretativo do Vidro de uma Fábrica de Ciência Viva. A construção de uma oficina de artes para o ensino das artes plásticas e também pode para a dinamização das atividades culturais e criativas. A construção da fábrica do futuro - centro de produção, talento e conhecimento de atividades de investigação e desenvolvimento. A criação da Polícia Município, para reforçar a fiscalização e a segurança do território. A desmaterialização dos processos de licenciamento urbanístico, mas também depois estende-los ao conjunto da organização. A criação de instrumentos de apoio efetivos ao nosso movimento associativo, às nossas IPSS e às nossas juntas de freguesia, dando-lhes previsibilidade, dando-lhes dimensão. A criação do roteiro dos sentidos, um conjunto de estruturas temáticas que estão, neste momento, a ser implementadas nosso concelho alusivas, naturalmente, aos cinco sentidos. A criação do Centro Interpretativo de Ferreira de Castro, para finalmente termos a possibilidade de afirmar essa grande marca cultural que temos nosso concelho e que não está suficientemente explorada; a criação de um programa estratégico de apoio ao comércio que estamos a desenhar; os centros tecnológicos especializados que temos, neste momento, nos nossos agrupamentos de escola. A requalificação de todos os centros de saúde do concelho e a construção de uma nova unidade na Freguesia do Pinheiro da Bemposta. A transformação dos polidesportivos, que temos abandonados na sua grande maioria, numa rede de pavilhões para a prática desportiva federada e informal. A criação de circuitos pedestres com cobertura territorial concelhia que permita o contacto e a relação das pessoas

com o nosso património ambiental e com a nossa natureza. A criação de uma estrutura de Proteção Civil Municipal robusta e eficiente. A construção do Ecocentro Municipal, implementação de uma estratégia de recolha de biorresíduos e de implementação de centros de compostagem. A construção da primeira praia fluvial do concelho. A criação de uma rede de postos de carregamento elétrico. A criação de soluções de mobilidade, como transporte flexível ou a pedido, e a disponibilização à população de soluções alternativas de mobilidade suave. A criação, já aqui falada também, de uma rede de abrigos de passageiros com uma cobertura concelhia. Ambicionada certificação do Pão de Ul e da Regueifa de Ul, temos todos que trabalhar para tornar isto uma realidade sob pena de perdermos este património gastronómico muito importante. A remediação ambiental que está a decorrer nas Minas do Pintor, é um projeto absolutamente estruturante e que envolve recursos financeiros avultadíssimos; A afirmação do turismo industrial. E o reforço do apoio aos jovens que frequentam o ensino superior. Este orçamento, alia todas estas dinâmicas aos grandes projetos de transformação em curso, o Parque Urbano, o Fórum Municipal, o Mercado Municipal, o Centro Interpretativo do Vidro, a requalificação das zonas industriais, a Fábrica do Futuro, a Praça Maior, um conjunto de investimentos que são, na nossa opinião, absolutamente estruturantes e que terão um impacto determinante no nosso futuro coletivo, mas também na afirmação da competitividade do nosso território e, naturalmente, a melhoria da nossa qualidade de vida. O Mundo vive tempos muito complexos, tempos de grande incerteza, de grande indefinição. E esses tempos obrigam-nos a estar ainda mais atentos e sermos ainda mais rigorosos com a gestão dos dinheiros públicos, não comprometendo, por um lado, a execução dos projetos que estão em curso, mas, também de projetos que nós temos que iniciar, sobretudo não comprometendo o futuro das próximas gerações, não comprometendo nem colocando em risco os apoios sociais que prestamos e que são da máxima importância para quem deles beneficia. E, portanto, este é o rigor que é absolutamente necessário, para consolidarmos a estratégia que vem sendo seguida, para continuarmos a trilhar o caminho certo, um caminho ambicioso do progresso e desenvolvimento do concelho que nos permita consolidar o território de Oliveira de Azeméis como uma referência nacional nos mais variados domínios da atividade económica, social, desportiva e cultural. A construção de um território, não se faz exclusivamente pela Câmara Municipal, faz-se em parceria com um conjunto de atores envolvente todos protagonistas que intervêm nesse território. Portanto, vamos continuar a seguir esta estratégia de diplomacia junto dos investidores, atraindo investimentos privados para o concelho em áreas fundamentais como a área económica, como a área da habitação, com a área social, como os investimentos no nosso comércio. E é fundamental, conforme eu já disse, que nós temos a capacidade disponibilizar bolsas de terreno industrial público para que possamos ter a ambição de atrair mais empresas para o nosso território. Vamos reforçar a nossa colaboração com o movimento associativo concelhio, que é fundamental para o nosso envolvimento humano. Vamos criar - isto é um imperativo que vem sendo seguido desde que tomamos posse - condições para que as nossas juntas de freguesia tenham autonomia e capacidade de investirem nos seus próprios projetos e não fiquem dependentes da

disponibilidade da autarquia para o fazer. Vamos trabalhar com um conjunto da sociedade civil, com todos oliveirenses que já deram provas no passado da sua enorme capacidade e vamos, naturalmente juntos, criar condições para que este concelho seja um concelho com futuro e que a todos orgulhe. Queremos que este concelho seja uma terra de progresso, seja uma terra de oportunidades, seja uma terra de futuro. A proposta de orçamento que vos apresentamos tem um valor global de 68,5 milhões de euros. Como sabem, é uma estimativa previsional que não incorpora ainda o saldo de gerência. E aquilo que é previsto, em termos de volume de investimento do plano por plurianual de investimentos, é de cerca de 30 milhões de euros. Um valor que vai ser reforçado a partir do momento em que façamos incorporação do saldo de gerência. Aquilo que nós estimamos é que esse valor ande muito perto dos 38 milhões de euros a 39 milhões de euros. A despesa total de capital prevista é de 32,3 milhões de euros, que, inclui o valor de investimento que eu vos referi de 30 milhões de euros, inclui também responsabilidades de amortização de empréstimos bancários de cerca de 150 mil euros e também transferências de capital de 2,1 milhões de euros. Quando comparamos a despesa total de capital com as receitas totais de capital que são de 14,9 milhões de euros, nós percebemos bem de que forma é que nós transformamos despesas correntes em receitas de capital. Isto é absolutamente determinante que o continuamos a fazer. Do lado da despesa corrente, a despesa corrente prevista é 36,2 milhões de euros. A aquisição de bens e serviços, 15,3 milhões de euros, que representa cerca de 14% face ao valor inicial do ano anterior. As despesas com pessoal, 15,2 milhões de euros, que, depois, claro, evoluirão a partir do momento em que incorporamos saldo de gerência. E as transferências correntes de subsídios prevista são de 4,7 milhões de euros, que representa um aumento de 8% relativamente ao valor inicial de 2024. Não vou ler aqui as linhas estratégicas da ação, porque são imensas linhas. Portanto, vou só falar-vos, muito rapidamente, das principais áreas de dotação direta. Este investimento hierarquiza a educação e a formação como área prioritária de intervenção com 18,6 milhões de euros. O apoio às famílias, apoio social, com 11,3 milhões de euros. E o ordenamento do território com 10,3 milhões de euros. Estas são as principais áreas, para onde nós canalizamos as nossas apostas estratégicas, para onde canalizamos a grande maioria dos recursos financeiros que temos ao nosso dispor. Muito rapidamente, passando pela receita, pela despesa e pelo plano plurianual de investimentos: Aquilo que nós perspetivamos, em termos de receita corrente, é o montante de 53,6 milhões de euros; E uma receita de capital de 14,9 milhões de euros. As receitas que provêm dos impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades ascendem a 16,9 milhões de euros e representam 24,7% daquilo que é a receita total do município. As transferências correntes representam 29,2 milhões de euros. E a venda de bens e serviços correntes tem previsto, para 2025, uma verba de 6,3 milhões de euros, que representa cerca de 9% das receitas totais; As transferências de capital são de 12 milhões de euros, representando um aumento de 103% face ao orçamento inicial de 2024. Estamos a falar, obviamente, de verbas oriundas dos fundos comunitários. O orçamento 2025, tem em termos de despesa, prevista uma despesa corrente no montante de 36,2 milhões de euros; uma despesa de capital de 32,3 milhões de euros. As principais despesas, naturalmente, têm a ver com o

peçoal e com a aquisição de bens e serviços: Despesas com peçoal, conforme eu vos disse, tem uma dotação inicial de 15,2 milhões de euros, mas que evoluirá seguramente para valores à volta dos 20 milhões de euros. As despesas com aquisição de bens e serviços totalizam 15,3 milhões de euros, registando um aumento de 14% face ao orçamento inicial do ano anterior. Os juros e outros encargos ascendem a 257 mil euros. As transferências correntes totalizam 4,7 milhões de euros. E a aquisição de bens de capital, portanto, os bens de investimento, têm tal valor orçado de 30 milhões de euros e representam cerca de 44% da despesa total, o que significa que é um aumento de 37% face ao orçamento inicial de 2024. As transferências de capital representam uma dotação de cerca de 2 milhões de euros. E os passivos financeiros, conforme eu referi, cerca de 150 mil euros. Em termos do plano plurianual de investimentos, não incorporando o saldo de gerência, nós temos então uma verba estimada de 30 milhões de euros. Portanto, tal aumento de 37%, em relação ao volume inicial de investimento previsto para 2024. E, em termos de principais valores, já vos referi esses principais valores, vou só referir a habitação social que tem previsto 6,2 milhões de euros; o centro de educação ambiental - parque urbano 3,5 milhões de euros; a requalificação da rede viária 2,5 milhões de euros; o edifício de Oficina de Artes, Oficina Criativa (a antiga garagem Justino) tem previsto 1,85 milhões de euros. Temos aqui previstos também 1,8 milhões de euros para infraestruturas desportivas e seguramente aqui estarão incluídos a cobertura dos polidesportivos e também o pavilhão da NOZ; o mercado municipal - edifício para nova centralidade, 1,37 milhões de euros; infraestruturas da zona industrial do Nordeste, 1,1 milhões de euros; a nova unidade de saúde entre margens, cerca de 1 milhão de euros; requalificação envolvente ao cemitério de Cucujães, 1 milhão de euros; a área de acolhimento empresarial de UI/Loureiro 788 mil euros. Depois temos aqui um conjunto vasto de outros investimentos que eu me vou dispensar, por uma questão de economia de tempo, de referir. E, portanto, são estes os principais números que eu tinha para vos dar, em relação ao orçamento de 2025. Agora, naturalmente, disponibilizou para prestar todos os esclarecimentos que entendam necessários. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Bruno Aragão, Fernando Pais, Pinto Moreira, José Queirós e Florbela Silva. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Senhor Presidente, cumprimento todos, na sua pessoa. Este é o último orçamento deste mandato e, no fundo, deste ciclo, tem, para nós neste enquadramento e nesta reflexão política, também um valor diferente. Sabemos que um orçamento é um exercício previsional anual, mas reflete uma visão de fundo e de mais longo prazo, sobretudo no que respeita aos investimentos. O ponto de partida é condicionado por opções anteriores e, no último orçamento deste segundo mandato, essas opções refletem também um lastro nosso. Os orçamentos vão-se

moldando à realidade que vamos construindo. E este orçamento, sendo para o futuro, conta também a história dos últimos anos. Mostra bem ao que viemos e a determinação com que o fazemos, porque espelha as opções que temos feito. Dissemos sempre que o rigor da gestão era fundamental para conseguir transformar o concelho de Oliveira de Azeméis. Insistimos muito nesta ideia, quando estávamos na oposição. Esse rigor e a boa gestão seriam determinantes para gerar recursos para a autarquia e disponibilidades futuras de investimento. É exatamente isso que vimos fazendo, gerir da melhor forma e com as melhores opções os recursos de todos nós. Este orçamento é o espelho desse percurso, de um percurso que não podemos abrandar, mas que se torna a cada ano mais exigente. Mas é também o espelho de três importantes realidades em que continuamos a insistir: 1 - Contas equilibradas e saudáveis, que não limitem as opções de investimento e que nos possam dar margem para optar. É isso que o anuário dos municípios confirma. Somos hoje uma câmara de boas contas. É também isso que nos permite olhar para os impostos municipais de outra forma, como fazemos com o IMI, por exemplo. 2 - O rigor na gestão para gerar recursos: menos rendas, menos ajudas de custos, mais eficiência energética, menos despesas de representação, menos despesas com publicidade e propaganda. Não temos falado nisto ultimamente, mas o seu valor acumulado é mais expressivo do que nunca. 3 - Gerir sem onerar o futuro, mas procurando construí-lo todos os dias. Sem gerar dívida que não se possa pagar, sem comprar terrenos ou propriedades sem lhes dar destino, e pagando-as a valores inexplicáveis. Revi a discussão do último orçamento do anterior mandato. Nesse orçamento surgia a narrativa do ciclo eleitoral, que agora vemos surgir novamente. Não há nessa argumentação nada de novo, é ela própria cíclica. Felizmente, os números e, mais do que eles, a realidade que expressam, é o melhor argumento. Os orçamentos dos últimos anos têm crescido, como aliás nos outros municípios. Mas há três dimensões que são muito expressivas deste orçamento e dos últimos orçamentos em Oliveira de Azeméis e que importa destacar: 1 - O volume de investimento. É talvez a grande marca dos últimos orçamentos municipais. As despesas de capital, a sua expressão para a transformação do território, para os programas de apoio social, para as políticas de educação, para as infraestruturas básicas, são uma marca deste e dos últimos orçamentos. 30 milhões é a previsão de PPI. Sabemos que orçamento e execução não são nem têm sido a mesma coisa, mas em ambos os casos, o comparativo é esclarecedor. 2 - A segunda dimensão é a expressão das despesas de capital face às receitas de capital. É talvez um dos grandes indicadores do modelo de gestão que quisemos trazer para a autarquia. 32 milhões de despesa de capital, suportados apenas por 15 milhões de receitas de capital. Significa que mais de 50% desta capacidade de investimento é suportada por receitas correntes, que resultam do tal rigor em que tantas vezes insistimos. 3 - A terceira dimensão é o endividamento. Se há realidade que mudou e se encerrou definitivamente foi esta. Nunca mais as nossas discussões orçamentais foram nos mesmos termos, sobre as mesmas dificuldades, e sobre a fragilidade orçamental. O endividamento hoje é um não assunto. Permitam-me um quarto ponto, talvez um pouco pessoal, porque sendo uma opção política, resulta também de uma crença: a importância da cultura enquanto investimento público. A cultura sempre foi para mim “o que se entende pela mais intensa vida interior, a

de mais batalha, a de mais inquietação, a de mais ânsia”, roubando as palavras a Miguel de Unamuno, talvez o espanhol que mais tenha amado Portugal, reitor da Universidade de Salamanca, grande republicano e, o que poucos sabem, o nome que inspira o “Miguel”, do Pseudónimo Miguel Torga. Essa inquietação, essa ânsia anterior cultiva-se, assim criemos condições. Num país que há anos discute a meta de pelo menos 1% do orçamento para a cultura, que na verdade, sem as despesas da RTP, não chega a 0,4%, neste orçamento dedicamos-lhe aproximamo-nos de 4%. E na verdade, quando pensamos que Centro Interpretativo do Vidro, o Sindicato dos Vidreiros do Norte, ou mesmo o Parque Urbano, ainda não estão a disponibilizar práticas culturais, percebemos como podemos ter ânsia de futuro. Pode parecer um pormenor, mas quem conhece a história, percebe que, ter em Oliveira de Azeméis, no próximo dia 4, uma das bandas de jazz mais icónicas e antigas do mundo, a Glenn Miller Orquestra, é extraordinário e sintomático. Mas importa ter presentes os desafios: 1º - Avançamos drasticamente nas redes de água e saneamento, mas temos ainda freguesias com necessidades avultadas de rede e de investimento, de muitos milhões de euros. 2º - Sabemos que já recuperamos muita rede viária, sobretudo em consequência da infraestruturização das tais redes, mas sabemos também que ainda há muita por recuperar, num concelho que terá uma rede talvez não muito afastada dos 900 a 1000km. É por isso que nem compreendo o alarido da oposição com a recuperação em curso. É incompreensão da dimensão de facto. De mais sejamos capazes. 3º - Sabemos que já recuperamos muitas escolas (e curiosamente não recuperamos nenhuma que não estivesse a precisar há muito, é preciso não esquecer), mas sabemos ainda o que falta fazer. 4º - Sabemos o que já investimos nas Zonas industriais, sobretudo o investimento já adjudicado, mas sabemos o que ainda falta, por exemplo de disponibilização de espaço industrial, fundamental num dos concelhos mais exportadores do país. 5º - Sabemos o que já fizemos para recuperar o bairro de lações, por exemplo, mas sabemos que a habitação é uma das áreas de maior investimento nos próximos anos. É neste balanço entre o que já fizemos e o que falta fazer, que encontramos este orçamento e, esperamos, nos próximos. O que os anos vão mostrando é como há de facto um caminho, uma tendência que nos permite hoje projetar orçamentos bem diferentes, mas que de ano para ano se tornam mais sustentáveis, mesmo tendo o Município abdicado de receitas pela baixa de impostos. Do mercado municipal ao fórum municipal e às rendas que já não pagamos. Da escola de Fajões a várias das nossas escolas primárias. Do TEMA à Garagem Justino. Do apoio às juntas de freguesia às associações e coletividades. Na requalificação sem precedentes da rede viária, como foi exemplo a requalificação da NI e Rua do Mosteiro e como é a Rua dos Combatentes e será brevemente a NI para sul. Do Parque Urbano aos pequenos parques que esperamos possam ser uma realidade. Do apoio às famílias e às empresas, por exemplo, pela diminuição do IMI, não nos anos anteriores às eleições, mas em todos os anos seguintes, como estratégia de apoio e de atratividade, como discutiremos nos pontos seguintes. Mas um orçamento é apenas uma previsão. Será um ano de enormes desafios à execução e, às previsões de investimento não podemos escamotear as reais capacidades de execução que têm, com efeito, ficado abaixo do que todos gostaríamos. Na aprovação das próximas contas, como o

fizemos em todas, não deixaremos de o analisar. E este continua a ser o grande desafio do próximo ano: conseguir cumprir um orçamento com muito investimento. Mas há uma consciência que temos, entraremos numa nova fase. Depois de uma fase longa, de quase uma década, de dívidas e saneamentos financeiros, assumimos uma fase de infraestruturas e necessidades 1.0 como digo muitas vezes. Tenhamos todos consciência que começamos a entrar numa outra fase, marcada sobretudo pelas dinâmicas e pelo investimento nas dinâmicas. Votaremos por isso favoravelmente, não por ser o nosso, mas porque o concelho ganha com este orçamento. E esperamos que debate continue como deve continuar. Discordaremos das opções. Cada um fará as suas. Mas, no fim, tenhamos a certeza que o importa mesmo é que este orçamento, como os anteriores, possam ter a máxima execução possível. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Começando pelos tais números do investimento efetuado nas redes viárias, de facto, em 2021, gastou-se 3,1 milhões de euros. Já chamamos a atenção que foi ano de eleições; Em 2022 e 2023, gastaram cerca de 2 milhões; Em 2024, não sabemos, porque as contas não estão aprovadas. Mas em 2025, em arruamentos, rede viária, rotundas, muros e outras beneficiações, são quase 4 milhões de euros. Vamos então discutir aqui qual é a nossa perspetiva, sobre o documento que nos é apresentado. O documento em causa começa por definir as linhas estratégicas do município. E até aqui diria que todos estamos de acordo com as linhas estratégicas definidas, mormente a reabilitação urbana, a mobilidade sustentável, a educação, a inclusão social, o aumento de verbas para as freguesias, o apoio às famílias e pessoas são tudo linhas em que nos identificamos; No entanto, apesar desta identificação, não nos parece que estejam introduzidas medidas suficientemente estruturantes, capazes de materializar essas intenções. Desde logo, verificamos isso no apoio às freguesias: certo que as transferências correntes de capital têm aumentado de ano para ano, mas a um ritmo manifestamente inferior, em nossa opinião àquele que seria necessário para as nossas juntas de freguesia possam levar a cabo muitos dos anseios das suas populações. Não vemos uma política verdadeiramente sustentada com medidas verdadeiramente estratégicas para fixar pessoas e atrair mais empresas para o nosso concelho, não vemos a este propósito um esforço que vimos defendendo nos apoios à natalidade. O que vemos pelo contrario é a manutenção da participação dos oliveirenses no IRS na taxa máxima de 5%. Uma política centrada nas pessoas teria em conta seguramente um reforço do apoio às famílias numerosas oliveirenses, nomeadamente, nas tarifas de água e saneamento, nos resíduos sólidos, e também no alargamento do vale educação no ensino secundário, ao ensino privado cooperativo. A nossa política de valorização do território passaria pelo reforço da atratividade das nossas freguesias ao contrário daquilo que verificamos atualmente em que grande parte dos investimentos orçamentados são na cidade, e em que o que verificamos é que as freguesias se vão afastando cada vez mais do centro da cidade e entre si. Pugnamos pelo reforço das

parcerias com as freguesias, dotando-as de capacidade financeira para fazerem bem o seu trabalho. Existe seguramente no nosso concelho algumas dissimetrias e é importante tornar o concelho mais desenvolvido no seu todo para que se apresente de uma forma mais harmoniosa. Nota-se um investimento não equitativo nas freguesias, quer entre si, quer relativamente ao que se investe no centro da cidade. Verifica-se que as obras financeiras mais significativas, são todas na cidade de Oliveira de Azeméis e, entretanto, continuamos sem perspetiva da conclusão da Via do Nordeste, da Via de Sudoeste, sem estas duas vias estruturantes, Oliveira de Azeméis fica com certeza mais longe e sem proximidade ao centro. Ou seja, Sr. Presidente, no campo das prioridades estamos totalmente de acordo, no campo das opções e medidas é que não estamos de acordo com a maioria delas. Temos aspetos positivos, que devemos com toda a transparência e acima de tudo louvar, e que continuamos a estar explanadas também neste orçamento municipal. Falo nos investimentos elevados que continuam a estar previstos e que têm de facto acontecido na expansão e beneficiação das redes de água e saneamento. Temos mostrado solidariedade e apoio nesta aposta estrutural para o nosso concelho; Outro projeto, este mais recente, que só poderia deixar de merecer a nossa concordância é o da Fábrica do Futuro. Esperamos que seja uma realidade rapidamente para bem da nossa comunidade empresarial e educativa e por conseguinte para bem do nosso desenvolvimento económico. E é também com agrado que finalmente vemos que o ecocentro municipal vai finalmente ter para 2025 uma dotação orçamental relevante. Mas mais importante do que ter dotação orçamental é a rápida concretização da obra, sem atrasos nem derrapagens financeiras. Isto é o que tem acontecido com os projetos emblemáticos deste executivo. Vejamos o que tem acontecido e que nós temos chamado a atenção no novo parque urbano, na garagem do Justino, Praça Maior e do caso Sequeira Monterroso. Sendo que três destas empreitadas continuam a prever para 2025 e, nos seguintes anos, verbas bem elevadas. Especificamente do plano anual de investimento em 2023 o somatório do investimento nestas quatro empreitadas previa um valor financeiro total superior a 18,5 milhões de euros. Este ano, análise do PPI para 2025 esta previsão já está acima dos 22 milhões de euros. Relativamente ao parque urbano, em dezembro de 2018, já lá vão seis anos foi anunciada a compra do terreno e o investimento total previsto para o parque era de 3.5 milhões de euros e apontava o executivo para que o parque estivesse disponível lá para 2022. O que sabemos agora é que este valor já ultrapassou os 6.5 milhões de euros, e ainda estamos perante uma prorrogação do prazo por mais um ano, que, face às circunstâncias, podemos estar presentes em mais trabalhos complementares o que, naturalmente, vai encarecer a obra e a dilação do prazo de conclusão da mesma. Quando foi adquirido o terreno para o parque urbano, o senhor presidente publicamente estimava um custo total global para o parque de cerca de 2.8 milhões de euros. No entanto, o PPI para 2020, entre aquilo que já tinha sido realizado a mais e o que faltava realizar já previa o valor de cerca de quatro milhões de euros. Por sua vez, no PPI para 2023, entre o que já foi realizado e o que está previsto realizar já vamos em mais de seis milhões de euros. Idêntica reflexão poderá ser feita para a garagem Justino ou para a casa Sequeira Monterroso ou para a Praça Maior. Tudo obras de grande envergadura, tudo bandeiras deste

executivo, que têm em comum duas coisas: os atrasos na sua concretização e a derrapagem nos valores necessários para a sua conclusão. Para a Garagem Justino, somando o que já se encontra realizado com a estimativa dos pagamentos futuros, o plano de investimentos para 2022 previa um custo total da obra de 1.8 milhões de euros; Já para o plano de investimentos para 2023, somando o que já se encontra realizado e a previsão já vai em 2.1 milhões de euros; para a Casa Sequeira Monterroso e para 2022 o plano de investimentos previa o tal da obra para um valor na ordem dos 4.1 milhões de euros, o plano de investimentos para 2023 prevê um total de obra de 5.7 milhões de euros, são mais de 1.6 milhões de euros de derrapagem. No mínimo, e tendo em consideração outros fatores externos, isto revela um tipo de gestão orçamental traduzido numa falta de rigor, o que para nós se apresenta como verdadeiramente preocupante. A garagem Justino e a Casa Sequeira Monterroso também já sofreram atrasos significativos. E já agora a praça maior terá um investimento previsto de 7.2 milhões de euros. No Parque Urbano temos 3 milhões de investimento previsto para 2025. Na Praça Maior prevê-se 1.5 milhões em 2025, 2.2 milhões em 2026 e 4.5 milhões em 2027. E enquanto grande parte da atenção do executivo neste mandato esteve nestas grandes obras, ainda com poucos resultados visíveis, outras prioridades, que pelo menos para nós, eram mais urgentes, foram ficando para trás. Falamos da requalificação das nossas zonas industriais. Finalmente em 2024 e após vários anos de promessas incumpridas, começamos a ver previstas a requalificação da zona industrial do Nordeste e da zona industrial Nogueira/Pindelo. O atraso considerável provocou muitos constrangimentos aos nossos empresários. A requalificação da rede viária deveria ter sido prioritária. É certo que haverá sempre vias a necessitarem de intervenção, mas também é certo que muitas delas, não obstante de vários alertas dos mais variados quadrantes foram sendo deixadas sem intervenção, para agora, muitas delas, a um ano das eleições parecerem previstas requalificar numa frente de obra enorme. Em 2025 será de facto um ano em que o orçamento tem uma dotação significativa para as nossas estradas. Embora concordando com algumas opções do executivo, na sua maioria as nossas opções seriam outras. Este não seria o nosso orçamento. O nosso orçamento teria que ter plasmado uma estratégia cada vez mais humanista, mais centrada nas pessoas e nas famílias, na coesão territorial harmoniosa e não nas grandes obras. Deixo aqui uma ultima nota: os últimos orçamentos têm sido os orçamentos dos anúncios que ano após ano tardam a ser concretizados, ano após ano fala-se da praia fluvial em Ossela, ano após ano falam do pavilhão da Noz em Nogueira, ano após ano falam da requalificação das Minas do Pintor... Ano após ano vão dizendo para o ano é que é... Continuamos a entender que na sua generalidade o orçamento não apresenta uma estratégia de futuro para o concelho, um crescimento harmonioso do nosso município, não aposta na fixação de pessoas, não aposta nas pessoas e nas suas necessidades, sobretudo tendo em conta os momentos de crise que a sociedade atravessa e não aposta no verdadeiro empreendedorismo. É, no nosso entender, um orçamento curto e insuficiente. Embora, como já disse, há muitas opções e concretizações que são do nosso agrado e esperemos que sejam concretizadas. Ultima nota: Eu chamo à atenção: É que, como disse e bem o meu colega Bruno Aragão, isto é um documento previsionial. O que nós temos assistido

é que grande parte destas previsões não são efetivamente executadas. Eu fazia um apelo ao senhor Presidente para que em 2025 de facto procure executar ou ter uma taxa de execução mais elevada deste orçamento. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Pinto Moreira**, do CDS-PP. =====*

===== Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, meus companheiros membros da Assembleia, funcionários da autarquia, comunicação social, oliveirenses que nos estão a ver e ouvir. O Plano Plurianual de Investimento (PPI) apresentado para análise prevê uma dotação de aproximadamente 30 milhões de euros para 2025. Este montante significativo traduz as opções da autarquia em demonstração do seu compromisso em promover a melhoria das infraestruturas, das funções sociais, do ensino, do ordenamento do território, o reforço dos serviços públicos de água e saneamento, o desporto e o lazer, as vias de comunicação, a dinamização das atividades económicas locais e demais atribuições. Em suma, respostas para impulsionar a competitividade do concelho, melhorar a qualidade de vida das populações, consolidando o concelho como um espaço atrativo para viver, trabalhar e investir. Embora o valor global aparente robustez, uma análise mais pormenorizada de rubricas leva alguns comentários quanto à estratégia deste plano: ao nível da coesão do território, verifica-se uma forte concentração de investimentos na freguesia sede do concelho e há freguesias que não estão contempladas ou quando estão recebem investimentos de valor marginal em contraste forte com rubricas destinadas a outras freguesias que são contempladas com montantes de investimento bem generosos. A coesão territorial, é um princípio fundamental para o desenvolvimento equilibrado do concelho, assegurando que todas as comunidades urbanas e demais possa progredir de forma harmoniosa. Neste contexto, sou a solicitar esclarecimentos ao Senhor Presidente: Como o PPI assegure o cumprimento dos princípios da coesão territorial, nomeadamente de que forma é que o PPI continua a garantir que todas freguesias, independentemente do montante aqui proposto, possam beneficiar de oportunidades equivalentes de investimento? Que medidas foram postas em prática para garantir que as freguesias atualmente contempladas com propostas de investimento marginais ali existentes, não sejam deixadas para trás? Outro aspeto a reter é a atribuição de valores de investimento elevados, mas excessivamente redondos, isto é: com muitos zeros à direita, milhões, centenas de milhares, dezenas de milhares de euros, etc. A ausência de valores mais específicos indicia a inexistência de estudos de viabilidade ou orçamentos concretos para os projetos propostos, sugerindo que estes montantes podem não estar devidamente fundamentados, estimativas irrealistas de custos. Agradeço também ao Senhor Presidente os seus bons ofícios, para contestar que esta abordagem não comprometa a credibilidade do Plano. Adicionalmente, há sérias dúvidas quanto à capacidade de executar dos 30 milhões de euros até ao último dia de 2025. Se excluirmos o mês de férias (agosto) e o mês de fim-de-ano (dezembro), falamos de um ritmo

de execução de 30 milhões de euros a cada ano, 150 000 a cada dia. E dia 2 de janeiro é já amanhã. Começa já a contagem decrescente. 150.000 euros por dia. A atual escassez de maquinaria e de mão-de-obra proficiente em Portugal levanta sérias dúvidas sobre a viabilidade de execução dentro dos prazos estabelecidos. Já ao nível dos PPI anteriores, não é isso que estamos aqui a fazer, não sabemos como é que vai terminar 2024 ou se vamos repetir as taxas baixas de execução. Em 2025, é vida nova. Uma boa notícia pode ser considerar que estamos apenas a um mês da entrada em vigor deste novo plano. No entanto, quem circula pelo concelho à luz do que observa atualmente do espaço público, é evidente que o ritmo das obras e intervenções em curso não demonstra esta dinâmica plasmada no PPI. Assim, seria importante conhecer a estratégia da autarquia, para acelerar o ritmo das intervenções e assegurar a concretização do plano a níveis próximos do pleno até ao final de 2025. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro - **José Queirós**. =====*

===== Na pessoa do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimento todos os presentes. A minha questão é muito simples, nem sequer é uma questão, nem sequer era para intervir. Mas, a exemplo de outras alturas, eu fico muito satisfeito que tenham feito realmente muito investimento no nosso concelho em água e saneamento. Eu sou um chato, só falo de água e saneamento, não é? E fico muito satisfeito por isso. Agora, realmente em Loureiro continua a não haver grande perspetiva a não ser a previsão, a ideia, mas, na prática continuamos a ter esse problema, que é um problema estrutural, é um problema de saúde pública, é um problema enorme que toda a gente concorda, o Senhor Presidente da Câmara também concorda, todo o executivo concorda, que é um problema de saúde pública. Falamos nisto há muito tempo. É evidente, nós sabemos que há muitas coisas que não se fizeram em tempos, não é? Nós temos de começar sempre em determinada altura a fazer as coisas que temos que fazer. Então, a minha questão é muito simples: Eu fico muito feliz que tenha havido saneamento em algumas freguesias. Mas gostava só aqui de transmitir um pouco aquilo que é o sentimento dos loureirenses, para que o próprio executivo perceba: Eu acho que estou em condições para vos dizer, aqui nesta sala, qual a sentimento dos loureirenses. Nós quando falamos de investimento na zona industrial; É evidente que é importante. É evidente que nós agradecemos. É isso que nós pretendemos, que haja investimento para que aquelas indústrias se possam desenvolver. É importante tentarmos perceber, para que as pessoas percebam, qual foi o investimento, qual é o investimento? É claro que, eu não estou a fazer esta pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, ele nem tem que saber isso. Mas é para ficarmos a pensar nisto. Qual foi investimento que os industriais fizeram em Loureiro? Qual foi o volume de investimento que os industriais, que têm lá aquelas fábricas e que continuam a construir fábricas, fizeram nos últimos sete anos em Loureiro? E fizeram-no com uma expectativa, naturalmente, porque ninguém investe milhões sem ter uma expectativa. E a expectativa, também passa por ter água e saneamento, também passa por ter acessos melhores. Qual terá sido o número de licenças passadas, nos

últimos dez anos, para habitação em Loureiro? Nós estamos a falar de alguns milhões de euros, provavelmente, investidos nos últimos sete anos em Loureiro, em habitação. Os promotores da habitação, aqueles senhores que constroem para vender. E, felizmente, tem vendido. Também uma curiosidade: como é que alguém compra uma casa por 280.000 euros ou 300.000 euros, sabendo de antemão que tem de contratar o senhor da cisterna? O que me traz aqui é basicamente este assunto, há pouco falamos na educação, posso falar na Escola da Alumieira que é uma escola, como sabe do primeiro ciclo e do pré-escolar. Eu não fiz nenhum estudo, mas não deve ser mentira que Alumieira será uma escola que tem mais alunos que a maior parte das escolas temos no concelho, escolas daquele género. E nós continuamos a ter ... Não estou a falar unicamente destas obras, que estão paradas por constrangimento e que tenho a certeza que vão ser retomadas e que vão acabar. Vai tudo correr bem. Mas não é só isso. Nestas obras estão previstas duas salas, não está prevista requalificação das salas pelo interior, não está previsto isolar a humidade que entra naquelas salas, pelo menos tanto quanto me é dado a saber. E nós sentimos um descontentamento muito grande da nossa comunidade escolar e dos pais. Senhor Presidente, eu venho aqui dizer que: Loureiro, por tudo o que eu disse, pelo investimento que os privados vão fazendo, apesar de não termos as infraestruturas básicas, tem uma expectativa muito maior do que aquilo que se pode julgar. E os loureirenses vão exigir esta água e saneamento. E eu vou estar lá a apoiá-los a exigir a água e saneamento. É isso que me obriga. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Presidente de Junta da Freguesia de Macieira de Sarnes - **Florbelá Silva**. =====

===== Boa noite a todos, na pessoa do Senhor Presidente Amaro Simões cumprimento todos os presentes. Como já disse, não me vou alongar. No entanto, não posso deixar passar esta oportunidade, Senhor Presidente, de falar sobre a achega que deu na última assembleia relativamente aos passeios seniores. Foi uma achega que me atingiu. E sobre isso falaremos pessoalmente e, quero-lhe dizer que, a sua intervenção não foi muito feliz. Mas depois falaremos sobre isso. A minha intervenção hoje deve-se ao PPI. Eu tinha uma perspetiva muito elevada para Macieira de Sarnes, para o próximo ano 2025. Só que essa perspetiva, que estava muito elevada, foi defraudada uma vez que o PPI espelha unicamente duas obras para a minha freguesia: Uma na Rua Nova do Rio, que, para o ano 2025, tem um valor de cerca de 1.000 euros. Sendo que, nessa via o que é necessário fazer é passeios e essa verba é insuficiente, Senhor Presidente. E depois, uma luz ao fundo do túnel, a Quinta do Miranda continua inscrita. Já temos o parecer de Centro Regional da Cultura do Norte? Essa é a pergunta principal para que esta obra se mantenha no PPI. Porque, se não há parecer, esta obra não pode ser realizada. E, no entanto, a Quinta de Miranda já foi vendida, tem novos proprietários. Portanto, é um processo que tem que se começar desde o início. Estava ainda há espera de alguns contributos que lhe foram concedidos na última reunião que tivemos com os presidentes de junta, para o próximo ano 2025, tivessem sido atribuídos, daí a minha expectativa estar elevada e ter sido

defraudada mais uma vez. Mas também estou em crer, Senhor Presidente, que na próxima assembleia certamente novas inscrições para Macieira de Sarnes serão apresentadas e votadas porque, os macieirenses merecem muito mais, Macieira de Sarnes merece muito mais. O meu voto será no sentido da abstenção, porque respeita estas duas obras para Macieira de Sarnes e respeito também as obras para os meus colegas das outras freguesias. Muito obrigado. ===

===== Aproximando-se às 21h00, conforme previamente anunciado, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a análise e discussão do Ponto quatro, para se proceder a votação do Ponto vinte e cinco: - Eleição de novos membros da Comissão Executiva Metropolitana do Porto. =====

===== Ponto vinte e cinco: - Eleição de novos membros da Comissão Executiva Metropolitana do Porto - (Votação reservada apenas aos membros eleitos da Assembleia Municipal) (E/31775/2024).=

===== Após uma breve explicação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à votação, por escrutínio secreto. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu um intervalo de 10 minutos, para a contagem dos votos. =====

===== Retomada a Ordem de Trabalhos. =====

*===== Retomada a análise e discussão do Ponto quatro, o Senhor Presidente da Assembleia concedendo o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Senhor Presidente, respondendo às diferentes intervenções, começaria por responder à intervenção do senhor Bruno Aragão: Basicamente, aquilo que referiu é que nós temos mesmo que construir o futuro todos os dias e temos que passar objetivamente para uma nova fase de investimentos em novas dinâmicas no nosso território. Mas, esta primeira fase, que é uma fase que se consolida em 2025, é uma fase que é necessária porque efetivamente nós tínhamos um conjunto vastíssimo de infraestruturas, nos mais variados domínios, ainda por resolver. E, portanto, esse foi o legado, essa foi a herança. E, portanto, houve necessidade de se fazer investimentos fortíssimos na requalificação do parque escolar, nas nossas zonas industriais, nas redes de água e saneamento, na requalificação do edificado e do espaço público, enfim, num conjunto vastíssimo de domínios e, seguramente, que, nos próximos anos, com todas as infraestruturas que estão a ser criadas, depois teremos oportunidade de falar nas infraestruturas cidade versus freguesias, porque as infraestruturas da cidade servem o concelho, assim como as infraestruturas da freguesia servem o concelho. E, portanto, não é nada saudável nós fazermos este tipo de divisão cidades/freguesias, não é nada saudável, de

todo. Mas daqui a pouco falaremos sobre isso. O que eu gostaria de deixar aqui como nota, em relação às intervenções do senhor deputado Fernando Pais e também do senhor deputado Pinto Moreira, dizer, basicamente, o seguinte: É difícil perceber como é que se vota contra um orçamento destes. É muito difícil perceber. Eu percebo que, sob o ponto de vista da argumentação e sob o ponto de vista das razões que se invocam para se votar contra este orçamento, cada vez mais o caminho é estreito. O caminho é muito estreito. Porque é difícil alguém votar contra um orçamento onde as principais prioridades são: 18 milhões de euros na educação, na formação e capacitação dos nossos jovens; 11 milhões de euros são para o apoio social e no apoio às famílias; 10 milhões de euros são para o ordenamento do território. Educar, é preparar o futuro. Investir nas famílias, é preparar o futuro. Investir no ordenamento e no planeamento do território, é preparar o futuro. E, portanto, um orçamento que prevê um investimento muito relevante num conjunto de áreas absolutamente prioritárias, é um orçamento que revela o esforço que tem vindo a ser feito na recuperação de um concelho que esteve durante muitos anos estagnado. Portanto, o que acontece é que, a questão que se coloca é, se temos efetivamente tanto para fazer em tantos domínios em tantas áreas e com tanta expressividade - O que é que se fez neste concelho durante quarenta anos? Essa é que é a grande questão que se coloca. A grande questão que se coloca é essa. Este orçamento, é um orçamento difícil de contrariar porque, continua a fazer investimentos fortíssimos na requalificação do nosso parque escolar, continua a fazer investimentos fortíssimos, desta vez mais do que nunca, nas nossas associações, nas nossas IPSS. E vai reforçar o apoio que nós damos às juntas de freguesia. Não posso deixar de referir que esse tem sido um caminho que tem vindo a ser seguido, um caminho que inverte um outro caminho que retirou recursos financeiros às freguesias. Nós, nestes dois mandatos, estamos a transferir mais 30% de apoio para as juntas de freguesia. Isto significa que estamos a transferir mais de 1,2 milhões de euros, por mandato, às nossas juntas de freguesia. Isso é um dado extremamente importante. Isto significa que nós queremos cada vez mais fazer o aprofundamento deste caminho, para que as juntas de freguesia tenham autonomia para implementar os seus projetos e não venham aqui, como ouvimos em algumas intervenções, dizer que teriam mais expectativas e precisariam de mais. Nós queremos que esse esse tipo de autonomia seja efetivamente uma autonomia que os nossos presidentes de junta passem a dispor, para poderem fazer os investimentos que consideram prioritários nas suas freguesias. Este orçamento, à semelhança dos orçamentos anteriores, orçamentos que inclui este ciclo governativo, faz investimentos fortíssimos, de novo, nas redes de água e saneamento. Estamos a fazê-lo em Carregosa. Estamos a fazê-lo em Pindelo. E foi explicado os motivos pelo pelos quais nós não avançamos já para outras freguesias, têm todas o mesmo direito, independentemente do investimento que cada uma faz e da habitação que se promove. Os cidadãos são todos iguais. São cidadãos de pleno direito e todos têm direito a aceder às mesmas respostas públicas. Portanto, os cidadãos de Loureiro não são mais que os cidadãos de Macieira de Sarnes ou mais do que os de Ossela e o contrário também é verdadeiro. Nós, não vamos fazer uma coisa e depois vê-se Faz-se e depois alguém há de pagar. Não é assim que nós funcionamos. Nós temos que ter a responsabilidade no

hipotecar o futuro das gerações vindouras. Mas nós já o fizemos com uma concessão, que, em vez de resolver o problema grave da rede de água e saneamento, não resolveu rigorosamente coisa nenhuma. A única coisa que fez foi potenciar tarifários caríssimos, que os oliveirenses estão a pagar, e foi hipotecar o futuro dos nossos filhos e netos sem resolver coisa rigorosamente nenhuma. É isso que nós não queremos fazer. Portanto, o rigor que nós temos nos investimentos tem que ser absoluto. Isto não são tempos para nós improvisarmos, não são tempos para experimentalismos. São tempos para nós gerirmos rigorosamente os recursos financeiros que temos, que são absolutamente escassos. Este orçamento também resolve um problema importante, que é o problema do Ecocentro Municipal. É um orçamento que inicia o caminho também da construção de habitação social no concelho. É um orçamento que prevê a requalificação de sete centros de saúde e a construção de um centro de Saúde novo, para USF Entre Margens, na freguesia do Pinheiro da Bemposta. Refiro isto, só para dizer onde estão a acontecer os investimentos também um pouco por todo o lado. Porquê? Porque eu tenho efetivamente, senhor deputado Fernando Pais, muita dificuldade mesmo em ouvir esse discurso. O senhor referiu - acho que foi o termo que utilizou - orçamento humanista. E, efetivamente, eu tenho alguma dificuldade em perceber ou ver pessoas a defender-se como os arautos das pessoas, com os arautos dos investimentos públicos direcionados para as pessoas. E, eu, quando ouço esse discurso, que é um discurso, na minha opinião, completamente demagógico, o primeiro pensamento que me ocorre é que esse discurso enferma de uma enorme hipocrisia. Porquê? Porque, efetivamente, não bate a bota com a perdigota. Ou seja, não bate aquilo que nós dizemos em termos discursivos com a prática que nós tivemos. As questões que se colocam são: o que foi feito pelas pessoas, quando tiveram décadas de maiorias políticas e recursos financeiros enormíssimos, milhões de euros de fundos comunitários, precisamente para desenvolver o concelho e melhorar a qualidade de vida dos oliveirenses? Que escolas é que nos deixaram? Que redes de parques infantis foram construídas no concelho? Que zonas industriais é que nos deixaram? O que foi feito pelo empreendedorismo? O que é que foi feito pela atração de investimento? Deixaram um business center abandonado, que metia água por todo o lado, sem energia elétrica e por acabar. Que qualidade nos deixaram nos edifícios e nos espaços públicos? Um edificado público que, sinceramente, nos envergonha, em ruínas, em plena zona pedonal. Um edificado público que albergava serviços, que também precisavam de atualização e dinamização, desfasados muitas vezes da realidade. Que caminho foi feito na cultura, no turismo, na mobilidade, num conjunto de áreas que são absolutamente estratégicas? Todos nós nos recordamos que no nosso teatro municipal as pessoas iam no inverno com uma mantinha e no verão iam com um leque porque o calor era absolutamente insuportável. Que infraestruturas públicas nos deixaram? Porque temos das mais baixas taxas de cobertura de redes de água e saneamento do país. Que redes viárias nos deixaram? As vias estruturantes por concluir. A via do Nordeste por concluir. Estradas em zonas industriais em terra batida. Nós ainda andamos a pagar hoje terrenos, que não foram pagos, para a construção de via do Nordeste. Que parques verdes e de lazer foram construídos? E mesmo no desporto, onde nós somos realmente um concelho distinto, diferenciador, eu pergunto: Que

espaços públicos foram promovidos para a prática desportiva, seja ela federada, seja ali informal? Portanto, aquilo que importa, é que efetivamente nestes quarenta anos houve oportunidade para fazer um conjunto de coisas. Efetivamente, acho que era merecido que fosse necessário esperar quarenta anos para se pagar todo o mal que foi feito ao concelho. O senhor deputado fala nas questões de fixação e a atração de pessoas. E recorre à fiscalidade, aos apoios. Há muita vida para além da fiscalidade. Hoje, o que as pessoas procuram para se fixar num território é multidimensional. Há muitas coisas que os jovens casais, e nós temos que ter a preocupação, em primeiro lugar, de fixar os nossos e depois de procurar atrair outros para o nosso território, mas efetivamente hoje as pessoas procuram emprego, procuram habitação, procuram respostas desportivas, respostas culturais, procuram segurança, procuram creches, procuram resposta nos cuidados de saúde primários, nos cuidados de saúde hospitalares, procuram um conjunto vastíssimo de coisas. E, a fiscalidade, objetivamente é importante, mas não é fiscalidade que é determinante para que os territórios sejam atrativos. Senhor deputado Fernando Pais: recorreu aos atrasos e às derrapagens nas obras. Os atrasos e derrapagens nas obras, não são de anos, são de décadas. Estamos a ter derrapagens nas obras de décadas. Essa é que é a realidade. Isso é que é absolutamente preocupante. Porque, efetivamente, o que acontece no nosso Fórum Municipal, na nossa Casa Sequeira Monterroso, no nosso Centro Interpretativo do Vidro, no nosso Mercado Municipal, nas nossas escolas, nas nossas zonas industriais, enfim, num conjunto vasto de domínios, são atrasos de décadas. Também não aceito que o senhor tente fazer uma coisa que é profundamente desagradável: que é municipalizar as questões dos trabalhos a mais nas obras e as questões das prorrogações de prazos. O senhor faz isso recorrentemente. E deixe-me dizer-lhe que, os atrasos nas obras e os trabalhos complementares, acontecem em todos os municípios do país, independentemente de quem os governa. Isto significa que nós temos um longo caminho a percorrer, no sentido de procurar inverter esta situação. Mas há uma coisa que eu lhe digo: nós, quando lançamos um concurso público para um projeto, não escolhemos o projetista. Quando lançamos um concurso público para uma empreitada, não escolhemos o empreiteiro. E, portanto, nós estamos sujeitos àquilo que são os resultados de um processo livre e concorrencial conforme a lei estipula. Portanto, aquilo que nós temos que fazer é: quando confrontados com os problemas, temos que procurar encontrar soluções para os tentarmos ultrapassar. Por isso, senhor deputado, se efetivamente hoje falamos de atrasos: é porque temos uma frente de obra sem paralelo no nosso concelho, temos dezenas de obras. Eu vou-lhe aqui referido algumas porque o senhor lança frequentemente esse desafio, procurando dizer: - de forma errada também - que os investimentos que se concentram na cidade. Não há nenhum concelho neste país onde a sede do concelho não receba muito mais investimentos que o conjunto das freguesias. A nossa preocupação sempre foi essa. Foi a preocupação de ter um concelho forte. E ter um concelho forte precisa de uma cidade forte, precisa de uma sede de concelho forte com um conjunto de respostas públicas que estão ao serviço de todos os oliveirenses, não apenas oliveirense da cidade, assim como as respostas que existem nas freguesias estão ao serviço do conjunto dos oliveirenses. Aquilo que nós temos sempre como preocupação, nos mais variados domínios, é

procurar dar resposta às necessidades e às prioridades das freguesias. É isso que nós estamos a fazer. Por isso é que, na sua freguesia, na freguesia de Fajões nós investimos 4,6 milhões de euros na rede de água e saneamento. Mas também investimos na Casa das Coletividades. Investimos no Monte São Marcos. Investimos na ampliação da Escola de Casalmarinho. Investimos na Rua Nova da Paróquia de Cucujães. Investimos na Banda de Música Fajões, que apoiamos com 120.000 euros para a compra de um terreno. Portanto, nós temos essa preocupação de estar presentes na vida das nossas freguesias e nas necessidades das nossas freguesias. Portanto, senhor deputado, se há aqui alguém que merece o epíteto de raiz do atraso, não somos seguramente nós. Porque, efetivamente, muito daquilo que nós estamos a fazer é resultado dos atrasos no pagamento aos fornecedores e na boa gestão, atrasos na realização de obras, atrasos no cumprimento das promessas eleitorais, atrasos na execução da rede água e saneamento. Estaríamos aqui a falar de atrasos ininterruptamente. E esses atrasos tem, como resultado final, alguns défices que nós temos neste momento, em termos de competitividade. Eu cito-lhe aqui, já citei na reunião do executivo, mas cito aqui também alguns exemplos de atrasos: o Metro do Porto e Lisboa, que está a execução, tem 750 milhões de euros de derrapagem; A Casa da Música teve 78 milhões de euros de derrapagem. Sabe que a lei prevê que as obras possam ir até 50% do custo da obra, o que significa que o próprio legislador encara essa possibilidade e enquadra legalmente. Portanto, nós temos que claramente deixar de utilizar uma linguagem onde parece que aquilo que acontece é resultado de má gestão, mau planeamento, conforme afirmou, má programação etc.. Porque, não é nada disso que se trata. Falou na atratividade para as freguesias; parte dos investimentos só na cidade. Tivemos aqui também algumas intervenções nesse sentido. Vou só aqui referir algumas das obras que foram feitas e, se quiser, até quantifico muitas outras coisas que são apoios que não estão diretamente relacionados com isto que eu vou dizer, que são apoios objetivos também nas freguesias: A requalificação do Zé da Curva e os passeios foram realizados na freguesia de Santiago Riba-Ul desde o Cercal até à cidade; Vamos ter agora uma intervenção expressiva também da cidade até Travanca. E temos o concelho, a cidade, se quiser, a ser atravessada por um eixo viário urbano que liga Travanca a Santiago de Riba-Ul; Temos a requalificação do posto da GNR de Cucujães; O Anfiteatro ao Ar Livre, o Albergue de Peregrinos, a requalificação da sede do NAC, também Cucujães; Temos envolvente ao cemitério de Cucujães, que está em fase de adjudicação, um investimento de 1 milhão de euros, também Cucujães. Não podemos esquecer a requalificação, eu lembro-me bem do que aqui foi dito sobre a Escola Ferreira da Silva/Escola EBS de Fajões. São investimento expressivos que foram feitos quer na freguesia de Cucujães, quer na freguesia de Fajões. Lembrar, por exemplo, a requalificação da ponte do Requeixo em Macinhata da Seixa; A travessia que foi feita para as Aldas, um investimento enorme; A requalificação da Avenida do Bessa; Requalificação da Avenida dos Combatentes; Requalificação da Rua do Mosteiro; Requalificação, que já foi feita, na Área de Acolhimento Empresarial. Olhe, se quiser um investimento transversal a todos, o meio milhão de euros em viaturas que vão ser disponibilizadas às nossas juntas de freguesia; A Casa Mortuária de Fajões; A Casa de

Gastronomia, Núcleo da Ruralidade, em Cesar; A construção, que está em curso, da Cantina de Vilarinho, em Cesar; O Centro Interpretativo Ferreira de Castro; A requalificação da biblioteca de Ossela, que já foi feita, e brevemente, esperamos nós, também lançar a Escola de Santo António; A Escola de Teamonde, em Carregosa, também já tem concorrente vencedor e vai ser requalificado, um investimento de mais de 650.000 euros. O investimento fortíssimo que fizemos também no Parque Verde, em Carregosa; O Núcleo do Parque Temático Molinológico, em Travanca; O investimento que foi feito na requalificação da Aldeia de Vilarinho de São Luís, em Palmaz; Vai arrancar, se é que não arrancou já, a obra do Parque Bento Carqueja, em Palmaz; A requalificação dos Passadiços, em Pindelo, uma obra que está também em execução; A Escola Cantina de São Martinho da Gândara, que está em obra, e a Escola do Brejo que foi concluída; A Escola de Palmaz, também foi investimento substancial, foi concluída; A Escola da Alumieira, em Loureiro; O Sindicato dos Vidreiros do Norte, na freguesia de São Roque, no lugar de Bustelo; A Rota das Alminhas, em Macieira de Sarnes. Mas, se quiser, há outras coisas que significam investimentos diretos nas freguesias e, ao fim e ao cabo, é o reconhecimento que nós temos pelo papel que as freguesias também desempenham. Nós apoiamos as obras para a construção do centro Paroquial Condessa Penha Longa, com 225.000 euros, na freguesia de Cucujães. Nós temos um conjunto de investimentos, nos mais variados domínios, que são absolutamente evidenciadores e reveladores de que os investimentos acontecem em todas as freguesias. Agora, é evidente que, é absolutamente utópico achar que o Mercado Municipal com a expressão do mercado municipal na cidade tem que ser replicado para o conjunto das freguesias. Ou achar que nós temos que ter um teatro municipal em cada uma das freguesias. Não. Temos equipamentos culturais. Temos mercados locais. Temos várias respostas que são asseguradas. Uma das preocupações que nós estamos a ter, e alguns vão avançar muito rapidamente, são centros cívicos, pequenos centros de lazer em cada uma das freguesias que, são locais de reunião, são locais de concentração das pessoas que nós achamos que são absolutamente essenciais e que são muito importantes. Senhor deputado Fernando Pais, isto é um documento previsional, coloca em dúvida alguns desses investimentos. Já foi aqui referido o Anuário dos Municípios Portugueses, nós tivemos o 26º maior investimento do país no conjunto dos 308 municípios, investimento pago em 2023. E, portanto, esse número fala por si, não é um número fabricado, não é um número trabalhado, é um número absolutamente claro e que explica bem aquilo que tem acontecido no nosso concelho. Senhor deputado Pinto Moreira, investimento na freguesia/cidade. Estamos falados, não vou voltar a repetir isso. Nós, não temos esse tipo de pensamento, não temos esse tipo de corrente. Para nós, o concelho é só um, é um concelho uno que se desenvolve de forma coesa procurando, naturalmente, adequar os investimentos às diferentes realidades. É evidente que, há freguesias que precisam de muito mais investimento que outras, para que essa coesão se promova. Há freguesias que estão muito mais envolvidas do que outras. Temos que fazer esse esforço, como acontece também no conjunto dos municípios do país. Ou, se quisermos, nas nossas vilas, portanto, há umas mais evoluídas e outras menos evoluídas. Em relação à preocupação que tem com a coesão territorial: Eu acho que, estas questões relacionadas com o investimento nos

centros de saúde, com o investimento nas escolas, são as melhores formas de nós promovermos a coesão do território. Porque esses são apontamentos de investimentos públicos que as pessoas valorizam, que as pessoas têm, são registo de proximidade que eu acho que são muito importantes, assim como apoiar as sedes das juntas de freguesia. Estou-me a lembrar da freguesia de Travanca com 80.000 euros. Ou a freguesia de Nogueira do Cravo com 110.000 euros, que se vai transformar em mais de 130.000 euros. E outras seguramente se seguirão. É aí que o município tem que estar presente e ser indutor de realizações importantes para as para as comunidades. Os valores não são ao cêntimo. Isto é um exercício provisional. Eu acho que o senhor acredita que, não é por ser 1.750.000,33€ que isto deixa de ter credibilidade, não é? Portanto, isto é um exercício provisional. Há muitas verbas que são inscritas no Orçamento sem termos ainda um projeto de execução e o projeto de execução é que nos dá uma estimativa orçamental. Mas isto é mesmo assim, nós temos que as incluir se queremos que elas aconteçam. E, por isso, é que é perfeitamente possível que uma verba que hoje é de 2 ou 3 milhões, depois, quando afinada, passa para 7 ou para 8 milhões. Porque, efetivamente, depende daquilo que queremos fazer, da dimensão do que queremos fazer e de um conjunto vastíssimo de outras circunstâncias que nós podemos trazer para o projeto que estamos a implementar. A viabilidade da execução? Também não é um problema, mais uma vez, do Município de Oliveira de Azeméis. É um problema do país. Quando me diz: «... nós temos empreiteiros, nós temos recursos humanos para fazer?»; Isso não é um problema. Se não há para fazer em Oliveira de Azeméis também não há para fazer no país. Nós não somos uma ilha. O que acontece é que, nós, vamos ao mercado, lançamos os procedimentos. Se os preços forem atrativos para os empreiteiros, eles avançam, se tiverem disponibilidade para fazer a obra, avançam. Se não houver, teremos concurso desertos, como já tivemos vários e vários municípios têm, aliás, é um dos problemas. Uma das preocupações que nós manifestamos recorrentemente aos governantes, à Tutela, é exatamente essa, é nós termos efetivamente pressão para executar, mas temos pouca capacidade instalada, em termos de empresas de construção civil, para podermos ter os níveis de execução que precisamos de demonstrar junto da União Europeia. Outra coisa que eu vou fazer aqui é: deixar-lhe um convite, vamos os dois visitar o concelho. Porque diz que anda pelo concelho e não vê esta frente obras. Eu faço-lhe o convite, vamos os dois ter oportunidade de visitar dez ou vinte obras que estão a acontecer em simultâneo no concelho. Ainda bem que elas não são muito visíveis, porque isso significa que não estão a causar impacto. As de rede de água e saneamento, essas sim, criam um impacto terrível no terreno. Em relação às intervenções dos senhores presidentes de junta José Queirós e Florbela Silva, de Loureiro e de Macieira de Sarnes. Eu passo essa mensagem de confiança e esperança na resolução dos problemas da rede de água e saneamento na freguesia de Loureiro. Porque, foi dito, e agora reafirmado, que esse é um dos grandes problemas que nós temos para resolver no concelho e essa é uma das nossas prioridades. O que nós gostaríamos, é que existissem recursos financeiros, estou a falar naturalmente de fundos comunitários, que nos permitissem andar mais depressa. Não tenho dúvidas nenhuma que não há ninguém nesta sala que não queira isso. Agora, o problema é que esses recursos não existem. E, portanto, nós temos que

procurar e ir construindo capacidade para ir fazendo esse trabalho. Mas, eu já aponte aqui uma fórmula. Oxalá todos estejamos de acordo em relação a essa fórmula. E, portanto, não há problema rigorosamente nenhum, tendo o município capacidade para se endividar. O município vai se endividar para resolver um problema, que é um problema, como disse e bem, grave, muito grave. É bem mais grave do que outros problemas para os quais nós já temos tido resposta. Em relação à intervenção da Florbela, dizer o seguinte: Não é possível, até porque nós temos aqui concatenada uma verba substancial ao saldo de gerência, não é possível nós explanarmos todas as obras. Mas há uma garantia que eu lhe deixo, deixo a si e a todos, - porque eu ouvi aqui uma expressão, que é uma expressão que não corresponde de todo com a verdade, que é: os presidentes de junta sentem-se pouco apoiados. Os presidentes de junta sentem-se pouco apoiados como se sente o presidente da câmara pouco apoiado, e como se sente o país em relação à União Europeia. Todos nós nos sentimos pouco apoiados, porque as nossas necessidades são ilimitadas, as respostas que temos para dar são muitas e a nossa ambição é ainda maior. - Mas aquilo que é importante deixar aqui como palavra, é que: as portas deste executivo estão sempre abertas. É muito difícil alguém bater à porta e ouvir um não. É muito difícil. Portanto, aquilo que nós procuramos fazer é, obviamente, dentro de um quadro disponibilidade e de razoabilidade, apoiar todas as propostas que nos apareçam. Tentamos fazê-lo. Às vezes não conseguimos, mas tentamos sempre fazê-lo. É evidente que nós temos coisas que nos ultrapassam, coisas que são difíceis de resolver, mas temos sempre esta preocupação. Garanto-vos: que quem teve oportunidade de conhecer bem aquilo que se passava em termos de apoio à junta de freguesia no passado e aquilo que acontece hoje, sente uma enorme diferença, a todos os níveis, ao nível da disponibilidade, ao nível do respeito que se tem pelas pessoas, ao nível do respeito que se tem pelas pessoas que essas pessoas representam, e, sobretudo o reconhecimento óbvio de que os projetos que os presidentes de junta de freguesia pretendem implementar são tão ou mais importantes do que os nossos. E, portanto, sobre esse ponto de vista, não há nenhuma dúvida em relação a isso. O caminho para o futuro, não pode ser outro, tem que ser o de reforçar, conforme vem sendo dito, a autonomia, a capacidade das juntas de freguesia para poderem fazer os seus projetos. Acho que isto tem que ser um caminho claro para todos. Espero que, no futuro, este caminho se reforce. Espero que as pessoas percebam a importância do trabalho dos presidentes de junta. Porque, objetivamente, se nós não transformarmos essa capacidade aquilo que vai acontecer é que as pessoas cada vez vão estar menos disponíveis para servir nestes cargos porque são subsídio-dependentes, estão sempre de mão estendida. Isso não é uma coisa que eu goste e, portanto, não é uma coisa que eu também queira para os outros. Era isto que tinha para vos dizer, em relação às intervenções que foram feitas. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação tendo sido deliberado, por maioria, aprovar a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2025, com a seguinte votação: A **favor, 25 votos**: vinte e dois (22) votos do PS, um (1) voto do CDS/PP, um*

(1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Contra, 10 votos:** nove (9) votos do PSD e um (1) voto do B.E.; **Abstenções, 4 votos:** um (1) voto do CH e três (3) votos do PSD (Presidente de Junta da Freguesia de Macieira de Sarnes; Presidente de Junta da Freguesia de Loureiro e Presidente de Junta da Freguesia de Ossela). Deliberou ainda aprovar, por unanimidade, as Normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII - 1.a), 1.b) e 2. =====

===== O Senhor Primeiro Secretário da Mesa - **Manuel José Soares**, anunciou o resultado da votação da eleição de candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto: candidato - Orlando Jorge Vieira da Silva Leal. Resultado da Eleição: Votantes 27: Votos a **Favor** 15; Votos **Contra** 3; Votos **Branco** 9; Votos **Nulos** 0. =====

===== Pelo Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dito: =====

===== Só pedia aos senhores deputados que tentassem alterar esta legislação, porque não faz sentido rigorosamente nenhum. Tanto é que, tínhamos dois secretários para nomear e houve um que desistiu, vamos ter que fazer nova votação em simultâneo nas 17 assembleias municipais dos municípios da Área Metropolitana do Porto. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi proposto que se efetuasse a análise a discussão em conjunto dos **pontos cinco, seis, sete e oito**, o qual foi aceite por unanimidade. =

===== **Ponto cinco**: - **Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2025 (I/67951/2024)**; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, determina na alínea a), do seu art.º 14º, que o IMI é uma receita municipal; - Que a comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, das deliberações da Assembleia Municipal que fixam as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2025, referidas no art.º 112º do CIMI, deve ser recebida nesse serviço até 31 de dezembro de 2024. Caso isso não se verifique serão aplicadas as taxas mínimas (n.º 14, do art.º 112 do CIMI, na sua atual redação), que de acordo com a alínea c), do n.º 1, do art.º 112, do CIMI, prevê que as taxas dos prédios urbanos possam ser fixadas de 0,3/prct a 0,45/prct sendo que, para o ano 2025 este município pretende propor a fixação da taxa mínima de 0,3/prct; - Que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do proprietário ou do seu agregado familiar, e que seja afeto a tal fim, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis

que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com o art.º 112º-A do CIMI, de acordo com a seguinte tabela:

Nº de dependentes a cargo	Dedução fixa em €
1	30
2	70
3 ou mais	140

Que, nos mesmos termos legais, se justifica a fixação da redução da taxa de IMI, dado que: - As famílias com dependentes têm despesas acrescidas; - A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida; - A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e conseqüente aumento da população do nosso concelho e uma diferenciação positiva relativamente às famílias numerosas; - Não obstante o quadro de reduções e constrangimentos financeiros, a responsabilidade e compromissos de gestão, julga-se adequado manter o esforço de apoio à população oliveirense e desenvolvimento do nosso concelho, visando atenuar os efeitos da taxa de inflexão e juros ainda elevados, optando por manter as taxas do IMI para prédios urbanos em 0,3/prct para 2025; bem como a possibilidade manter a redução de IMI consoante o número de dependentes a cargo do proprietário do imóvel. ASSIM, PROPONHO: Mediante deliberação da Assembleia Municipal e sob proposta da Câmara Municipal fixar **as taxas de IMI a aplicar em 2025 em 0,3/prct.** 1 - Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1, do art.º 112º e n.º 2, do art.º 112º-A, do Código do Imposto sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e alínea d), do n.º 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro 2013, se fixem as taxas do IMI para 2025 em: - Prédios urbanos: » **em geral valor: 0,3/prct;** » **dedução fixa da taxa de IMI famílias de:** » **30€ para agregados familiares com 1 dependente;** » **70€ para agregados familiares com 2 dependentes;** » **140€ para agregados familiares com 3 dependentes ou mais.** 2 - Que também se comunique à AT, o diretamente estatuído no n.ºs 3 e 16, do art.º 112º e quando aplicável o art.º 112º-B, do CIMI, na sua atual redação, ou seja, que a taxa prevista anteriormente e correspondente à alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo do CIMI, é elevada, anualmente ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio bem como, prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas, tal levantamento deverá ser efetuado pela Equipa Multidisciplinar de Planeamento Urbano, Gestão Urbanística e Ambiente; 3 - Se majore em 30% (0,39/prct) a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, na área de intervenção do plano de urbanização da cidade e nas áreas e freguesias cujo levantamento já se efetuou em anos anteriores, e considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. Para o efeito deverá a Equipa Multidisciplinar de Planeamento

Urbano, Gestão Urbanística e Ambiente proceder ao levantamento dos prédios urbanos degradados, nas áreas acima referidas, e proceder à identificação dos respetivos proprietários para comunicarem à AT até 31 de dezembro de 2024, conforme o n.º 8 do art.º 112º do CIMI, na sua atual redação; 4 - Se majore no triplo (2,4/prct), a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situações de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido nos termos do n.º9, do art.º 112º do CIMI, na sua redação atual. Para o efeito e nos termos do n.º 11, do art.º 112º do CIMI na sua redação atual, deverá a Equipa Multidisciplinar de Planeamento Urbano, Gestão Urbanística e Ambiente, proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono (conforme definido e nos termos do nº 10 do mesmo artigo) e à identificação dos respetivos proprietários, até 30 de Março de 2025, para comunicação via eletrónica à AT; 5 - Para as restantes situações não se julga oportuno propor a fixação respetiva de taxas.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Em relação a fixação das taxas municipais do IMI: Nós propomos a manutenção da taxa na taxa mínima que é 0,3% para prédios urbanos e adoção fixa em função do número de dependentes 1, 2 ou 3 dependentes de 30, 70 e 140 euros. Depois já sabem que temos o triplo da taxa para os prédios urbanos parcialmente devolutos há mais de um ano e para os prédios em ruína temos uma majoração de 30% à taxa aplicável a prédios urbanos degradados na área de intervenção do nosso plano urbanização da cidade e também nas áreas e freguesias, com o levantamento que tenha sido feito em ano anterior. Majoramos também para o triplo a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono. Depois, enfim, em relação à fixação da taxa de derrama para o ano de 2025: Nós propomos também aos senhores deputados a manutenção da taxa geral de 1,2%. E isenção da taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior inferior a 150.000 euros. Em relação à participação no IRS sobre os rendimentos de 2025: Vamos também propor aos senhores deputados a manutenção da taxa, que historicamente tem sido aplicada, de 5%. Em relação à proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano 2025: propomos a sua manutenção nos 0,25%, sobre o volume de negócios da operadora. Estaremos a falar de uma taxa que é absolutamente diminuta.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão, Helga Correia e Fernando Pais.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *Senhor Presidente, permita a discussão conjunta destes pontos, particularmente dos pontos 5 a 7, que são aqueles que reportam diretamente à política fiscal do município, à sua capacidade discricionária e às opções, dentro de determinados limites, que podemos fazer. Hoje as nossas discussões são mais complexas e mais densas. Deixamos os pensamentos básicos em fundo colorido para outros. Compreendemo-las claro. Sabemos que o melhor predictor do comportamento futuro é sempre o comportamento passado. Aí temos. Primeiro - A política fiscal municipal é um fator de impacto real nos cidadãos e nas empresas. Quando, durante o Plano de Saneamento Financeiro, e por mais de uma década estivemos pressionados, muitos pressionados, para maximizar receitas, sabíamos disso. Não só denunciámos esse esforço, como nos custava particularmente que o município, no que de si dependi, não procurasse responder da mesma forma, que mais não seja com o exemplo. Podíamos dar várias exemplos, mas penso que os do fundo de maneo serão mais do que suficientes para que esclarecer dúvidas. Segundo - Sabemos também que manter o equilíbrio nas contas e as contas certas, tem impacto real na capacidade de responder às pessoas. Não há nenhuma obra ou nenhum investimento que não responsa diretamente às pessoas, até aquelas que parecem mais frias como o próprio alcatrão. Contas equilibradas são essenciais para responder às pessoas. Por isso, tomar opções tem sempre um alcance e um alcance cumulativo, que se soma ou se subtrai. Os três impostos municipais - IMI, IRS e Derrama - representam, no seu todo, uma das principais fontes de receita. São, a par das transferências do Estado, a grande estrutura de receita da Autarquia (perdemos, há 10 anos precisamente, a outra grande fonte de receita e de lucro, por consequência da concessão das redes de água e saneamento). A particularidade desta receita é a sua relação direta com os munícipes e empresas do concelho e, por isso, também o seu impacto é mais mensurável num sentido e noutro. A **taxa Derrama**, mantém-se nos mesmos valores há mais de uma década: 0,3 pontos abaixo da taxa máxima e a isenção para volumes de negócios inferiores a 150.000€. Há um equilíbrio entre a receita que gera para o município e o esforço que as empresas, pelo seu lucro, emprestam ao nosso desenvolvimento coletivo. Uma política que já vinha de executivos anteriores, com que sempre concordamos e que mantivemos. Pelo impacto que tem no orçamento das famílias e empresas, propõe-se a manutenção do IMI na taxa mínima, 0,3 pontos percentuais, compromisso assumido em 2017 e que mantemos. É, sem margem para dúvida, o imposto de maior expressão e o transversal às famílias e empresas. É uma decisão de base anual, cujo cumulativo muitas vezes perdemos, mas é importante compreender a sua dimensão e o seu esforço. Em 2021, o primeiro ano em que aplicamos a taxa mínima, o esforço municipal significou, em relação à taxa de início de mandato, 1,7 milhões de euros. Sem qualquer atualização de valores, a aprovação anual da mesma taxa para o ano de 2025, significará, no período destes dois mandatos, a não cobrança aos oliveirenses de cerca de 8,5 milhões de euros, 6,8 milhões neste mandato. Neste período, se considerarmos o que aconteceu no mercado imobiliário, este valor ultrapassa conservadoramente, 10 milhões de euros. É, sem dúvida, o imposto de maior impacto e aquele que chega, infelizmente a mais famílias. Mas tentemos perceber o que aconteceu nestes anos (slides) 3. Vejamos, por último a taxa a aplicar no IRS, a que tem gerado*

mais discussão, por ter sido a taxa que, na oposição, o Partido Socialista propunha ao executivo reduzir. E a razão era simples, não se mexendo no IMI, pelo enorme impacto e pelo esforço de saneamento financeiro, pelo menos no IRS. Ao contrário do IMI, é um imposto de responsabilidade partilhada, da qual o município pode dispor de uma pequena percentagem. Sempre que possível e que as condições o facilitem, devemos criar condições para ir diminuindo o esforço de impostos e, sobretudo, como estamos a fazer com o IMI, que as diminuições tenham dimensão perene e constante, com estabilidade fiscal. Na ponderação que anualmente fazemos, entra também em linha de conta, sobretudo neste imposto partilhado, o proposto nos Orçamentos do Estado e, não tendo sido a única, opção de baixar brutalmente a carga de IRS, com de OE de 2024, em 1,3 milhões, com a atualização dos escalões, o ajustado a retenção na fonte, o ajuste do mínimo de existência a partir do qual as famílias pagam IRS, o IRS Jovem, o IRS regressar, tiveram sobre este imposto, que 50% das famílias não paga (infelizmente), um impacto enorme. Mas tentemos perceber o que aconteceu nestes anos. Não temos dúvidas que à medida que reforçamos estruturalmente o equilíbrio financeiro do município, que resolvemos problemas que impactam muito nos orçamentos municipais, talvez o mais expressivo seja mesmo a rede de água e saneamento, vamos ganhando capacidade de partilhar ainda mais este equilíbrio entre o esforço municipal e o esforço dos cidadãos. Sabemos os desafios deste esforço e pensamos que os devemos continuar: Devolução efetiva ou, mais corretamente, não coleta efetiva, manutenção da capacidade de investimento do município, articulação com as políticas do estado, reforço do reconhecimento de rigor, como é exemplo o anuário financeiro dos municípios, onde somos exemplo, e uma sensibilidade fundamental para adaptar tudo isto às necessidades efetivas das pessoas. No fim, como disse, resulta o efeito acumulado, mais de 10 milhões não cobrados em impostos nestes anos e isso é uma mudança bem estrutural. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Cumprimentar, naturalmente, o Senhor Presidente, o Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas deputados municipais, público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham em casa. A minha intervenção é no sentido de vir a dizer a esta Assembleia e ao Senhor Presidente da Câmara que, em coerência com aquilo que tem sido o sentido de voto deste grupo municipal, o PSD irá votar contra a taxa do IRS por entendermos, e já o dissemos em assembleias municipais anteriores do orçamento, que o executivo municipal deveria reduzir a taxa a máxima para a taxa de 4,5%. O senhor deputado Bruno Aragão disse aqui que: há muitas famílias que não pagam IRS. Mas também há muitas famílias que também não pagam IMI. Não pagam IMI, porque não tem rendimentos para ter casas próprias. Por isso, eu acho que nós temos que olhar para os oliveirenses todos da mesma forma. E, aqui, Senhor Presidente, dizer-lhe que, analisando os dados, existe margem orçamental para fazer esta redução. Á nossa volta, se olharmos, a maior parte dos municípios

têm uma taxa muito mais baixa do que a nossa, à exceção de Santa Maria da Feira. Por isso, eu acho que, seria um sinal para com os oliveirenses, nós podermos reduzir a taxa de IRS. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== A primeira consideração que eu quero fazer é que, efetivamente, a questão da baixa de impostos é uma questão importante. É uma questão muito importante, naturalmente. E qualquer autarca digno desse nome, quer reduzir ao máximo a fiscalidade que incide sobre se os municípios. Eu não tenho dúvidas que é isso que acontece também no governo e é isso que acontece também no país. Agora, também qualquer autarca digno desse nome, deve fazê-lo num quadro de responsabilidade e num quadro em que seja possível fazê-lo. Porque, efetivamente, não temos margem orçamental para fazer senão tínhamo-lo feito. E não temos margem orçamental para o fazer, porque basta ver a quantidade de necessidades que nós temos que satisfazer em termos de investimento. E não estou a falar em estradas nem em zonas industriais. Estou a falar objetivamente em termos de habitação social, em termos dos apoios que é preciso começar a dar às IPSS, ao movimento associativo, em termos daquilo que é preciso fazer num conjunto de domínios que são muito importantes para a vida das pessoas. E, portanto, sobre esse ponto de vista, acho que é absolutamente claro que qualquer autarca dentro, enfim, da medida das suas possibilidades, vai procurando reduzir a fiscalidade que incide sobre os seus munícipes, naturalmente sobre os impostos diretos. Nós já tivemos vezes sem conta esta discussão da questão do IRS, que é essa que normalmente alimenta de forma mais apaixonada estas discussões. Eu também já disse repetidas vezes que, nunca foi um compromisso eleitoral nosso, o compromisso eleitoral foi baixar o IMI para a taxa mínima. Cumprimos. E, portanto, sobre isso não há nenhuma dúvida. Mas também sempre dissemos que, logo que tenhamos condições para reduzir a fiscalidade que incide.... E pode ter a certeza que seria a coisa mais fácil. Isso sim é que seria uma medida eleitoralista. Não custava nadinha agora reduzir 0,25%, dá 170 000 euros, e fazíamos aqui um sound byte extraordinário. Seria fácil. Mas não é, digamos, a forma mais fácil fazer as coisas como deve ser. E, portanto, aquilo que importa é que nós percebamos do que é que estamos a falar. Efetivamente, 6% das famílias pagam 53% do IRS que acontece no país. E 42% das famílias portuguesas não pagam IRS, não tem coleta. Do que é que nós estamos a falar? Não estamos a falar de uma coisa simples. Até estivemos aqui a ver um exemplo familiar para vocês perceberem do que é que estamos a falar. Não estou a desvalorizar rigorosamente nada, atenção. Só estou a falar da medição dos impactos. Porquê? Porque reduzir o IMI é várias vezes mais devolver impostos aos oliveirenses do que reduzir de 0,25 na participação fixa do IRS. Só para vocês perceberem: toda a gente percebe como é que se calcula esta taxa - nós vamos à coleta líquida, depois de todas as deduções, e aplicamos uma taxa de 5%. Vamos admitir que a coleta líquida são 1000 euros: O que é que isto significa? Esse contribuinte beneficiaria de 5 euros, ou seja, 40 cêntimos por

mês, era esse o benefício que resultaria por esse município. Isto significa que estaríamos a falar de um pequeno-almoço ou de uma diária, mas uma diária controlada, um pequeno-almoço controlado, porque não dá para muito mais do que isso. Nós estivemos aqui a ver, por exemplo, um familiar - tivemos a preocupação de escolher um familiar que não é deste município - Esse familiar tem uma redução de 1%, a poupança são 5,75€. Se tivesse 0,5%, teríamos metade destes 5,75€. O que é que isto quer dizer? Os que mais pagam serão naturalmente os mais beneficiados com mais de 50% de redução fiscal que nós promoveríamos. Nós já sabemos que, o desconto municipal no IRS incide sobre os contribuintes, os que têm que pagar e os que têm direito a reembolso na altura do acerto. Mas o que é um facto, é que isto não tem efeitos visíveis, aí estamos inteiramente de acordo sobre isso, a não ser se fosse zero. Aí, falamos de impacto. Este tipo de reduções, não tem rigorosamente impacto na maioria dos contribuintes oliveirenses. É evidente que, Santa Maria da Feira tem uma participação menor mas também tem um IMI muito maior que o nosso, lá o IMI é 0,3%. É igual ao nosso? Eu tinha percebido que tinha dito que era inferior. Nós temos vários municípios aqui à volta, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira, Ovar, que têm taxas de IMI muito superiores à nossa. Isso significa que eles têm uma capacidade para arrecadar receita, porquê? Porque é o grande imposto. A grande receita é o IMI. O IMI vale mais do que duas receitas juntas, das mais substanciais, se quiser, o IUC, a participação fixa no IRS ou o IMT. Percebesse bem a importância do IMI, em termos de devolução de fiscalidade. É evidente que, a redução da taxa de IMI para a taxa mínima não chega a toda a gente, como é óbvio. Mas também a redução da participação fixa no IRS, não chega a toda a gente. Sobre isso, não temos rigorosamente dúvida nenhuma. O que importa é que, nós percebamos que este é um caminho que tem que se fazer, é um caminho que tem que se fazer quando tivermos condições objetivas para o fazer. Era muito fácil, se as acusações que nos são feitas de eleitoralismo, agora ensaiar esse caminho. E, portanto, isso não me parece que seja rigoroso, não parece que isso seja sério. Mas fica aqui o compromisso de que, logo que tenhamos condições para o fazer, logo que muitos destes investimentos que nós com muita facilidade conseguimos elencar, nos mais variados domínios, estejam, de certa forma, alavancados, pois eu não tenho dúvidas que os tais investimentos dinâmicos que nós estamos a falar são este tipo de investimentos. São os investimentos que criam condições para que as pessoas se sintam bem, se sintam felizes no território. E para terem essa dimensão de felicidade, a fiscalidade é um dos elementos relevantes. Agora, o IMI, assim como a área de reabilitação urbana, são instrumentos importantíssimos de atração e fixação de pessoas e de investimento. Não tenham dúvidas rigorosamente nenhuma sobre isso. Eu não tenho dúvidas nenhuma que, quando alguém pensa em comprar uma habitação, quando um jovem quer comprar um apartamento olha para oferta, para o que lhe agrada, como é evidente, mas olha também para o IMI, porque o IMI é realmente um imposto impactante, um imposto relevante. Não tenho dúvidas nenhuma que é um dos fatores de seleção do local por onde se pretende investir ou para onde se pretende habitar. E, portanto, esta discussão, é uma discussão já bastante explorada. Nós não temos nenhuma dúvida que estamos aqui preocupados com a baixa dos impostos. Mas sempre dissemos de forma coerente e de forma absolutamente clara, vamos fazê-

lo quando tivemos condições objetivas para fazer. Depois também pedimos que se reforce o apoio nos passeios idosos, as verbas para a formação, o vale educação que se estenda ao ensino cooperativo e privado. Depois temos um conjunto de domínios que concorrem para um esforço financeiro que não há capacidade, ou que havendo capacidade compromete muitas outras coisas que realmente são estruturantes e são determinantes. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Não é uma interpelação ao Senhor Presidente. Evidentemente que fez o exercício, que eu acho que é mais de retórica relativamente a quem paga IRS e a quem paga IMI. Infelizmente, os jovens hoje em dia muito poucos compram casa. É evidente. Mas pagam IRS. Mas isso é um exercício que até é legítimo, eu entendo o esforço. Mas, a minha pergunta, é exatamente para o senhor deputado Bruno Aragão: Como é que chega aos 10 milhões? Eu não percebi. Eu acho que ninguém percebeu. Como é que chega aos 10 milhões de poupança de impostos? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Não é poupança. É de não cobrança. É que são coisas bastante diferentes. Mas há um dado que é preciso esclarecer: em Portugal há mais por portugueses a pagar IMI do que a pagar IRS, que não haja nenhuma dúvida sobre isso. Basta perceber qual é o nosso quadro de imobiliário para percebermos que a esmagadora maioria das pessoas tem casa própria e, portanto, paga IMI sobre isso. Que não que não haja dúvida sobre isso. Isso são dados reais. Temos mais pessoas a pagar casa própria, senão não tinha sido um problema sério o que aconteceu quando aumentaram as taxas de juros do crédito habitação, como é evidente. Acho que essa discussão, aliás, ficou bem clara sobre isso. Mas, fazemos assim, na próxima assembleia trago os dados, não há nenhum problema sobre isso. Sobre o IMI, a conta é muito fácil, senhor deputado: a primeira vez que aplicamos a taxa mínima, o diferencial em relação ao cobrados antes de o fazermos era de 1,7 milhões de euros, nesse ano: no ano seguinte, foi o mesmo, a taxa mínima manteve-se. Podíamos ter aumentado para a máxima e recuperávamos os 1,7 milhões de euros, mantendo-se as mesmas regras, as mesmas condições. Portanto, se fizer isso para 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 para o qual estamos a aplicar a mesma taxa, faça o somatório, se não quiser atualizar nenhum valor, se achar que as casas não valorizaram mais como como valorizaram, tem 8,5 milhões de euros; Se quiser ser conservador nessa atualização, considerando aquilo que sabemos que aconteceu no mercado imobiliário, tem pelo menos 10 milhões de euros. Foi simples, a minha conta. Mas, se não quiser, se ficar muito sensibilizado com esses valores fique com os 8,5 milhões de euros. Se o município de Oliveira de Azeméis, hoje, mantivesse a mesma taxa, a capacidade de coleta de

IMI aumentava. Por isso é que o município, mesmo tendo reduzido, foi coletando mais IMI. É simples de perceber o que foi acontecendo com as atualizações dos valores. A minha conta é simples. Mas, se não quiser os 10 milhões, fique com 8,5 milhões para não gerar nenhuma dívida. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente, acho que é importante ficarmos todos esclarecidos, nós e quem está em casa. É que, se nós formos ver o Censos 2021, só 70% das famílias portuguesas vive em casa própria e destes 70% cerca de 2,9 milhões de alojamentos serviam de residência habitual dos restantes proprietários. Por isso, é bom perceber que há 40% dos portugueses não têm capacidade de ter casa própria. Muito obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, fixar as seguintes taxas: Prédios urbanos: - em geral valor: 0,3/prct; - dedução fixa da taxa de IMI famílias de: 30€ para agregados familiares com 1 dependente; 70€ para agregados familiares com 2 dependentes; 140€ para agregados familiares com 3 dependentes ou mais; Se majore em 30% (0,39/prct) a taxa aplicável a prédios urbanos degradados; Se majore no triplo (2,4/prct), a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situações de abandono. =====

*===== **Ponto seis:** - Proposta de fixação de taxas de Derrama para o ano 2025 (I/67944/2024); =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Derrama é uma receita municipal de acordo com a alínea c), do art.º 14º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e posteriores alterações; - Que os municípios podem deliberar lançar derrama, de duração anual e que vigorará até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5/prct sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), conforme n.º 1, do art.º 18º, do RFALEI; - Que a ausência da comunicação ou a sua transmissão para além do prazo estabelecido (até 31 de dezembro) determina que a liquidação e cobrança da Derrama são efetuadas com base na taxa e benefícios fiscais que estiverem em vigor naquela data nos termos dos n.ºs 17 e 18, do art.º 18º, da RFALEI; - Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama, nos termos dos n.ºs 2 e 3, dos art.ºs 16º e n.º 22, do art.º 18º, do RFALEI sendo que, para efeitos do n.º 23, do art.º 18º, do citado regime, as isenções ou taxas reduzidas de derrama atendem, nos termos do regulamento, aos seguintes critérios aí estabelecidos; - Que de acordo com o n.º 1 do art.º 8º do Regulamento para

Atribuição de Benefícios Fiscais da Derrama Municipal de Oliveira de Azeméis, publicado no Diário da República a 12 de outubro de 2022, ficam isentas de derrama, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC), todas as empresas, de qualquer setor de atividade, cujo volume de negócios não ultrapasse os 150.000 euros. - Que de acordo com o n.º 2 do art.º 8º do Regulamento citado no ponto anterior, as condições e critérios de isenção de derrama previstos no número anterior podem ser alterados, anualmente, ou serem criadas outras condições e critérios, mediante aprovação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, sem prejuízo da deliberação anual da fixação da taxa geral da Derrama. - Que ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 4º do Regulamento Municipal de Incentivos ao Investimento e Empreendedorismo no Concelho de Oliveira de Azeméis (RMIIECOA), a isenção ou redução de Taxas de Derrama, é fixada anualmente por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; - Que os benefícios fiscais estão sujeitos às regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de minimis, conforme o n.º 25, do art.º 18º, do RFALEI; - A necessidade de criação de medidas que visam fixar as empresas e ativar incentivos no Concelho bem como, combater o desemprego e potenciar o nível de empregabilidade e coesão territorial; Proponho: Nestes termos, ao abrigo do disposto no art.º 18º, do RFALEI, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e alínea d), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro 2013, na sua atual redação e do Regulamento para Atribuição de Benefícios Fiscais da Derrama Municipal de Oliveira de Azeméis, a fixação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal das seguintes taxas de Derrama para o ano 2025: - Taxa geral de 1,2/prct; - isenção da taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€ (conforme Regulamento).” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, fixar seguintes taxas de Derrama para o ano de 2025: Taxa geral de 1,2/prct; Isenção da taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€ (conforme Regulamento).=

*===== **Ponto sete:** - **Definição da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano 2025 (I/67952/2025);** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O definido na alínea g) do art.º 14º conjugado com a alínea c), do n.º 1 e n.º 4 do art.º 25º, e com o n.º 1, do art.º 26º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e posteriores alterações, os municípios têm direito a participação variável no IRS, até ao limite de 5%, devendo deliberar anualmente uma percentagem de IRS; - Que na ausência de deliberação ou de comunicação (até 31 de dezembro), o Município tem direito a uma participação de 5/prct no IRS, conforme n.º 3, do art.º 26º, do RFALEI; - Que, tendo por base o princípio da prudência na gestão

municipal, deve-se assegurar um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais, permitindo a continuação do esforço de investimento de recursos à recuperação do desenvolvimento económico e reforço da coesão territorial; - A percentagem de participação no IRS será aplicada sobre os rendimentos auferidos em 2025 e transferida para o Município no ano de 2026; - Que se mostra adequado manter a taxa de IRS definida em anos transatos 5/prct, sendo a mesma uma receita necessária à Autarquia para concretização dos seus objetivos orçamentais. PROPONHO: Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea g), do art.º 14º e nos n.ºs 1 e 2, do art.º 26º, do RFALEI, Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e posteriores alterações, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e alínea c), do n.º1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro 2013, e posteriores alterações, a deliberação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2025, em 5/prct.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado, por maioria, definir a percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2025, em 5/prct., com a seguinte votação: A **favor, 25 votos:** vinte e dois (22) votos do PS, um (1) voto do CDS/PP, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Contra, 14 votos:** doze (12) votos do PSD, um (1) voto do CH e um (1) voto do B.E..* =====

===== **Ponto oito: - Proposta de fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2025 (I/67957/2024);** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O anexo à Lei nº 16/2022 de 16 agosto e posteriores alterações, permite a cobrança por parte dos Municípios respetivos, de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), com o intuito de mitigar os encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público (Operadores), em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal; - Que a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município (n.º 3, do art.º 169º do anexo à Lei 16/2022 de 16 de agosto e posteriores alterações); - Que, tendo por base o princípio da prudência na gestão municipal, deve-se assegurar um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais, permitindo a continuação do esforço de investimento de recursos à recuperação do desenvolvimento económico e reforço da coesão territorial; - Que o percentual deverá ser aprovado anualmente, por cada Município até ao final do mês de*

dezembro do ano anterior a que se destina (alínea b), do n.º 3, do art.º 169º do anexo à Lei 16/2022, e posteriores alterações), e o seu valor não pode ultrapassar 0,25/prct; - Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento, não podendo ser refletida na fatura dos consumidores, de acordo com o n.º 4, do art.º 169º do anexo à Lei 16/2022 de 16 de agosto e posteriores alterações. Proponho: Nos termos e ao abrigo do preceituado no n.º 3 do art.º 169º do anexo da Lei nº 16/2022, de 16 de agosto (Lei das Comunicações Eletrónicas) e posteriores alterações, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e para efeitos das alíneas b) e c), do n.º 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro, a aplicação de um valor percentual de 0,25/prct com Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município, para vigorar no ano de 2025.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, fixar um valor percentual de 0,25/prct, como Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para vigorar no ano de 2025. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi proposto que se efetuasse a análise a discussão em conjunto dos pontos nove e ponto dez, o qual foi aceite por unanimidade. =====

===== **Ponto nove: - Estrutura Nuclear e Flexível; Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis (I/72366/2024) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que por Despacho n.º891/2013, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 16.01.2013, tornou-se público que, ao abrigo do n.º 4 do art.º 21.º da Lei n.º 49/2012, de 29.08, e do artigo 25.º, n.º 1, alínea m) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09), por proposta da Câmara Municipal aprovada a 04.12.2022, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, em 12.12.2012, deliberou aprovar a organização dos serviços municipais segundo o modelo de estrutura orgânica mista, bem como aprovar o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e a composição e definição da respetiva estrutura nuclear; - Que por despacho 1580/2013, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 25.01.2013, tornou-se público que, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23.10, e artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Câmara Municipal em 21.12.2012 deliberou aprovar a Estrutura Matricial Flexível, com a conseqüente criação das unidades orgânicas flexíveis, Equipas multidisciplinares, respetivas atribuições e competências, alterado por deliberação n.º 255/2015, de 05.03 e deliberação n.º 336/2023, de 23.03; - Que a reestruturação que agora se propõe, prevê a alteração significativa de serviços e estruturas existentes, permitindo enfatizar

determinadas áreas que se consideram fundamentais da atividade municipal, tendo em conta, nomeadamente, o ecossistema do município e sua previsível evolução, o número de serviços disponibilizados à população e as alterações legislativas, quer as decorrentes da transferência de competências, quer as decorrentes de medidas de modernização administrativa; - Que a estrutura dos serviços municipais assenta numa visão de desenvolvimento do território em que a cultura, a educação, a ciência e o conhecimento são os principais motores de transformação das pessoas, da economia e da sociedade, enfatizando a sustentabilidade ambiental e a neutralidade climática; - Que é indispensável dotar a orgânica do Município da forma e das soluções hierárquicas, que nas presentes circunstâncias, apresentem as melhores condições para que o funcionamento da autarquia se processe nos termos mais ajustados, cumprindo requisitos de racionalidade, eficácia, inovação e excelência na prestação do serviço público; - Que as câmaras municipais podem, adicionalmente, propor aos respetivos órgãos deliberativos a reestruturação dos seus serviços, nomeadamente na sequência da transferência de novas competências (n.º2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23.10, na redação atual); - De acordo com o art.º6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23.10 (que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais), na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal: a) Aprovar o modelo de estrutura orgânica (hierárquico, matricial ou misto, conforme dispõe o n.º 1 e 2 do art.º 9.º do diploma); b) Aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares; c) Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis; d) Definir o número máximo total de subunidades orgânicas, e de equipas de projeto, competindo ao Presidente da Câmara Municipal a criação, a alteração e a extinção das subunidades orgânicas, dentro daquele limite, em conformidade com o disposto no art.º 8.º do mesmo diploma; - Que compete à Câmara Municipal, sob proposta do presidente, criar as Unidades orgânicas flexíveis e equipas de projeto e definir as respetivas atribuições e competências; - Que pelo art.º 10.º do diploma: 1- “A estrutura interna hierarquizada é constituída por unidades orgânicas nucleares e flexíveis. 2 - A estrutura nuclear do serviço é composta por direções ou por departamentos municipais, mas correspondendo sempre a uma departamentalização fixa. 3 - A estrutura flexível é composta por unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por um chefe de divisão municipal, as quais são criadas, alteradas e extintas por deliberação da câmara municipal, que define as respectivas competências, cabendo ao presidente da câmara municipal a afectação ou reafectação do pessoal do respectivo mapa, de acordo com o limite previamente fixado. 4 - A criação, alteração ou extinção de unidades orgânicas no âmbito da estrutura flexível visa assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de optimização dos recursos, tendo em conta a programação e o controlo criteriosos dos custos e resultados. 5 - Quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva, podem ser criadas, no âmbito das unidades orgânicas, por despacho do presidente da câmara municipal e dentro dos limites fixados pela assembleia municipal, subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico, sem prejuízo do estabelecido no n.º 3 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. 6 - A estrutura nuclear, bem como os

despachos referidos nos n.os 3 e 5, são publicados no Diário da República, sob pena de ineficácia.”; - Que, tratando-se de um regulamento interno, a competência para a sua aprovação é do órgão executivo, justificando-se a sua submissão ao órgão deliberativo para aprovação das matérias da sua exclusiva competência e conhecimento das restantes, sendo certo que, em obediência ao princípio da especialidade, as eventuais alterações que venham a ocorrer na vigência do regulamento serão aprovadas no âmbito do exercício das competências de cada órgão, garantindo-se a flexibilidade necessária de conformação da estrutura às dinâmicas de contexto; Proponho: Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, e da alínea m), do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09, bem como, dos artigos 6.º a 11.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23.10, ambos na redação atual: - Aprovar o Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, anexo à presente proposta; - Criar as unidades orgânicas flexíveis e equipas de projeto, da sua competência, nos termos e condições nele previstas, com eficácia condicionada à aprovação que venha a ser conferida pela Assembleia Municipal, em especial no que concerne à estrutura nuclear e definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis; - Submeter à deliberação da Assembleia Municipal, a: a) Aprovação do modelo de estrutura hierarquizada dos serviços municipais; b) Aprovar a Orgânica dos Serviços Municipais no que concerne à respetiva “Estrutura Nuclear”, incluindo as correspondentes atribuições e competências; d) Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, e) Definir o número máximo de subunidades orgânicas, e de equipas de projeto, conforme consta do Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== O que nós estamos aqui a submeter à consideração dos seus deputados é a aprovação de uma nova macroestrutura para a Câmara Municipal. Uma macroestrutura que permite adaptar a organização ao nível funcional, mas também ao nível dos recursos humanos num conjunto de domínios onde, objetivamente, neste momento, não temos respostas. E estamos a falar de domínios como a transição energética, a transição digital, como o bem-estar animal, questões relacionadas com a mobilidade e um conjunto de áreas que são absolutamente relevantes e que, hoje, nós não temos capacidade para tratar por não termos, naturalmente, os recursos humanos necessários e não temos também no nosso programa funcional estas dimensões perfeitamente identificadas. Portanto, aquilo que nós estamos a propor é uma macroestrutura que prevê três diretores de departamento, portanto, não vou estar aqui a explicar quais são os departamentos. Estamos a falar de onze chefias de divisão e dez unidades orgânicas e também cinco secções. Portanto, será esta estrutura, enfim, que vos foi disponibilizada, que permitirá que nós olhemos para o presente com uma perspetiva também de preparar organização para o futuro. Portanto, a macroestrutura naturalmente procura

responder aos desafios atuais, mas procura preparar a organização para um conjunto de respostas que nós temos que assegurar para o futuro. O único objetivo é prestar serviços públicos de muito melhor qualidade do que os serviços públicos que prestamos e, naturalmente, também prepararmos para responder a novos desafios a novas exigências que a sociedade no seu todo, mas que outro tipo de condições em particular, nos vão colocando. Esta necessidade, é uma necessidade que foi identificada, foi trabalhada. Contratamos uma empresa externa, uma empresa de consultoria para fazer este trabalho. Uma empresa que, trabalha há muitos anos com autarquias neste e noutros processos, nos apresentou depois de, naturalmente, dialogar com o executivo camarário, dialogar com as chefias, de dialogar com a organização, o seu modelo daquilo que acha que corresponde às necessidades e às respostas que autarquia tem que assegurar aos seus municípios, reforçando naturalmente o quadro de competição, seja o quadro de competição regional e também, se quisermos, nacional, mas também o quadro de colaboração que nós devemos ter como os diferentes agentes que trabalham nesta região em que nos inserimos. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Helga Correia e Bruno Aragão. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Relativamente a este ponto, em primeiro lugar, referir que é um ponto que foi apresentado ontem apenas em reunião câmara de carácter extraordinário. Aquilo que me lembro, terá sido a primeira deste mandato. Na altura, o Senhor Presidente referiu que: esta nova estrutura orgânica da Câmara Municipal vai responder às dificuldades que a orgânica atual apresenta, nomeadamente, estarem criadas orgânicas que não conseguem assegurar respostas que os municípios necessitam e que obriga a alterar a atual orgânica. Mas, o que verificamos é que, estes documentos que nos fazem chegar e, naturalmente, o mapa de recursos humanos, neste momento, estão a ser criadas estruturas ou entidades intermédias que não existem recursos humanos identificados. Foi ontem falado que vai haver mobilidade. Mas, o que é certo é que, aquilo que nos apresentam hoje para votação nesta assembleia, e depois de analisar os documentos e depois de ter ouvido na reunião sido identificadas, por parte dos vereadores da oposição, algumas lacunas ao documento em questão e àquilo que tinha sido apresentado pelo Senhor Prof. José Morais, que teve a oportunidade de assumir algumas culpas daquilo que é o documento que que vem hoje a esta assembleia, mas, Senhor Presidente, referiu aqui hoje e referiu ontem também que esta orgânica vem responder aos novos desafios, nomeadamente aos desafios da inteligência artificial, da transição energética, da modernização administrativa, do bem estar animal, da transição digital. Mas, há muitos mais desafios que seriam importantes estar espelhados nesta nova orgânica e que não estão espelhados. E há outros que, ontem ou os vereadores do PSD tiveram já oportunidade de dizer

que naquilo que diz respeito à orgânica que reflete o desenvolvimento social e da saúde, nós entendemos que deveria ser separado. Não está. Tudo bem. No entanto, há uma coisa que, senhor Presidente, na leitura do documento, eu não consigo perceber que é: - dentro de uma divisão de desenvolvimento social e saúde, que será o desenvolvimento social que diz respeito às pessoas, temos aqui que será através da área do bem-estar animal e segurança alimentar. Não vemos, na nossa perspectiva, o porquê estarem queixado aqui nesta área? Também não houve muito tempo, os documentos e aquilo que foram as justificações que foram dadas ontem, para perceber. O bem-estar animal é importante. Mas, eu acho que, há aqui a nível daquilo que é os direitos e o bem-estar das pessoas, há muitas coisas que neste documento não estão espelhadas. O Senhor Presidente ainda ontem referiu que este é um documento que ainda pode ter contributos. É pena é não ter sido feito, se calhar, este trabalho antes, de forma atempada, sem ser de forma atabalhoada, para se poder dar contributos muito mais profícuos, nomeadamente não vemos a promoção territorial. O senhor deputado Bruno Aragão falou há pouco de que a habitação investimento central. E, aquilo que vemos é: não há aqui, neste documento, nenhuma referência à estratégia local de habitação, não há nenhuma referência a habitação, não vemos referência à questão das acessibilidades das pessoas, nomeadamente as acessibilidades das pessoas aos edifícios públicos. Mas vemos muitos outros aspetos que são importantes e que são de salientar. Mas, tendo em consideração que, estamos a discutir um documento importante para este município, é um documento que será para futuro. Senhor Presidente já falou muitas vezes aqui no orçamento eleitoralista, não estou a dizer isso. Mas vamos ter eleições para futuro. Isto será uma orgânica para este executivo implementar, mas também um executivo que venha a seguir, sendo ele qual for, e seria importante ver algumas destas questões mais analisadas e mais espelhadas. Relativamente ao quadro pessoal, como o Senhor Presidente disse na reunião de ontem, eu não diria melhor, é impossível analisar. Olha-se para o mapa de pessoal, tem siglas que não se conseguem decifrar, nem para os mais entendidos da área, é impossível fazemos a ligação de um documento que para o outro. Acho que era importante assinalar e a falta de tempo, na questão de termos acesso a esta informação, não permite fazer uma análise muito mais detalhada. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Quem estuda um bocadinho a cultura organizacional, as dinâmicas organizacionais, não tem dúvida nenhuma que, se houvesse alguma dúvida, passe a redundância, de que não há nenhum eleitoralismo, é a decisão de avançar com uma coisa destas, nesta altura, porque, a revisão, a alteração da estrutura organizacional de uma determinada entidade, é sempre um processo tensional, que exige muito esforço, que exige muita adaptação a novos procedimentos, a novos fluxos organizacionais, a novos processos documentais e, portanto, é sempre um processo que impacta na organização, seja ela qual for. E, portanto, desse ponto de vista, não é seguramente por haver eleições que se decide fazer

uma coisa destas. Tem também a consciência de que, ou se confia no município e neste caso, quem os gere, ou não se confia. Porque a capacidade de influenciar, de compreender uma questão destas, é diretamente relacionada com o conhecimento muito fino que se tem da própria organização e por isso também a ajuda de quem a pode acompanhar durante muito tempo de forma aprofundada e até com alguma distância para conseguir, enfim, desenhar um quadro que seja aquilo que responde melhor às necessidades. Acho que há duas coisas que para nós são importantes e era só isso que eu queria deixar também registado: A primeira delas, é que: a eficiência dos serviços municipais impacta muito na vida das pessoas e uma das principais fontes de partilha que as pessoas vão fazendo connosco é a capacidade de resposta ou não dos serviços municipais: se respondem mais rápido; se tem mais dificuldade; se a pressão é maior; se a pressão é menor; se conseguem ajudar ou se tem mais dificuldade. Isso impacta muito no dia-a-dia das pessoas. A segunda, é que isto acontece também, eu acho que o sentido de oportunidade tem muito a ver com isso, com a requalificação que fazemos na Casa Sequeira Monterroso e, portanto, com as novas dinâmicas que o próprio espaço físico introduz. O espaço físico tem um impacto grande nas organizações e nas estruturas. O facto de nós termos serviços concentrados no edifício novo, desenhado, equipado, preparado para ser aquilo que vai ser, deixando de ter serviços dispersos, podendo gerar novas dinâmicas e novo clima organizacional, pode ser e será certamente determinante também para o sucesso desta nova estrutura que impactará nos próximos anos. E, portanto, nós votamos favoravelmente este ponto. Mas, as nossas grandes preocupações são: o impacto que tem no primeiro momento, porque impacta seguramente; a segunda é aproveitar de facto esta mudança, também do ponto de vista do espaço físico, também uma opção que resultou dessa liberdade de opção que tivemos para ela seja mais eficaz, mais competente e robusta. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== O documento mais importante, que é o regulamento, foi disponibilizado já há algum tempo. O mapa de pessoal, é efetivamente um documento ..., eu já a explicação - o nosso sistema de informação não é muito robusto, a extração de informação é tremendamente complexa, temos que fazer aí também investimentos fortíssimos nos próximos anos. Não temos nenhuma dúvida sobre isso. Já iniciámos esse caminho. Mas temos que seguramente o aprofundar. Uma das coisas que é importante que se perceba é o que é que nós estamos aqui a aprovar: Estamos a aprovar os três departamentos, as onze chefias de divisão, e as dez unidades orgânicas. Tudo o resto é possível de mudar, é possível alterar, é possível de adequar, seja quem está cá agora seja quem vem depois, porque é isso que se pretende. Agora, há uma coisa que garantidamente nós não podemos permitir: é que precisamente o facto de termos um ano eleitoral, que sabemos que estas coisas que geram conflitos, exigem muito dos serviços, exigem muito do executivo, exigem muito de toda a gente, que nós adiemos isto quando sabemos que é uma necessidade permanente. Isto tem efetivamente um impacto enorme na vida das

peessoas, quando estou a falar das pessoas estou a falar dos munícipes, mas também dos próprios trabalhadores da Câmara Municipal, tem um impacto muito relevante nas dinâmicas e tem um impacto muito relevante, se quiserem, até na própria economia. Portanto, nós não podemos ter uma organização que está ancorada num organograma com conteúdos funcionais que estão completamente desajustados da realidade. Atenção, com isto, já disse isto e volto a repetir, não estou a tecer nenhum tipo de crítica, rigorosamente nenhum tipo de crítica, ao organograma que foi feito no ano de eleições em 2013, mas que foi um organograma que dava resposta àquilo que se entendeu na altura que era necessário dar. Mas, dez anos, dez anos é muito tempo. E muita coisa aconteceu nestes dez anos. E muitas novas dinâmicas precisam de que sejam asseguradas respostas. Temos novas competências. Vamos receber, seguramente, mais competências. Há um conjunto domínios onde os municípios não tinham que estar preparados. Felizmente tem que se começar a preparar. Referi um que, para mim particularmente importante, é as relações nacionais, a intermunicipalidade, mas também as relações internacionais. Nós temos que começar a olhar para esta aldeia global e começar a perceber que o município tem que adquirir competências, tem que adquirir conhecimento noutras geografias, sejam elas nacionais, sejam internacionais. Temos um trabalho enorme a fazer também em termos de diplomacia económica se queremos ter aqui um cluster forte no setor A, ou no setor B. Portanto, nós temos que ter um organograma que um conjunto de recursos humanos e com um conjunto de funcionalidades que dê resposta, já neste momento, porque nós somos uma organização que precisa melhorar os seus níveis de eficiência e o seu nível de capacidade de resposta, - Não sou eu que estou a dizê-lo, são os munícipes na relação que têm, no contacto que têm com a instituição. E, portanto, este caminho, acho que é um caminho que se tem que fazer. O facto de nós termos instalações que permitem uma muito melhor articulação das pessoas, que permitem promover sinergias, quem permitem promover reuniões, que permitem por equipas a trabalhar em projetos - equipas multidisciplinares, acho que é uma oportunidade para nós realmente fazermos aqui um virar de página muito significativo, muito importante, naquilo que são as respostas que nós asseguramos aos munícipes. E, portanto, aquilo que vos estamos a pedir, é que efetivamente apõem esta estrutura organizativa, percebendo que ela não precisa, pode durar, mas não precisa, de durar dez anos. Pode mudar para o ano. Aliás, eu tive oportunidade também de dizer, na reunião que tive ontem com os colegas, que ela deve ser revisitada, devemos ter essa boa prática com alguma regularidade de a visitar, para não deixarmos que ela durante muitos anos fique cristalizada exatamente como está. Aquilo que se procurou fazer foi, também, torná-la simples, de fácil leitura metendo apenas uma outra área que nós resolvemos realçar, porque a anterior estrutura orgânica tinha um conjunto de áreas. Essas áreas estão aqui todas incluídas, mas serão os projetos e serão os planos de atividade de cada um dos serviços. E, portanto, nós não tenhamos dúvidas que vamos ter a questão da habitação também, seja ela social, seja a diplomacia de atração de investimento neste domínio por parte dos privados. Vamos ter aqui um conjunto de dimensões que não tem que estar aqui plasmadas no organograma. Aquilo que importa, é realmente reter que estamos a falar de uma estrutura hierarquizada, mas, também,

de certa forma, uma estrutura matricial que nos permite fazer esta adaptação à medida que as dinâmicas vão acontecendo, à medida que as coisas vão mudando. E, portanto, é esse desafio que vai acontecer no futuro a quem estiver à frente destinos da autarquia. Não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Só um comentário lateral, depois de comentário do Senhor Presidente eu não poderia deixar de dizer, que é: o Senhor Presidente diz que a última vez que foi mexido foi em 2013; Os senhores são Executivo há sete anos, por isso, se realmente tinha necessidade de ser mexido, também já poderiam temo mexido antes. Não é uma crítica, Senhor Presidente. E ainda bem que estão abertos, se houver necessidade, a se mexer - como referiu. Neste momento, a rapidez com que as coisas acontecem, a transferência de competências da administração central para os municípios, assim o exige. E ainda bem que estamos todos prontos para isso mesmo. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Apenas para dizer que: Nós passamos por um processo de aprendizagem, também. Nós aprendemos com a organização. Nós temos que conhecer, com todo o rigor, as chefias que temos, a forma como a organização funciona. Temos que saber interpretar o que é que podemos potenciar na organização, aquilo que devemos mexer, aquilo que devemos estruturar. E não nos esquecemos que no primeiro mandato é tremendamente complexo de o fazer. Mas também tivemos uma pandemia em 2019 e 2020 que tornou completamente inoportuna qualquer mudança neste sentido, mas ela depois tem reflexões para 2021 também. Portanto, aquilo que nós procuramos fazer: foi o mais rapidamente que nos foi possível, porque objetivamente nós submetemos os serviços a um stress enorme, temos essa consciência, um stress realmente muito grande, porquê? Porque estivemos a fechar um quadro comunitário do Norte 2020. Estivemos a alavancar um conjunto de projetos para o Norte 2030. Estivemos a alavancar um conjunto de projetos para o PRR. E, portanto, não havia condições internas para nós discutirmos este processo para trabalharmos este processo. Logo que tivemos as coisas mais estabilizadas, aproveitando também esta dimensão da alteração das próprias instalações, nós reunimos condições para avançar com esta revisão da macroestrutura. Estão criadas as condições. Vamos avançar. Seria mais confortável para nós não nos metemos nisto agora e estarmos concentrados com outro tipo de preocupações, mas não é o caso. Isto é absolutamente crítico. Este é o momento. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por maioria, com a seguinte votação: **A favor, 27 votos:** vinte e dois (22) votos do PS, um (1) voto do CDS/PP, um (1) voto do CH, um (1) voto do B.E., um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Abstenções:** onze (11) votos do PSD. =====

===== **Ponto dez: - Mapa de Pessoal ano de 2025 (I/73006/2024) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de se planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis (n.º 1 do art.º 28.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20.06 e respetivas alterações); - Que os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução (n.º 1 do art. 29.º do anexo à referida lei); - Que o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: 1. Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; 2. Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; 3. Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; 4. Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho (n.º 2 do art. 29.º do referido anexo ao diploma); - Que o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica (n.º 4 do mesmo artigo); - As necessidades previsionais de pessoal manifestadas pelos serviços municipais para ano de 2025; - Que se encontram identificados e justificados no mapa de pessoal os postos de trabalho cuja caracterização implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade (art. 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31.12 e Decreto Lei n.º 93/2021, de 09.11); Proponho: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal do mapa e respetivos anexos, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2025 (em anexo); - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para o mesmo ano; - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º 4 do art.º 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20.06 na redação atual, conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09 e posteriores alterações.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado, por maioria, com a seguinte votação: **A favor, 26 votos:** vinte e dois (22) votos do PS, um (1) voto do CDS/PP, um (1) voto do CH, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Abstenções, 12 votos:** onze (11) votos do PSD e um (1) voto do B.E.. =====

===== **Ponto onze:** - **Atribuição de apoio para transporte de alunos (I/63514/2024) - Autorização da repartição de encargos orçamentais em mais que um ano;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que compete à Camara Municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente, assegurar, organizar e gerir os transportes escolares (art.º 33º, n.º 1, alínea gg, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual; - As competências do Conselho Municipal de Educação (CME), de acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro; a) **No que diz respeito aos alunos NEE (necessidades educativas especiais)** - Que, ao abrigo do n.º 13, do Capítulo IV, do Despacho n.º 8452-A/2015, do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, é facultada aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), a frequência de escolas de referência; - Que, a avaliação e decisão para a frequência, ou não, de escolas de referência, é uma competência própria da DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares), através dos dados inscritos no portal REVVASE (Registo Eletrónico de Verbas e Valores da Ação Social Escolar); - Que, para essa decisão contam os dados inscritos portal, do tipo: (i) o que leva á necessidade da frequência daquela escola de referência; (ii) a modalidade de transporte a utilizar; (iii) distância, entre a casa e a escola de referência e, (iv) custos previstos, para cada uma dessas viagens; - Que, após validação da necessidade de frequência de uma escola de referência e, dos custos associados, os encarregados de educação são encaminhados para os municípios de residência, para que sejam assegurados os seus transportes, face às particularidades de cada um; - Que, as verbas e valores da ação social apurados, como encargos de cada um destes alunos, passam a constar da tabela de verbas e valores inscritos, a transferir para cada um desses municípios, pela DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais), ao abrigo da descentralização/educação (Portaria 9/2023); - As medidas tomadas, em 2023/2024, que passou pela atribuição de um subsídio mensal, aos alunos, por transferência bancária, para fazer face às despesas do seu transporte; - Que, a atribuição desse subsídio ocorreu depois de consultadas as entidades: BBOAz; BVFaj; CERCIAz e, IPSS’s acerca da disponibilidade destes assegurarem a totalidade, ou, parte desses transportes, onde todos os contactados deram conta da sua indisponibilidade, quer pela distância a percorrer quer, ainda, pelos horários a serem assegurados, no transporte destes alunos; - Que ficou a cargo da DMEd, o controlo mensal da faturação e da confirmação da assiduidade destes alunos, o que se veio a traduzir numa redução de 27,76% (previsão de 99.501,85€ e, gasto efetivo de

71.875,93€); **b) No que diz respeito a zonas não servidas por transportes públicos:** - Que, no percurso entre Vermoim - Stº António - Selores (escola) e Selores (escola) - Stº António - Vermoim, há necessidade de assegurar o transporte de, aproximadamente, 20 alunos que residem a mais de 3,5Km da escola mais próxima (Selores), no percurso casa escola e escola casa; - Que, como se trata de um transporte exclusivamente escolar, o mesmo não é enquadrável nos transportes públicos regulares; - Que, consultadas as entidades locais, acerca da disponibilidade destes assegurarem o transporte diário destes alunos, entre as 8h e as 8.45h e, entre as 17h e as 17.30, em períodos letivos, a IPSS “Comossela” deu conta da sua intenção/disponibilidade em ajustar os seus horários para assegurar o transporte destes alunos; - Que, para o efeito, só possui uma carrinha de 9 lugares a respeitar a Lei 13/2006 e uma funcionária habilitada com TCC (transporte coletivo de crianças) mas, que dada a necessidade, providenciará a formação de mais outra funcionária, para que fique habilitada a conduzir com TCC; - Que, mantendo-se os 20 alunos serão necessárias assegurar 3 viagens, com paragens entre Vermoim e Selores, no período da manhã, a que corresponde 25Km e, 3 viagens, com paragens entre Selores e Vermoim, no período da tarde, a que corresponde mais 25Km; - Que, dado os Km a percorrer, o desgaste da viatura e os custos a suportar com a afetação de mais uma funcionária com TCC, propõe um valor de 0.60€/Km a que equivale a importância de 660€/mês. **Face ao exposto proponho: 1) No que diz respeito ao transporte de alunos NEE** - A manutenção, neste ano letivo 2024/2025, da atribuição de um subsídio mensal, aos alunos, por transferência bancária, para fazer face às despesas do seu transporte, enquanto não se arranjar outra/s soluções alternativas; - Que fica a cargo da DMEd, o controlo mensal da faturação e da confirmação da assiduidade destes alunos, bem como, a conciliação/utilização do mesmo transporte sempre que possível, situação esta que só poderá ser verificada/analísada após a divulgação do calendário escolar, de cada aluno; - Que, na falha ou impedimento de um desses taxistas, o serviço poderá ser assegurado por um familiar, recebendo este uma participação em ajudas de custo, de modo a minimizar as suas despesas e prejuízos; **2) No que diz respeito às localidades não servidas por transportes públicos:** - Que, face à necessidade de se assegurar, diariamente, o transporte destes 20 alunos e: (i) reconhecida a Capacidade Técnica já instalada pela IPSS “Comossela”; (ii) o conhecimento e a proximidade que a mesma tem na e da freguesia; (iii) a sua disponibilidade e, (iv) o facto dos valores apresentados se encontrarem enquadráveis nos valores médios do transporte em viatura TAXI, propõe-se uma prestação de serviços mensal de 660€+IVA (à taxa legal em vigor), com início em setembro de 2024 e término em Junho de 2025 . Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível o nº 1715 de 2024 para a Comossela e os restantes conforme tabela em anexo, conforme determina a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro e DL nº 127/2012 de 21 de Junho e respetivas alterações. Ambas as situações devem ter efeitos a setembro de 2024.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Esta atribuição, é um apoio para assegurar o transporte de crianças com necessidades educativas especiais ou alunos que vivem em zonas que não são servidas por transporte público a mais de três quilómetros e meio da escola, neste caso da escola de Selores. Portanto, estamos a assegurar esse transporte.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto doze: - Minuta de Protocolo de Cooperação - Academia de Música de Oliveira de Azeméis - Apoio Financeiro curso básico artístico especializado de música em regime articulado - ano letivo 2024/2025 (I/66851/2024) - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a atividade da Academia de Música de Oliveira de Azeméis assume-se como de relevante interesse municipal, porquanto tem vindo a contribuir de forma permanente e significativa para assegurar o ensino artístico de música, de forma certificada, desde a iniciação à pré-profissional, proporcionando ao mais elevado número de jovens o acesso à prática musical especializada, única no Concelho de Oliveira de Azeméis; - Que em 21/02/2003 a AMOA recebeu Autorização definitiva de funcionamento/DREN n.º 98 e a academia está integrada na rede territorial da DGEstE - DSRN e tem como principal objeto o ensino da Música e outras atividades complementares e paralelas, tendo como finalidade a formação de instrumentistas bem como a promoção cultural no seio da população de Oliveira de Azeméis, seu concelho e área de influência. - Que a AMOA, tem aprovada candidatura ao abrigo de concurso aberto nos termos da Portaria n.º 224-A/2015 e posterior alteração pela Portaria n.º 140/2018 de 16 de maio, designada Contrato Patrocínio para o ano letivo 2024/2025, em que estão definidos os números de alunos/as, o nível de ensino (Iniciação, básico e secundário) e o regime (articulado ou supletivo), a financiar bem como os respetivos valores; - Que para o ano letivo 2024/2025, serão apoiados pela DGEsTE 151 alunos no ensino básico - articulado, no entanto existem 39 alunos sem qualquer financiamento em vicissitude do orçamento disponível pela DGEsTE e que importa assegurar a conclusão do seu ciclo formativo; - O direito à educação e à cultura, cabendo ao Estado promover a democratização da educação e demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribuindo para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva (art.º 73.º n.º 1 e 2 da CRP); - O teor do ofício da Academia de Música de Oliveira de Azeméis -*

E/28258/2024, em que apresenta o pedido de apoio e colaboração para o ano letivo 2024/2025; -Que se pretende promover, estimular e apoiar o ensino, em domínios insuficientemente abrangentes pela rede pública, mais concretamente aos estabelecimentos de ensino artístico especializado de música, da rede de ensino particular dos cursos de ensino básico em regime articulado; - Que compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, atividades de natureza social, cultural, desportiva recreativa ou outra (art.º 33.º n.º 1, alínea u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual); - Que a atribuição de apoios financeiros está sujeita aos procedimentos previstos no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e é precedida de avisos de abertura de candidatura, a estabelecer por despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador/a da área com competência delegada na matéria e a publicar em edital e no sítio da Internet do Município, (cf. estatuído no n.º 1, do art.º 6º); - É do interesse público que alguns dos alunos não apoiados, porque não existe capacidade financeira para os apoiar a todos, possam à semelhança dos demais ter acesso a formação musical, pelo que conforme despachos do Sr. Vereador Rui Luzes, designadamente de 7 de outubro de 2024 ” ...Atribuimos 78 000€ para o apoio de 39 alunos, mantendo a prática histórica de apoiarmos a AMOA com 2000€ por cada aluno do ensino articulado, que não seja apoiado pela DGEST; Item 2 - Para a aquisição de instrumentos atribuimos o valor de 5.000€. (...), Pelo exposto, entendo que está justificada a dispensa do aviso de candidatura. É manifestamente inviável por inexistência de recursos a elaboração de avisos /regas para todas as áreas em simultâneo, estando a ser aplicado o Regulamento de forma gradual em especial incidência nas áreas do desporto.” - Assim, face ao acima exposto e considerando que a concessão de apoios deve ter presente o princípio da igualdade, justiça, equidade, imparcialidade e as regas da atividade administrativa, pelo que, sendo um apoio financeiro, para ciclos formativos constituídos por um agregado de vários anos letivos, pelo que a interrupção ou alteração dos apoios colocava em causa os apoios já concedidos no passado, bem como todo o fundamento do interesse municipal, assim ao abrigo do número n.º 2 do artigo 6.º, foi dispensado o aviso de abertura, nesta conformidade mantendo-se o valor do apoio nos termos similares aos anos anteriores; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, tendo em conta o objeto do protocolo; - A designação do trabalhador Sérgio Bastos como Gestor do presente Protocolo (art.º 290.ºA do CCP). Proponho: Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta de Protocolo de Cooperação a celebrar com a Academia de Música de Oliveira de Azeméis, que estabelece a forma de cooperação entre as partes, no respeitante ao apoio para o desenvolvimento das atividades no âmbito do ensino básico artístico especializado de música em regime articulado - ano letivo 2024/2025, ao abrigo do art. 33.º n.º 1, alínea o) e u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de

fundo disponível n.º 1799/2024, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A Academia de Música todos os anos candidata à DGEstE este apoio financeiro, para este curso básico artístico do ensino especializado da música em regime articulado. Tiveram um apoio para 151 alunos, ano letivo de 2024/25, e ficam 39 alunos sem apoio. A Câmara, costuma financiar com 2.000 euros, por aluno. Isso que estamos aqui a fazer. Estamos a falar de 78.000 euros e também de um apoio de 5.000 euros para aquisição de instrumentos musicais.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto treze: - Minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com a Universidade de Aveiro - Jornadas CICECO (I/64049/2024) - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a 10 de outubro de 2024, se realizará na cidade de Oliveira de Azeméis as “Jornadas CICECO 2024”, organizadas pelo Laboratório CICECO - Instituto de Materiais de Aveiro (melhor classificado centro de investigação nacional em Ciência e Engenharia de Materiais), integrado na Universidade de Aveiro, - Que a CICECO tem como missão desenvolver a base de conhecimento científico e tecnológico necessária à produção e transformação inovadora de materiais e inovação tecnológica para um desenvolvimento sustentável global; - Que fruto da sua política de territorialização, a cidade de Oliveira de Azeméis representa a forte interação entre os investigadores do CICECO e o polo industrial local/regional, sendo o tema desta edição: “Conectar mentes, criar progresso”, e objetivo reunir parceiros da indústria, associações, centros tecnológicos e educacionais para abordar as preocupações sociais e ambientais, princípios que comungamos; - O programa inclui designadamente: palestras, painel internacional de especialistas de renome em várias áreas, competição de pitch para estudantes, apresentações de posters, e contará com cerca de 300 participantes nacionais e internacionais; - Que acolher um evento desta índole e notoriedade é de relevante interesse, porquanto constitui uma excelente oportunidade para a projeção, promoção, dinamização e desenvolvimento, nomeadamente, do tecido empresarial e industrial, do património da nossa cidade e município e país, sendo ainda, pela sua escala catalisador da atração de novos visitantes, turistas, investidores; - Que constituem atribuições das autarquias locais a*

promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações designadamente no domínio da Educação, Cultura, Promoção do desenvolvimento (art.º 2.º alínea d) e) f) e m) do n. 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 1.09); - O pedido de apoio apresentado pela CICECO (E/14682/2024); - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º 18/2008 de 29.01, na redação atual; - A designação do trabalhador Rui Mota, Assistente Operacional, como Gestor do presente Protocolo (art.º 290.ºA do CCP). Ao abrigo das disposições citadas, mais concretamente das alíneas o) e u) n.º 1 do artigo 33.º do citado Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09, e nos termos e com os fundamentos expostos, Proponho A aprovação da minuta de protocolo a celebrar com a Universidade de Aveiro, que estabelece a forma de colaboração entre as partes, tendo em vista a realização em 10 de outubro do ano corrente, das Jornadas CICECO, em Oliveira de Azeméis.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Trata-se da isenção das taxas do Teatro Municipal e também do apoio técnico que foi dado para a realização de umas jornadas promovidas pela CICECO, Instituto de Materiais da Universidade de Aveiro. A CICECO, é o instituto mais importante do país, em termos de engenharia de materiais. Tivemos aqui três centenas de participantes nacionais e internacionais. Foram jornadas importantíssimas para a nossa indústria. E, portanto, estamos aqui a propor a aprovação destas isenções. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto catorze:** - **Atribuição de apoio financeiro, para o Passeio Sénior realizado em 2024, às Juntas de Freguesia, de Cucujães, Carregosa, S. Roque, Ossela e União de Freguesias, de Oliveira de Azeméis, Santiago Riba-Ul, Ul Macinhata Seixa e Madail e Pinheiro, Travanca e Palmaz (I/71736/2024) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que as anteriores deliberações do órgão executivo e os critérios já definidos no âmbito da concessão de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para a realização do Passeio Sénior; - Que compete à Assembleia Municipal “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações” e “apoiar atividades de natureza social, cultural, ou outra de interesse para o município” - al. j) do art.º 25º conjugado com al. u) do n.º 1 art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro; - Que os documentos remetidos pelas Juntas de Freguesia, conforme informação interna I/71634/2024, estão na Gestão Documental, satisfazendo os critérios estabelecidos para esta instrução e validação desta atribuição, nomeadamente a utilização por parte das Juntas/Unões de Freguesia do relatório de acordo com novo modelo apresentado a 14/06/2019; - Que os valores das despesas apresentados, são superiores ao mínimo estabelecido, pelo que o valor atribuir é conforme o da proposta de deliberação de 14/09/2010, sendo 10€ por cada idoso/sénior participante com 65 anos ou mais sendo a idade de referência a 31/12/2024; - Que a Junta de Freguesia de Ossela, não apresentou no ano passado os documentos respeitantes ao Passeio sénior de 2023, remetendo a informação conjuntamente com a deste ano, lamentando o esquecimento e solicitando que o apoio seja atribuído conjuntamente com o ano de 2024; Proponho, Que seja concedido um apoio financeiro para o Passeio Sénior realizado em 2024, às Juntas de Freguesia, de Cucujães, Carregosa, S. Roque, Ossela e União de Freguesias, de Oliveira de Azeméis, Santiago Riba-Ul, Ul Macinhata Seixa e Madaíl e Pinheiro, Travanca e Palmaz, conforme quadro em anexo, no valor total de 20.730€ (vinte mil setecentos e trinta euros); Que seja atendido a título excepcional o pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ossela, relativo ao passeio realizado no ano passado e que seja concedido o valor de 740,00€ (setecentos e quarenta euros), referente ao ano de 2023; Que o pagamento dos valores mencionados para cada Freguesia seja disponibilizado durante o mês de dezembro do ano em curso. Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citados. Os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, correspondendo aos compromissos de fundo disponível mencionados no quadro anexo, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Toda a gente sabe que nós atribuímos um apoio de 10 euros por sénior. Estão aqui um conjunto de freguesias que realizaram um passeio sénior, 2.147 seniores, e estamos a pedir a vossa aprovação para atribuímos o apoio de 21.470 euros. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quinze:** - **Minuta de Contrato Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia de Fajões - Realização de Obras de melhoria e capacitação da Escola de Casalmarinho e do JI do Areal (I/71890/2024) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, com as subseqüentes alterações, prevê a concretização da delegação de competência dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias, através da celebração de contratos interadministrativos, nos termos do disposto no artigo 120.º do Anexo I do referido diploma legal, sob pena de nulidade, podendo efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; - Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação face aos novos desafios e exigência com que são confrontadas, promovendo desta forma, a desconcentração administrativa consagrada no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa; - Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesias e constitui dever do Município, assegurar o controlo, acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, avaliando, de forma continuada, o modo como as competências delegadas são exercidas pelas Juntas de Freguesia, fiscalizando, emitindo diretivas e orientações ou, ainda, através do envio, por parte desta, de informação escrita descritiva e quantitativa, em tempo útil ao município; - As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos, nos termos do número 2 do artigo 117.º e do artigo 131.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013; - A concretização da delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de modo a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; - A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos; - Para uma atuação autárquica conjunta, em que estejam presentes o respeito pela autonomia, a cooperação, a solidariedade e a corresponsabilidade, é fundamental que os diferentes órgãos autárquicos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem aos problemas existentes, tendo os eleitos das freguesias, dada a sua proximidade às populações e a sua ligação às comunidades, uma capacidade acrescida para a resolução de alguns problemas e necessidades locais; - A Freguesia de Fajões enquanto entidade autárquica mais próxima das populações, manifestou junto do Município a necessidade de se proceder, com carácter prioritário, a intervenções nos espaços escolares conferindo melhores condições para os alunos, conforme ofício E/30097/2024; - Que a Freguesia de Fajões, dada a sua proximidade aos problemas locais, sendo agente com capacidade acrescida para identificar as necessidades da população, resultando daí ganhos de eficiência. - O estudo de demonstração Informação I/70085/2024 (em anexo), dos requisitos previstos no artº 115º, nº 3, por remissão do artº 122º, nº 1, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, - Que a Freguesia está disponível e reúne as condições para executar tais

intervenções em conjugação de esforços e de cooperação com a Câmara Municipal; - Trata-se de contratação excluída, ao abrigo do artigos 5.º, nº 1 e 2, e 5.º-B, do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e sucessivas alterações; - A designação do Arq. Rui Carinha, como Gestor do Contrato; Assim, Ao abrigo das citadas disposições, e ao abrigo dos artigos 2 e 4, nº 1, e alíneas a), e), e m) do nº 2 do art.º 23º ; alínea j), do nº 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei nº 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, nº 1, alínea c) do nº 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do nº 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Proponho: - A aprovação da minuta do Contrato Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia de Fajões - Realização de Obras de melhoramento e capacitação da Escola de Casalmarinho e do JI do Areal, com o compromisso de fundo disponível número 1970/2024, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== A Junta de Freguesia de Fajões pediu-nos um apoio para a aquisição de aparelhos de ar condicionado, julgo que são quatro aparelhos, para a Escola de Casalmarinho e também para a implementação de um parque infantil no Jardim de infância do Areal. Estamos a falar de 11.015,88€ mais IVA, que corresponde a 50% do valor orçamentado. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto dezasseis: - Minuta de Contrato Interadministrativo a celebrar com a Freguesia de Carregosa Apoio Financeiro, para colocação de iluminação no Parque verde - Carregosa Viva (I/71864/2024) - Autorização;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Freguesia de carregosa, em que solicita apoio financeiro para colocação de iluminação no Parque verde - Carregosa

Viva (E/30755/2024); - Este parque de lazer é uma resposta que a CMOA gostaria de ver implementada em todas as freguesias do nosso concelho, porque são respostas absolutamente essenciais para a prática de hábitos de vida saudáveis, para o contato com a natureza e sobretudo para a criação de espaços de relação entre a comunidade. - Que por despacho de 04 de novembro de 2024, do Sr. Presidente da Câmara: " A obra do Parque Verde de Carregosa previa um conjunto de respostas que não foram consideradas por limitações do montante máximo de financiamento na candidatura Adritem. A CMOA comprometeu-se para todas as candidaturas Adritem a suportar a parte não candidatada das obras e não elegível. Face ao exposto e sendo fundamental, por questões de segurança, que o parque disponha de iluminação pública, na zona dos trilhos e futuramente no interior do arvoredo do parque, vamos apoiar com o montante total da obra." ; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabeleça formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal "Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação do Arq. Rui Carinha como Gestor do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), e), e m) do n.º 2 do art.º 23º ; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA; Proponho: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Carregosa, Apoio Financeiro - para obras no Parque verde - Carregosa Viva, mais concretamente, na colocação de iluminação, com o compromisso de fundo disponível número 1971/2024, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas." =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Como sabem, o Parque Verde de Carregosa - “Carregosa Viva” foi apoiado, no âmbito de uma candidatura da ADRITEM. A Câmara Municipal assumiu, como em todas as candidaturas das Juntas de Freguesia, que pagaria toda a parte que não fosse elegível e também toda a parte que não pudesse ter sido enquadrada na candidatura. Nós já fizemos vários apoios, para o Parque Verde Carregosa, que começaram com a compra de terrenos na entrada do parque, depois um apoio para os trilhos, e estamos agora a submeter à vossa consideração um apoio para a instalação de 44 candeeiros de iluminação pública, solares. Estamos a falar de um apoio global, que andarás muito perto dos 190 mil euros, para este projeto.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezassete:** - ***Minuta da Adenda Contrato Interadministrativo de apoio financeiro, para a realização de obras de requalificação do edifício-sede da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e Pindelo, a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (I/69146/2024) - Autorização;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 02 de maio de 2023, foi celebrado contrato interadministrativo de apoio financeiro à União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo para a realização de obras de requalificação do edifício-Sede da Junta de Freguesia, em Nogueira do Cravo. - O pedido de reforço de apoio financeiro (€25.040,51), apresentado em 18 de outubro de 2024, pela União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (E/30374/2024); - O despacho de 21 de outubro de 2024, do Sr Presidente da Câmara Municipal que determina a atribuição do apoio; - Que para a concretização do objeto há a necessidade de se proceder à alteração das cláusulas, segunda n.º 1 alínea a), terceira e décima terceira, do referido Contrato; Ao abrigo das normas e dos artigos 2º e 4º, n.º 1, e alíneas a), e), e m), do n.º 2, do art.º 23º; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c), do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290ºA, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Proponho: A aprovação da minuta da Adenda Contrato Interadministrativo de apoio financeiro para a realização de obras de requalificação do edifício-Sede da Junta de Freguesia, em Nogueira do Cravo e Pindelo, a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, com o compromisso de fundo disponível número 1865/2024, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012,*

de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós, autorizamos aqui a realização de obras de requalificação do edifício da sede da Junta de Nogueira do Cravo- Pindelo, em Nogueira do Cravo. O valor inicial que corresponde à totalidade do apoio integral das obras era de cerca de 112 mil euros. Foram necessárias obras adicionais, como muitas vezes acontece, o próprio decorrer das obras assim o determina, coisas que não estavam pensadas fazer ou que se pensaria que poderiam ser aproveitadas e não foram. Nós estamos a falar aqui do incremento, em relação ao valor apoiado, de 25 mil euros, que corresponde a um total de 137 mil euros de apoio às obras de requalificação da sede da Junta. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezoito: - Minutas de Adendas ao Auto de Transferência de competências para a autarquia (n.º 049/2023), no domínio da Saúde (I/65838/2024) - Autorização e convalidação dos atos entretanto praticados - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que na sequência da aprovação pela Câmara Municipal em 09.11.2023, e pela Assembleia Municipal em 27.11.2023 (I/67564/2023), foi em 04.12.2023, celebrado Auto (n.º049/2023), entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P, e o Município de Oliveira de Azeméis, que concretiza a Transferência de competências, no domínio da Saúde, para este, e respetivas Adendas (I/62325/2024 e I/31476/2024); - A necessidade de se proceder a atualização do clausulado, mais concretamente, declarando acrescentar: a) “...ao anexo IV.A. do Auto de Transferência n.º ARSN_049/2023, Anexo IV - Maria Assunção Oliveira Pinho Soares e Maria Rosaria Silva Barbosa” ; b) “...ao anexo IV.A. do Auto de Transferência n.º ARSN_049/2023, Anexo IV - IV.A. Identificação dos Recursos Humanos (RH), inseridos na carreira de assistente operacional, transferidos para o Município, através do Auto de Transferência n.º ARSN_049/2023. Nome MARCO AURELIO OLIVEIRA JESUS ...” ; c) “...ao anexo IV.A. do Auto de Transferência n.º ARSN_049/2023, celebrado em 04 de dezembro de 2023 - Anexo IV - CECILIA MARIA SA OLIVEIRA REIS ...” ; d) “...aos anexos II.D e III.A do Auto de Transferência n.º ARSN_049/2023, celebrado em 04 de dezembro de 2023-Anexo II - IID-Identificação dos equipamentos (não médicos) afetos e fixos ao edificado da propriedade

da ARS, cuja gestão é transferida para o Município Wallbox - ProWallbox Move (6) + Anexo III .A “A. Identificação do equipamento de transporte, cuja titularidade é transferida para o Município, através do Auto de Transferência n.º ARSN_049/2023 (6 veículos ligeiros de passageiros)...” - Conforme Minutas de Adenda ao Auto de Transferência, que se anexam; Ao abrigo do art.º 20.º do DL n.º 23/2019, de 30.01 na redação atual conjugado com a alínea g) do n.º 2 do art.º 23º, alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual; Proponho: - A aprovação das Minutas de Adenda ao Auto de Transferência de competências para a autarquia, no domínio da saúde, que se anexam, bem como a convalidação de todos os atos que foram praticados com efeitos à data que dos mesmos consta ou foram praticados; - Que se submeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós, em dezembro de 2023, assinámos o auto de transferência de competência e isto é para regularizar questões relacionadas com funcionários e com as viaturas. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezanove: - Adesão à TecFab - Associação Fábrica do Futuro (I/56857/2024) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a inexistência de um projeto âncora, agregador da comunidade científica, académica e empresarial, que potencie o nosso território, surgiu em 2020 o projeto Fábrica do Futuro, pela mão da Câmara Municipal e da ESAN - Escola Superior Aveiro Norte; - Este projeto pretende contribuir para o fortalecimento das atividades de inovação e desenvolvimento tecnológico, de base empresarial, na região de Entre Douro e Vouga, (EDV), com o objetivo de dar resposta a debilidades regionais ao nível da inovação, e parca colaboração entre entidades científicas e tecnológicas com o sistema empresarial, prescrevendo a continuação do esforço de intensificação tecnológica da sua base produtiva; - que, apesar de manter a sua matriz original e continuar a ser ancorado no fortalecimento da ligação entre a academia, o setor empresarial e a administração pública local e central, o projeto Fábrica do Futuro evoluiu no sentido de se transformar num Campus de Inovação, composto por duas infraestruturas, complementares, que formarão um ecossistema de inovação e desenvolvimento tecnológico: - FOF - Fábrica do Futuro: responsável pelo desenvolvimento de projetos de inovação, investigação, design,

desenvolvimento e teste de soluções tecnológicas para a indústria do futuro; - INOV&E: infraestrutura responsável pelo acolhimento e valorização de atividades de inovação, fábrica de ideias e acolhimento de projetos ID&T de Interesse estratégico regional. - A estrutura do Campus de Inovação adotará um modelo de inovação colaborativa e flexível, regional, entre as entidades do sistema científico e do sector empresarial; - que ao longo destes último anos a Câmara Municipal, a ESAN e o Grupo Simoldes foram promovendo ações de sensibilização, junto das entidades competentes e de membros do Governo, para a relevância deste projeto científico e académico, e da sua importância para a competitividade das empresas e do território; - que o Norte 2030, através da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (S3 NORTE 2027) faz uma clara referência à importância da existência de infraestruturas científicas e tecnológicas, de base empresarial, em particular no domínio prioritário da Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico; - que o S3 NORTE 2027 abriu anúncio para manifestações de interesse para a criação de uma Rede de Especialização Inteligente (Anúncio para manifestações de interesse sobre áreas temáticas e territórios-alvo prioritários para o investimento em infraestruturas tecnológicas); - que apenas tinham legitimidade para apresentação da manifestação de interesse a) instituições sem fins lucrativos públicas ou privadas, que desenvolvam ou participem em atividades de demonstração e transferência tecnológica; b) entidades gestoras de parques de ciência e tecnologia e incubadoras de base tecnológica; e por isso, urge a criação de uma associação (instituição sem fins lucrativos de natureza privada) que agregue a comunidade científica e académica, as empresas e a administração local, que dirigirá a implementação e desenvolvimento do Campus de Inovação; - que nesse sentido e de forma a permitir manifestação de interesse do projeto da Fábrica do Futuro, foi constituída, no passado dia 9 de outubro, a TecFab - Associação da Fábrica do Futuro; - que a TecFab - Associação Fábrica do Futuro tem como objeto a produção, difusão e transmissão de conhecimento, orientado para o desenvolvimento do sector secundário da região, em áreas como a metalomecânica, moldes, plásticos, cortiça, embalagem, entre outros, e para a criação de valor económico, contribuindo para a prossecução de objetivos de política pública; - a mais valia que é a concretização deste projeto para o interesse público, desenvolvendo o território, atraindo investimento, ampliando a possibilidade de oferta educativa pública, nomeadamente quanto à criação de outros cursos e outros graus de ensino, ao nível do ensino superior; - que não foi possível em tempo útil (por questões procedimentais e legais previstas no Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Sociais, aplicável ao caso em concreto) a Câmara Municipal ser uma das entidades constituintes da Associação; - que a educação e a promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23º, nº 2, alíneas d) e m) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações, são atribuições do Município; - que os encargos da presente proposta estão suportados em termos orçamentais, através do competente CFD nº 1858/2024, conforme determina a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e DL nº 12/2012 de 21 de junho e respetivas alterações; Propõe-se: - nos termos dos artigos n.º 53, n.º 54, n.º 55 e n.º 56 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na sua redação atual, justificado e fundamentado o relevante interesse público local, e verificado

que o Município não exercerá uma influência dominante em razão do cumprimento dos requisitos constantes do artigo n.º 19 da referida Lei, propõe-se a aquisição de 1 (uma) unidade de participação da TecFab - Associação Fábrica do Futuro, pessoa coletiva número 518360407, com sede na Estrada do Cercal, n.º 449, em Santiago de Riba-Ul (3720-511), no valor de 1.000,00 € (mil euros); - a remessa à Assembleia Municipal.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Este processo, é um processo que está a ser desenvolvido há vários anos. É um processo, onde estão envolvidos vários atores: a Câmara Municipal, os empresários, a Universidade de Aveiro. Já vários responsáveis de pasta passaram por este processo. Aquilo que acontece é que: Nós neste momento temos condições para avançar com a primeira fase do projeto. Gostaríamos de avançar com duas construções, que achamos que são absolutamente críticas, para além da Fábrica de Futuro, o investimento no INOV&E. Não temos neste momento condições. Estamos a falar de um edifício com cerca de 4 mil metros quadrados, 8 milhões de euros. O outro, o investimento é um pouco superior, estaremos a falar em cerca de 12 milhões de euros. Nesta primeira fase, vamos avançar com este investimento. Este investimento vai ser alvo de uma candidatura. Vamos procurar obter o máximo de apoio possível, como é evidente. Mas vai haver necessariamente aqui um esforço substancial por parte da Autarquia e também dos próprios empresários. Para que seja possível candidatar-mo-nos a fundos comunitários para recebemos o apoio que precisamos para este investimento, nós temos de constituir uma Associação. É condição obrigatória. Essa Associação, engloba um conjunto de entidades, neste caso aquelas que, nós conseguimos reunir, nós tivemos condições de reunir a tempo, que é: a AECOIA, a Universidade de Aveiro, a Simoldes Plásticos, a CEFAMOL, a Polisport e o Centro Tecnológico do Calçado. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não pôde, apesar de ser um associado-fundador e vai continuar a ser um associado-fundador. Estamos a falar de uma quota nominal de 1000 euros. Essa participação nominal obriga a visto prévio do Tribunal de Contas. Temos de ter essa submissão e essa autorização primeiro, para depois podermos integrar esta Associação. O que é importante aqui relevar, é que: aquilo que se pretende com este investimento, é capacitar esta região, não é o Concelho de Oliveira de Azeméis, é esta região. A Fábrica do Futuro e a INOV&E, não vão responder às necessidades da indústria do Concelho de Oliveira de Azeméis, vão responder às necessidades da indústria desta região, mas também da indústria do Norte de Portugal. E aquilo que se pretende, é que, aqui nesta região do país, se produza conhecimento, se produza talento, se investigue e se desenvolvam produtos inovadores que são muito importantes para a indústria que nós temos, mas que são também muito importantes para aquilo que são as exigências dos mercados. Nós temos a presença da Academia de forma expressiva em Braga e Guimarães, temos também no Porto, temos em Aveiro, temos em Coimbra, temos em Leiria, temos em Santarém. Aqui entre o Porto e Aveiro, efetivamente temos uma zona muito rica com

um tecido económico muito vibrante que precisa que se produza conhecimento que é importante para robustecer essas empresas, para que essas empresas também se preparem para os desafios do futuro. Este investimento, é um investimento que há muito tempo que é ambicionado. E temos agora condições para avançar com a primeira fase de investimento. A candidatura está aí. Vamos concorrer. E vamos criar condições para avançar, esperamos nós, com o investimento ainda no ano 2025. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de José Terra e João Costa. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Terra**, do PSD. =====*

===== Boa noite a todos os presentes e a quem nos acompanha através da comunicação social, sintam-se cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. A história, tem futuro. A Escola Superior Aveiro-Norte, ESAN, comemorou no passado mês de outubro 20 anos. É, pois, com regozijo que assinalamos, nesta Assembleia, uma data histórica para a região Norte do Distrito de Aveiro que permitiu afirmar Oliveira de Azeméis com as necessidades de formação e investigação muito específicas em linha com o mundo empresarial de base cada vez mais tecnológica do nosso Concelho. A Fábrica do Futuro é a normal prossecução que este Executivo dá a um projeto iniciado, em boa hora, pelos Autarcas do nosso Município. Eles, defenderam, projetaram e dotaram, a ESAN, aquelas instalações com condições físicas excecionais que culminaram com a vinda do Pólo da Universidade de Aveiro-Norte para Oliveira de Azeméis. No dia 9 de outubro de 2024, foi constituída a TecFab - Associação Fábrica do Futuro, que tem como membros várias empresas, das quais destaco o Grupo Simoldes e várias Associações Empresariais, com a Universidade de Aveiro. Esta Associação visa valorizar e potenciar sinergias entre o tecido empresarial da região com o ensino superior. Logo, este ponto, como não poderia deixar de ser, merece a concordância da bancada do PSD. Deixo uma nota para chamar à atenção, para a necessidade da criação de uma ligação da ESAN ao IC2, que é um antigo anseio daquela comunidade escolar. Para lá do projeto educativo deveria ser um revitalizante e energético motor para a cidade, assim este Executivo soubesse potenciar ações que promovessem, junto daqueles estudantes, políticas de atração para que cá ficassem e dessem corpo ao slogan: “Viver, investir e trabalhar em Oliveira de Azeméis. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== Boa noite a todos. Novamente para falar sobre desenvolvimento económico, desenvolvimento social neste Concelho que, de facto, tem muita vida. A adesão à TecFab -

Associação da Fábrica do Futuro é, desta forma, o meio, por parte do Município de Oliveira de Azeméis e dos parceiros constituintes: A Universidade de Aveiro; a Polisport; a Simoldes; a AECOIA; a Cefamol, e todos os outros que se queiram juntar, para construirmos um projeto inovador que garanta que aqui se pensa a indústria do futuro. Um desígnio que já esperávamos há muito tempo, por acreditarmos no valor deste projeto para a região e para o país, e que agora consubstanciamos com a adesão a esta Fábrica do Futuro, para que depois possamos candidatar aos projetos que aqui se referem neste documento, Fábrica do Futuro e o INOV&E. O país procura há décadas atingir a marca dos 3% do PIB em investimento, em investigação e desenvolvimento. Infelizmente, ainda se encontra muito longe, menos de metade deste valor. E este tipo de projetos que trabalham em parceria entre órgãos locais, empresas, e instituições de ensino superior, são estratégicos para o aumento dos níveis de investimento neste setor. As novas as dimensões da indústria, a que agora chamamos 5.0, são também um desafio para as empresas e para os seus trabalhadores, que através da inovação, e apenas a inovação através da cooperação pode garantir que as empresas são capazes de introduzir mudanças nas suas organizações que mantenham a competitividade e resiliência. Em alguns casos, também, a sua liderança nas respetivas áreas de negócio, nomeadamente nos clusters da região, - que refere o documento - nomeadamente as tecnologias de produção, o setor automóvel, o engineering and tooling, o calçado e a moda e, mais recentemente, a aeronáutica, o espaço e a defesa. Por isso, a constituição desta Instituição não se trata só de importância que ela tem para aquilo que pode ser a região, mas também para o sedimentar do ensino superior no nosso Concelho. Por isso, a construção de uma Fábrica do Futuro na Escola Superior Aveiro-Norte da Universidade de Aveiro é também resultado de hoje termos Ensino Superior no Concelho, como já foi referido. E como sempre dissemos, uma mais-valia para o Concelho e que a maioria dos Municípios da nossa dimensão, média dimensão, procuram competir por este tipo de investimentos. Por isso, a expansão do Campus em Oliveira de Azeméis, da Universidade de Aveiro, reforça a importância que este Pólo vai ter para a instituição e, acima de tudo, para o Concelho e para a sua região. Em suma, trata-se de um projeto importante de inovação e que vem construir o futuro porque, semear o futuro é construir territórios que tenham as ferramentas necessárias para que as pessoas e as organizações possam encarar o caminho com esperança e poderem realizar-se nos seus territórios. Hoje, damos um passo importante neste caminho. Este projeto garante, com as premissas que aprovamos neste documento, não é por acaso, que queremos mesmo ser um Concelho onde somos dos melhores do país para viver, investir e trabalhar. E este projeto consubstancia isso mesmo. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== Apenas para dizer que outros associados estão a ser convidados, um a um, para integrarem. Já falámos com outros empresários. Vamos continuar a fazer esse trabalho. Porque é importante que tenhamos muitos empresários a associar-se a este projeto. Só dar

nota, que fomos desafiados, daí a urgência em avançar rapidamente para a constituição desta Associação porque que foi aberto um aviso de manifestação de interesse, onde nós manifestámos interesse em fazer parte desta rede que se pretende criar de especialização inteligente neste território e no norte do país. Nós avançámos com essa manifestação de interesse. E temos fortíssimas expectativas de que o nosso projeto venha a ser apoiado. A ligação da Escola Superior Aveiro-Norte (ESAN) ao IC2, é um uma velha ambição. Temos de começar a ter mais cuidado com os sítios onde localizamos as coisas e com os acessos que criamos. Dizer-lhe que, nós neste momento estamos a falar de um investimento expressivo que vai ser feito nesta Fábrica de Futuro. Temos um investimento expressivo na INOV&E, que será à volta de 6 milhões de euros. Mas, equipar isto custa mesmo muito dinheiro, custa muitas vezes mais dinheiro equipar este tipo de respostas com tecnologia, como é evidente, com laboratórios de grande qualidade, do que a própria construção física em si. Estamos a falar de investimentos muito expressivos que vão exigir, por parte da Câmara Municipal, por parte também dos empresários, grande vontade, grande determinação para efetivar realmente esta resposta. Não há dúvida rigorosamente nenhuma, sobre a aposta estratégica que trazer o Ensino Superior para o nosso Concelho constituiu, quando tomou essa decisão e bem, há uns anos atrás. Agora, nós temos que materializar essa resposta, temos de fazer com que se sinta o impacto dessa resposta. E que se sinta o impacto dessa resposta no nosso tecido económico é muito importante também. Mas que se sinta também o impacto nas próprias dinâmicas económicas, sociais e culturais da Cidade e do Concelho. Nós temos que sentir aqui, de forma muito mais impactante, a presença do Ensino superior no território. É este o caminho que nós estamos a seguir com estes parceiros, que são parceiros que nos dão evidentemente todas as garantias, que são os nossos empresários, como é evidente, e a Universidade de Aveiro, que é uma Universidade de grande prestígio, de grande reputação, de grande qualidade, e mais importante do que isso, com uma grande visão e uma grande ambição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto vinte: - Pedido de Declaração de Interesse Municipal-Recuperação ambiental da área mineira do Pintor (I/71807/2024) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A Mina do Pintor foi abandonada, em 1995, , sem quaisquer medidas de remediação e reabilitação ambiental e paisagística; - Tal situação fez com que o Município inscrevesse as minas do pintor como passivo ambiental, atendendo aos impactos nos solos, e nas linhas de água, uma vez que desde a suspensão dos trabalhos de lavra, as águas de drenagem provenientes das antigas galerias continuam a escoar para a Ribeira do Pintor, e solos sem qualquer tratamento; - Os locais contaminados classificados como passivos ambientais industriais, que comportem riscos para a saúde pública, para o ambiente e/ou para a segurança

de pessoas e bens, foram passíveis de elegibilidade em diversos programas de financiamento para a sua recuperação / remediação; - As Minas do Pintor constam do “Documento Enquadrador Recuperação de Passivos Ambientais para orientação sobre os investimentos prioritários” (2008), elaborado pelo Grupo de Trabalho de Passivos Ambientais criado pelo Despacho n.º 28176/2007, de 14 de dezembro; - A EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. é uma empresa de capitais públicos que tem a responsabilidade pela condução de projetos de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas, atribuída em regime exclusivo, através do contrato de concessão atribuído pelo Estado Português, nos termos do Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 60/2005, de 9 de Março, e renovado por um novo período de sete anos através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 81/2015, de 10 de Setembro; - A EDM pretende proceder à “Recuperação ambiental da área mineira do Pintor”, situada no Concelho de Oliveira de Azeméis, necessitando para o efeito de assegurar o co-financiamento comunitário indispensável para a realização de um investimento significativo na recuperação deste passivo ambiental histórico existente; - A EDM encontra-se a elaborar a candidatura e a reunir os documentos exigidos, e vem por este meio solicitar ao Município de Oliveira de Azeméis a emissão de uma Declaração de Interesse Municipal. - A informação técnica I/71793/2024; Face ao anteriormente exposto, aos benefícios ambientais, ecológicos, paisagísticos, sociais inerentes à remediação ambiental da mina do Pintor, situação reconhecida a nível nacional e pelas entidades competentes, proponho à Câmara Municipal com posterior remissão à Assembleia Municipal, a emissão da Declaração de Interesse Municipal.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Nós temos uma das urbanizações mais importantes, se não a mais importante do concelho, localizada neste espaço. Este espaço nunca foi alvo de nenhuma remediação ambiental, nunca foi alvo de nenhuma recuperação ambiental. Nós começámos a desenvolver este processo há uns anos a esta parte. Neste momento, o trabalho de perfuração, o trabalho sondagens foi efetuado. Vai ser aberto um aviso. Esse aviso, é um aviso que não é concorrencial. Estão garantidos os recursos que são necessários para se fazer a remediação ambiental. Estamos a falar de milhões de euros que nós vamos investir nesta remediação ambiental. E depois, a estes milhões de euros, somam-se mais um conjunto de milhões de euros para transformar aquele espaço num espaço de recreio, de lazer, num espaço de promoção da cultura também. Aquelas chaminés, como sabem, são chaminés que são únicas na península e, portanto, é um património de arqueologia industrial muito relevante que importa preservar. Nós estamos a ver se, neste processo de remediação ambiental, conseguimos também que sejam estabilizadas e recuperadas as chaminés. Depois lançámos um concurso de ideias, que já tem neste momento um concorrente vencedor, para desenvolver um projeto de execução para

transformar aquele local em mais um apontamento turístico, cultural, mais um apontamento dinâmico ao serviço da comunidade oliveirense. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Costa. =

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Costa**, do PS. =====*

===== Permitam-me cumprimentar-vos, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal - Senhor Amaro Simões. O parecer constante na documentação, apensa a este ponto, justifica e enquadra a deliberação da Declaração de Interesse Municipal para a área mineira do pintor, que fica em Nogueira do Cravo. Essa importância fica ressalvada, através desta sequência que eu passo a ler: «Este complexo industrial foi abandonado em 1995 sem que tenham sido realizadas quaisquer intervenções com vista à sua remediação e reabilitação ambiental e paisagística, o que o inscreve como passivo ambiental-municipal. Estes locais foram passíveis de elegibilidade em diversos programas de financiamento para a sua recuperação. A Mina do Pintor, consta já do documento enquadrador de recuperação de passivos ambientais para orientação sobre investimentos prioritários. Desta forma, a EDM - Empresa Desenvolvimento Mineiro, S.A., é uma empresa que funciona com dinheiros públicos e que desenvolve projetos de intervenção para a recuperação ambiental em zonas degradadas afetas a áreas mineiras abandonadas. Portanto, é uma empresa especializada neste tipo de projetos e de trabalhos. E que esta, a EDM, já se encontra a elaborar a candidatura e a coligir os documentos exigidos para assegurar o cofinanciamento comunitário indispensável para a sua reabilitação, solicitando assim a emissão da declaração de interesse municipal desta área. A EDM, incumbida no âmbito das suas funções, projeta uma intervenção de elevado grau de complexidade e profundidade, onde se procederá: ao confinamento técnico dos resíduos mineiros; à gestão das águas; à preservação do património; à resolução de problemas de segurança; à integração paisagística e potenciar usos futuros, nomeadamente a área de lazer, área turística daquele património. Do exposto, facilmente se conclui as mais-valias ambiental, paisagística, histórica e social que esta requalificação tem inerentes permitindo explorar o potencial turístico da Mina do Pintor, sempre com a devida proteção e segurança ambiental de uma área sujeita, durante anos, à exploração de minérios perigosos. Integra-se esta área na zona habitacional envolvente, pelo que a sua recuperação é ainda mais relevante. Um problema de anos cuja resolução é fundamental para esta freguesia e concelho. É mais um problema que assumimos e que encaramos de frente, valorizando o Município como um todo, dando-lhe sentido de coesão e transformando o Concelho em toda a sua abrangência. Não votaremos apenas favoravelmente esta deliberação da Declaração de Interesse Municipal, votamos favoravelmente um ponto importante que vai de encontro à nossa visão integrada daquilo que nós consideramos que é este território, como um todo. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e um:** - ***Prolongamento da “Travessa da Quinta” e proposta de classificação de caminho público n.º 227 (UF Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz), proposta de classificação de caminho público n.º 358 (Freguesia Cucujães) (I/64470/2024) - Aprovação;*** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Proposta de prolongamento da Travessa da Quinta localizado em Palmaz (ver dossier anexo); - Proposta de classificação de caminho público, agora denominado por caminho n.º 227 em Pinheiro da Bemposta (ver dossier anexo); - Proposta de classificação de caminho público, agora denominado por caminho n.º 358 em Vila de Cucujães (ver dossier anexo); - Que após o período de 30 dias de discussão pública não houve qualquer contestação (edital em anexo); Proponho: Nos termos da alínea ccc) do art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro que seja remetido para a Assembleia Municipal o presente pedido nos termos da sua competência prevista na alínea q) do art. 25º do mesmo regime.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Grupo de Trabalho dos Caminhos Públicos e Privados, pronunciou-se, concorda e deu parecer favorável a estas alterações que vos estamos a solicitar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e dois:** - ***Aquisição de massa asfáltica a quente (Proc. 127/28 - PI/5572/2024) - (I/63305/2024) - Autorização para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico;*** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, conforme apresentado na PAQ n.º 940/2024, torna-se necessário proceder à abertura de procedimento para a aquisição de massa asfáltica a quente, a qual se encontra inserida no plano de compras de 2025; - Que o valor estimado, fixado tendo por base o preço unitário do contrato vigente acrescido de aproximadamente 10% para acomodar inflação e aumento de custos energéticos, para a celebração do referido contrato é no montante de **412.500,00€** (quatrocentos e doze mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, prevendo-

*se que o valor seja executado em 2025; - Que se pretende um contrato em regime de fornecimento contínuo, em função das necessidades do serviço, terminando com a entrega de todas as quantidades objeto de contratação, não podendo em caso algum ultrapassar o limite dos 3 anos para efeitos de cumprimento do disposto no artigo 48.º, do CCP; - Que, os valores encontram-se previstos na rubrica 07030301, através da Proposta de Cabimento n.º 1673; - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, resulta de planos ou programas plurianuais aprovados, não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas o valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Deste modo, propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: i. o **compromisso plurianual**, de acordo com o valor indicado supra, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução ao valor referido em função do início da vigência do procedimento, o que implicará os ajustamentos respetivos na repartição de encargos no primeiro e último ano de vigência do contrato, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global. ii. a **repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico**, de acordo com o valor estimado acima indicado, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução ao valor referido em função do início da vigência do procedimento, o que implicará os ajustamentos respetivos na repartição de encargos no primeiro e último ano de vigência do contrato, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global.”* =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É um procedimento para a assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico, para aquisição de massa asfáltica a quente. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e três: - Aquisição de serviços para fornecimento de energia elétrica (Proc. 146/24 - PI/6585/2024) (I/73007/2024) - Assunção de compromisso e repartição de encargos em mais do que um ano económico - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: **1.º** Que se torna necessário proceder à contratação de serviços para fornecimento de energia eléctrica (iluminação pública e instalações municipais), pelo período estimado de 24 (vinte e quatro) meses, nos termos da solicitação apresentada através da RQI n.º 4559 (I/72919/2024), podendo terminar antes do prazo estimado caso seja atingido o valor base/contratual ou prolongar-se por mais tempo, não podendo, no entanto, ser ultrapassado o limite dos 3 anos, nos termos do estabelecido no artigo 48º do Código dos Contratos Públicos. **2.º** Que o valor estimado para celebração do referido contrato, fixado tendo por base o valor atualizado do mercado obtido através da consulta informal efetuada pela Energaia para o mercado liberalizado, acrescido de 10% do valor total para fazer face a novas instalações / equipamentos municipais, é no montante de **EUR 3.413.578,10** (três milhões, quatrocentos e treze mil, quinhentos e setenta e oito euros e dez cêntimos), para um período de vigência estimado de 24 (vinte e quatro) meses, prevendo-se que a verba seja distribuída do seguinte modo: **1. ano de 2025 (prevendo-se o início em agosto) - prevê-se uma verba de EUR 711.162,11** (setecentos e onze mil, cento e sessenta e dois euros e onze cêntimos); **2. ano de 2026 - prevê-se uma verba de EUR 1.706,789,05** (um milhão, setecentos e seis mil, setecentos e oitenta e nove euros e cinco cêntimos); **3. ano de 2027 - prevê-se uma verba de EUR 995.626,95** (novecentos e noventa e cinco mil, seiscentos e vinte e seis euros e noventa e cinco cêntimos); A todos valores mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor. **3.º** Que, os valores encontram-se previstos nas rubricas 02022510 e 02020101, através da Proposta de Cabimento n.º 1993; **4.º** Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. **5.º** Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do C.C.P.) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Deste modo, e por tratar-se de um compromisso plurianual, **propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: 1. o compromisso plurianual, de acordo com o valor indicado supra, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução ao valor referido em função do início da vigência do procedimento, o que implicará os ajustamentos respetivos na**

repartição de encargos no primeiro e último ano de vigência do contrato, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global. 2. a **repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico**, de acordo com o valor estimado acima indicado, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução ao valor referido em função do início da vigência do procedimento, o que implicará os ajustamentos respetivos na repartição de encargos no primeiro e último ano de vigência do contrato, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global.” ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== é exatamente a mesma coisa, neste caso para o fornecimento de energia elétrica. Estamos a falar de 3.4 milhões de euros, que terá uma repartição de 711 mil euros, para 2025; 1.7 milhões de euros, para 2026; e 995 mil euros, para 2027. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e quatro: - Aquisição de serviços para desenvolvimento e implementação de projeto museológico e museográfico da Casa Museu Ferreira de Castro e Centro Interpretativo Ferreira de Castro (Proc. 113/24 - PI/4839/24) - (I/73020/2024) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, conforme apresentado na RQI n.º 3315/2024, torna-se necessário proceder à abertura de procedimento para o desenvolvimento e implementação de projeto museológico e museográfico e sua implementação para dinamização cultural da Casa Museu Ferreira de castro e Centro Interpretativo Ferreira de Castro, sitos na Rua Escritor José Maria Ferreira de Castro, 1620 / 3720-189 Ossela (Oliveira de Azeméis). - A implementação e operacionalização do referido projeto tem como objetivo fundamental a caracterização da vida e obra do escritor, e assegurar o legado de José Maria Ferreira de Castro, como natural de Ossela, freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis, nascido a 24 de Maio de 1898. - Que o valor estimado fixado tendo por base a consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A, do CCP para a celebração do referido contrato é de 222.833,33€ (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, cuja execução se prevê para o ano de 2025. - Os valores encontram-se previstos na rubrica 020220, através da Proposta de Cabimento n.º 2002; - Que se trata da abertura de procedimento relativo a despesa que dá

*lugar a um encargo orçamental em ano que não seja o da sua realização e em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. **Propõe-se** que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com o valor estimado referenciado, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== O que se pretende, é adquirir serviços para o desenvolvimento e implementação de um processo museológico. Feita a construção do Centro Educativo Ferreira de Castro, é preciso dotar o espaço de conteúdos que o tornem atrativo, apelativo, para diferentes públicos. Portanto, queremos um projeto ambicioso para este equipamento. Não queremos que seja um equipamento com uma resposta museológica estática. Queremos que ela seja dinâmica que permita recriar ali diferentes trabalhos, diferentes mostras, diferentes exposições, de forma a que as pessoas sejam convidadas a voltar ao local não indo uma única vez e depois ter tudo visto. Estamos a falar de um valor estimado de 222 mil euros, que é um valor que resulta das consultas preliminares que foram feitas. Estamos a decidir agora. Vai ser realizado em 2025. Portanto, estamos a falar em mais do que um ano económico e precisamos da vossa aprovação. O grande objetivo é, naturalmente que a vida e obra de José Maria Ferreira de Castro seja retratada e representada com toda a dignidade, que seja também um elemento fundamental de dinamização da Freguesia de Ossela e de todo o nosso Concelho. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ==

*===== **Ponto vinte e seis:** - **Alteração ao Regulamento Municipal de Cidadania.** =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a seguinte intervenção: =====

===== Isto resulta de uma reflexão que foi sendo feita ao longo destes 2, 3 anos. Para ter eficácia externa, refletimos - entre a Mesa, a Comissão Permanente e o júri do Prémio Cidadania, - e entendemos por bem fazer um pequeno ajustamento, mas que faz toda a diferença, que é: no "Artigo 2º - Destinatários, número 1, alínea b)", onde diz: "...trabalho individual ou coletivo de cidadãos naturais, ou residentes no Concelho de Oliveira de Azeméis." A prática levou-nos a concluir que, nos sentíamos mais confortáveis, o Regulamento pudesse rezar: "...trabalho individual e/ou coletivo ...". tem havido muita adesão ao Prémio Cidadania. E entendemos que ficávamos muito limitados ao eleger um só prémio. Admitimos que possa haver outras leituras. Mas isto dá-nos a possibilidade de eleger um coletivo e um individual, mas também estamos disponíveis, neste caso o Júri, para poder eleger só um. Assim fica uma redação mais aberta e mais abrangente, embora reconheço que não tenha sido esse, se calhar, o início, o princípio; o propósito com que este prémio fora criado. Era o prémio. Neste caso, nós estamos a atribuir os prémios. Mas também prevemos que seja só o prémio. De relevante, é só mesmo: "e/ou". =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== Aberto o pedido de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Alcides Queirós. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Alcides Queirós**, residente em Carregosa. =====

===== Boa noite de todos. Considerem-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia. Um cumprimento muito especial para si, porque, de facto, na última Assembleia de Nogueira do Cravo, o Senhor conseguiu fazer um milagre, tirou-me da lista negra, fazendo uma avaliação de bom comportamento. Obrigado. Eu não vinha forma alguma decidido a fazer uma intervenção relacionada com estes pequenos apontamentos de reportagem, até porque trazia dois grandes assuntos da minha terra: Zona Industrial e Escola Secundária. Deixarei a Escola Secundária para uma próxima Assembleia, por uma questão de tempo e de respeito para com todos vós. Vou falar da Zona Industrial. Mas, retiro a Escola, porque quero fazer aqui dois ou três apontamentos de reportagem. Há um ditado que diz: às vezes os últimos são os primeiros. E não é por essa razão que fiquei para o fim. Eu vou daqui maravilhado. Eu vou maravilhado com país das maravilhas em que vive Oliveira de Azeméis. O Senhor Presidente que me desculpe, mas, eu não sei, o Senhor não deve estar mesmo a viver a situação do concelho, a que apregoa. Eu ouvi aqui tanta coisa boa hoje. Até o ouvi convidar alguns elementos da oposição. E agora inverte eu as posições. Eu é que o convido a si, porque o Senhor provavelmente não conhece, pelo menos, o nordeste do concelho. Eu sou um homem

que, em média anual, faço 80 mil a 100 mil quilómetros, uma grande parte deles faço-o realmente na minha terra e nos concelhos vizinhos. Estarei à altura, sem dúvida alguma, de fazer esta avaliação. Senhor Presidente, diga-me, de facto, onde é que estão de tantas obras, tantas coisas, quando o mais básico lhe passa ao lado? Ou seja, limpezas: Há anos que há ruas no nordeste, e não só, que não são limpas, nem sequer intervencionadas a tapar buracos. Já não falo naquelas que, de facto, não têm alcatrão de qualidade nenhuma. Por isso, eu sinto-me um bocado maravilhado com aquilo que o Senhor disse. E vou-lhe ser sincero, não leve a mal, se o Senhor fosse uma donzela eu saía daqui hoje casado. Não tenha dúvida nenhuma. Nem sequer enamorado, era casado. Porque, de facto, o Senhor apregoou aí tanta coisa boa que eu não encontro em lado nenhum da minha terra. Vou aproveitar para lhe recordar uma coisa: falou em 60 abrigos. Eu espero que para a minha terra sejam contemplados alguns. Porque na Nacional 227, que é a sala de visitas da minha terra - Carregosa, nós não temos lá abrigos, temos lá gaiolas com uma situação higiénica que leva a que os utilizadores estejam com o guarda-chuva aberto à espera do autocarro quando chove. Eu já chamei à atenção a Junta de Freguesia. Mas, é como lhe digo, o Senhor fala muito das coletividades, fala muito nas Junta de Freguesia e que elas até estão como nunca estiveram. Também não é verdade, Senhor Presidente, também não é verdade. O centro da minha Vila está de uma degradação tão grande que aquilo não tem reparação possível. Era o ex-libris da nossa terra. Hoje acontece exatamente o inverso, já não querem frequentar, porque a limpeza, os passeios, a própria arborização, enfim, situações mesmo anómalas para a época que se vive. Por isso, eu vou deixar esse pequeno apontamento de reportagem. Agora vou direto ao assunto: e convidava o Senhor Presidente. Porque quem vem a Carregosa é bem-recebido. Eu pago café para lhe mostrar as misérias que aí vão. Porque eu ouvi muita obra feita. Mas, eu não esqueço. As verdadeiras obras não são aquelas que foram feitas agora ou que o Senhor apregoou que as fez. Repare: Parque Verde de Carregosa. Senhor Presidente, houve alguém que comandou um reinado, que fez muita coisa mal, mas também fez coisas coisa bem-feitas. Quando partiram para a compra daquele terreno, estou a falar de 178 mil euros. O Senhor agora controla as Associações com uma governação, que eu reconheço e tem um nome próprio para ela, dando os tostões para a direita e para a esquerda. Nunca vi fazer uma obra de fundo. E posso enunciar aqui que o Senhor esteve há 15 dias na inauguração de uma reconstrução da nossa sede da Banda de Música. Eu posso dizer que nós gastámos lá mais de 100 mil euros. A Câmara sabe o quanto é que deu. Portanto, isso são migalhas num universo de desenvolvimento. O que eu pretendo dizer com isto, é o seguinte: onde é que está uma obra de fundo feita a nível de uma Associação? Eu acho que o Senhor está a governar o nosso concelho de uma forma muito própria. E eu tenho o nome para isso, mas não lhe vou dizer agora. Um país que até anda em guerra, está a ser governado de uma forma um bocado à sua moda. Está ali um foco de incêndio, vamos apagá-lo. E as Associações estão a ser usadas para isso. Eu também sei o lugar que ocupo. Eu falo à vontade porque eu não quero de forma nenhuma que o Senhor me dê nada, mas também não quero que me retire. Eu sei que estou no topo da janela para cair abaixo dela. Já está a ver qual é a governação que eu penso que o Senhor está a fazer no nosso concelho. Só queria dizer o seguinte: ouvi aqui falar de tanta coisa boa, nomeadamente abrir uma porta, que eu tinha falado ao Senhor Presidente da Junta - Senhor Gaspar, que já andamos

há três meses com uma situação na Rua dos Combatentes. Como é que se consegue dizer que se vira ao mundo do avesso, quando ando há mais três meses para o senhor dar uma entrada, que é a minha, que tem 300 ou 400 anos. Não intervim na outra Assembleia a pedido do fiscal da obra, o Engenheiro Francisco, que já se foi embora. Ele disse-me: Senhor Queirós, o senhor mandou-me as fotografias. Não tenha problemas que está resolvido. Não precisa de falar disso na Assembleia. E eu não falei. Continuei a dialogar com o Senhor Gaspar. O Senhor Gaspar, anda há três meses para conseguir uma entrada num terreno, numa propriedade que a minha, há 5 ou 6 anos. A obra está a ficar concluída e tem lá 4 ou 5 lancis. Agora quero falar da Zona industrial: Eu convido todas as pessoas para verem a Rua da Fontanheira o que se lá vai construir; Dois pavilhões. Vão construir dois pavilhões numa rua que não podem passar pesados ou carros. Isto foi um erro do passado. Mas o Senhor Presidente tem que fazer o papel de bombeiro nestas situações. É impossível nascerem lá dois pavilhões. Agora, por fim, agradecer-vos para me aturarem este bocado. Vou dar-lhe um conselho sobre a funcionalidade destas Assembleias, Senhor Amaro, não leve a mal, é uma opinião: Sinto que somos todos confrontados com um problema de tempo. Parece que estamos aqui todos a tirar a rolha da garrafa para nos exprimirmos e para dizer aquilo que realmente é útil até ao Executivo. Nós quando trazemos aqui nossos problemas e as nossas opiniões é para melhorar a funcionalidade do Concelho. Nós chegamos aqui: 1 minuto, 2 minutos, e já está. Eu gosto de o respeitar. Mas de facto vocês têm que olhar para isto com olhos de ver, com outra forma de ver isto, nem que tenha de passar a Assembleia a ser muito contínua ou transitar de um dia para o outro, mas ponham o povo a falar. Boa noite. obrigado a todos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Eu peço desculpa, não é muito normal eu corrigi-lo, mas, isto não são grandes questões, de todo. Pensei que o Senhor queria falar na Zona Industrial do Nordeste e no investimento de 1.3 milhões de euros ou 1.4 milhões de euros para finalmente requalificar aquela Zona Industrial. O Senhor foi falar de um caso, em concreto. Deixe-me que lhe diga, há efetivamente pessoas, eu gosto muito de uma expressão que os meus Vereadores utilizam que é: «acham que sou a última bolacha do pacote» - utilizam muito essa expressão. Efetivamente, o que Senhor veio aqui dizer, foi que na sua Freguesia não há nada que se aproveite. Mas o que há que se aproveite tem autores perfeitamente definidos. Eu não tenho essa necessidade de autoestima, nem tenho a necessidade de ter a autoria das questões ou a autoria das soluções. A única coisa que eu lhe posso dizer: foi que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis investiu 194 mil euros no Parque Verde, isso é inequívoco, é irrefutável. Se é pouco ou muito, foi o que a Câmara investiu. Como está a investir na sede do NAC, de forma expressiva. Como está também a investir em Carregosa também na sede da ACESMA. Como fará em muitas outras Associações. Como investiu também e respondeu afirmativamente aos únicos pedidos que nos foram feitos pela Direção da Banda de Música de Carregosa. Fizeram-nos os pedidos. Apresentaram-nos o orçamento. E nós correspondemos aos dois pedidos. Se a seguir gastaram um conjunto de dinheiro, vai para os tais 100 mil euros que o Senhor fala, e não apresentaram

à Câmara Municipal. Essa é uma decisão da Banda de Música e eventualmente não precisaram do apoio. Deixe-me que lhe diga o seguinte: as limpezas das vias, ao abrigo dos acordos de execução, são da competência das Juntas de Freguesia, portanto, as Juntas de Freguesia têm que fazer esse trabalho. É evidente que, quando estamos a falar de territórios muito grandes, territórios muito extensos, esse trabalho muitas vezes é difícil. Nós respeitamos isso. E percebemos que é um esforço muito grande que é feito pelas juntas de Freguesia para terem o seu território minimamente tratado. Todos concordamos que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e as Senhoras Presidentes de Junta de Freguesia não querem que a sua Freguesia esteja com mau aspeto, querem que ela esteja limpa e asseada. Muitas vezes isso não é possível. Não é fácil. Mas é feito reconhecidamente um esforço por parte de todos para que isso seja possível. Deixe-me que lhe diga o seguinte: Mais uma vez, eu não tenho pretensiosismo de dar lições de moral a ninguém nem dizer conheço mais do que os outros. Mas também não é por fazer muitos quilómetros que se conhece alguma coisa. Há pessoas que só andam a direito e não conseguem olhar para o lado. E não conseguem ver o que é que se passa no território. E prendem-se questões menores, a questiúnculas, e fazem disso a sua vida, o seu projeto de vida, a sua ambição. A Freguesia de Carregosa é muito mais do que isso. É muito mais do que isso. A Freguesia de Carregosa tem um movimento associativo extraordinário. A Freguesia de Carregosa tem das melhores empresas do concelho, empresas absolutamente extraordinárias. E tem, sobretudo, um povo que é bairrista, um povo que tem muito orgulho naquilo que conseguiram construir. Eu não partilho, de todo, essa visão trágica, fatalista e pessimista, em relação à Freguesia de Carregosa porque a Freguesia de Carregosa é uma freguesia que orgulha o concelho de Oliveira de Azeméis. Tem uma escola que é um orgulho para nós. É evidente que precisa de obras, com certeza que sim. Tem um Centro Escolar que é um orgulho para nós, com certeza que precisa também de intervenção. Tem um edifício da Junta de Freguesia e uma praça muito bonita. O edifício da Junta de Freguesia precisa de obras, com certeza que sim. Isso é um quadro necessidades que se traça com alguma facilidade em relação a outras regiões. Efetivamente o povo de Carregosa sabe fazer e tem muito orgulho naquilo que faz. Eu não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma sobre isso. Deixo aqui essa palavra de apreço, de amizade, por aquilo que os autarcas e o próprio povo de Carregosa conseguiu fazer até hoje que são efetivamente coisas muito mais positivas do que negativas. Nós concentramos nos problemas, mas não temos essa carga negativa a caracterizar a ação das pessoas, a caracterizar a ação dos Executivos, sejam eles Junta de Freguesia, sejam eles camarários. Porque entendemos todo este processo como um processo de construção coletiva, onde nós somos apenas uma pequena parte do processo e depois há outras pessoas e outras instituições tão ou mais importantes que nós para a construção dos territórios. Portanto, estarei totalmente disponível para visitar a sua Freguesia. Não convidei oposição, convidei o Senhor Engenheiro Pinto Moreira para irmos dar uma volta pelo concelho e vermos um conjunto de obras. Estou totalmente disponível, como sempre estive, também para ir ver essas necessidades que referiu e procurar perceber se há alguma coisa de errado que esteja a acontecer. Naturalmente, se estiver a acontecer alguma coisa de errado, teremos que procurar corrigir. O Senhor Queirós falou de um terreno, de que é proprietário, na Avenida dos Combatentes, em Pindelo. Identificou uma dificuldade de acesso. Aliás, quando estivemos na inauguração das obras de

requalificação da sede Banda de Música de Carregosa falámos sobre isso. Isto não é uma questão de chegar ali e mandar trocar os lancis retos por lancis chanfrados. Não é assim que as coisas funcionam. O que acontece é: Comunica-se ao empreiteiro. O empreiteiro apresenta um orçamento. A fiscalização apresenta um orçamento ao dono da obra. O dono da obra autoriza. A obra não está perto do fim, como sabe, não está perto do fim. A obra está a andar, mas ainda está muito longe do fim. Essa solução não é a única. Estão várias situações identificadas que vamos procurar corrigir. E é isso que está a acontecer nessa intervenção, como está a acontecer na Avenida do Bessa, como está a acontecer em outras intervenções onde estamos a fazer no nosso território. O facto de não estar lá ao lancil inclinado que permita o acesso ao terreno, é uma questão que vai ser seguramente ultrapassada. Estão os serviços a tratar disso, como é evidente, a seu tempo a situação será resolvida. O projeto não foi feito na Câmara Municipal. É um projeto feito externamente. O projeto devia ter atendido a esse tipo de particularidades. Não atendeu. Temos a humildade de reconhecer quando as coisas precisam de ser corrigidas. Disponibilizarmo-nos para as corrigir. E é isso que vai acontecer no seu caso, como acontece em outro caso qualquer. =====

*===== Antes de terminar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =*

===== A próxima sessão da Assembleia Municipal, fevereiro 2025, será, a convite dos Bombeiros, feita nas instalações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. A partir de agora começamos a acolher as propostas de candidatura ao Prémio Cidadania. Queria agradecer a todos a elevação com que esta Assembleia decorreu. E agradeço, particularmente, aos serviços, aos técnicos, aos colaboradores, porque é um esforço muito grande. Aproveito para desejar um Bom Natal e umas Festas Felizes. Sejam felizes, se faz favor. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 08 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa. =====

Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário